Faculdade de Arquitectura e Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
Mestrado em Planeamento e Projecto do ambiente Urbano

O Espaço Público das Aldeias da Beira Transmontana: que requalificação?

Elsa Maria Alves Figueiredo

Licenciada em Urbanismo pela Universidade Lusófona
de Humanidades e Tecnologias de Lisboa

Dissertação realizada sob a orientação de:
Professor Doutor Fernando Brandão Alves, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
e co-orientação de
Professor Doutor Pedro George, da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

Porto 2003/2004

Faculdade de Arquitectura e Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
Mestrado em Planeamento e Projecto do ambiente Urbano

O Espaço Público das Aldeias da Beira Transmontana: que requalificação?

Elsa Maria Alves Figueiredo

Licenciada em Urbanismo pela Universidade Lusófona
de Humanidades e Tecnologias de Lisboa

Dissertação submetida para satisfação parcial dos
requisitos do grau de mestre em
Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano

Dissertação realizada sob a orientação de:
Professor Doutor Fernando Brandão Alves, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
e co-orientação de
Professor Doutor Pedro George, da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

Porto, Setembro de 2004

Resumo

Este estudo procura definir critérios/tópicos que possam funcionar como auxiliares na requalificação (e criação) dos espaços públicos nas aldeias da Beira Transmontana. Para tal, foi necessário não só perceber como estes lugares se encontram hoje organizados, mas também se (e como) sofreram transformações ao longo do tempo.

A região da Beira Transmontana, rica em contrastes, possuindo simultaneamente um crescimento no número de edificações e um decréscimo populacional, foi escolhida como ponto de partida desta dissertação.

Com o estudo de caso de uma aldeia em particular – a aldeia de Videmonte no concelho da Guarda – e também como se veio a verificar do decorrer deste trabalho, através do estudo e comparação com outras aldeias, foi possível perceber a existência de funções e motivos, muitas vezes meramente sociais, para a existência (e forma) de certos espaços públicos.

Assim, através de um estudo não apenas morfológico, mas também histórico, sócio-económico e arquitectónico, foi possível perceber como e porquê as aldeias da Beira Transmontana continuam a crescer fisicamente, mas sem aumentar os seus habitantes, e porque a sua estrutura espacial sofreu modificações.

É ainda focada a necessidade da administração local e central entender estas razões, de modo a actual adequadamente ao nível do planeamento urbano.

Abstract

The aim of the following study is to establish the guide lines to the requalification of the outdoor space for the public, in the villages of the Beira Transmontana. For this purpose it is necessary to understand if and how this space has been transformed across time.

The Beira Transmontana region, rich in contrasts, experiencing a growth in construction and a decrease in populacion, was chosen as the starting point for this dissertation.

The study focuses on a particular village – Videmonte – but also analyses other villages within the region. It concludes that there are specific reasons, mainly social ones, for the design of the villages' public amenities.

This is a morfologic, historical, socio-economic and architectural study. It demonstrates how and why Beira Transmontana villages have increased in size without growing the number of their inhabitantes, and way their spatial structure has suffered modificacions over the time.

It also points out that the central and local administration need to understand these reasons and act accordingly at the urban planning level.

Prefácio

Uma tese sobre a melhoria do espaço público nas aldeias do interior português poderia parecer inútil, uma vez que todas elas sofrem, de um modo geral, de uma quase fatídica desertificação populacional. Nestas condições, porquê reflectir sobre este assunto? Existe mais do que uma razão: apesar de uma grande percentagem das aldeias apresentarem um decréscimo populacional, o mesmo não se verifica ao nível da construção como testemunha o aumento do número de segundas habitações; ora, ao existir crescimento urbano, não deverá ele ser planeado? Uma outra razão corresponde ao facto de existirem, apesar de tudo, algumas aldeias que crescem, que se transformam com o tempo em vilas, e que possuem uma importância acrescida no seu universo regional, amiúde pela presença de uma fábrica que emprega um elevado número de habitantes da zona, ou por alguma particularidade local que proporciona o desenvolvimento do turismo, (uma fonte termal, um monumento relevante ou uma localização geográfica privilegiada para a prática de um determinado desporto, ou simplesmente pela sua beleza natural).

Infelizmente, existe actualmente algum desprezo pela situação em que estas aldeias vivem. Nem as regras antigas, nem o planeamento assistem à evolução dos espaços, não sendo prestada qualquer atenção ao modo como o crescimento destes lugares se processa criando-se muitas vezes zonas sem qualidade e sem qualquer ligação ao pré-existente.

Assim, tornou-se um objecto de estudo pertinente o actual estado do planeamento urbano (mais especificamente do espaço) nas aldeias das regiões do interior de Portugal. A impossibilidade de fazer uma análise profunda de todo o vasto território abrangido por esta denominação, levou a que se optasse pelo estudo de apenas uma parte: a escolha recaiu sobre a região da Beira Transmontana, uma vez tratar-se de uma região rica em contrastes e onde os fenómenos de migração e sazonalidade têm tido um forte impacto nos últimos anos.

Desta forma, pretende-se compreender qual a importância dos espaços não construídos nos pequenos aglomerados urbanos, bem como a relevância do seu desenho, da sua referência, da sua relação com a arquitectura, entre outros.

Neste sentido, a perspectiva de abordagem desta dissertação pretende focar não só a dimensão espacial/visual dos espaços, como também a sua dimensão social, funcional e histórica.

Com isto, espera-se ainda contribuir para uma melhor compreensão dos principais factores a ter em conta na criação de novos espaços, de forma a que estes melhor respondam ao novo modo de vida nos lugares urbanos. É por esta razão que esta investigação tem como meta fulcral a definição de critérios de projecto e tópicos para a requalificação dos espaços públicos.

Não sendo exequível num estudo desta natureza aprofundar mais este tema, ficam por realizar outras análises, nomeadamente estudos comparativos, a diferentes escalas, abrangendo aldeias de

outras regiões do interior português. Caberia assim, na continuação de um outro estudo de investigação, por exemplo, ao nível de um doutoramento, consolidar conclusões e procurar novos resultados no seguimento das pistas deixadas por este trabalho.

Para terminar, devo acrescentar que este trabalho não teria sido possível sem a ajuda e o apoio de diversas pessoas. Gostaria assim, de agradecer ao Professor Doutor Brandão Alves e ao Professor Doutor Pedro George, por terem aceite orientar e co-orientar (respectivamente) este tema de dissertação, por todo o apoio dado, disponibilidade e paciência para todas as minhas dúvidas.

Gostaria também de agradecer à Câmara Municipal de Fornos de Algodres por ter disponibilizado informação relevante sobre algumas das aldeias aqui em estudo; a todos os elementos do Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal da Guarda pelo apoio e disponibilidade; a todos os meus amigos e colegas que não me deixaram desistir quando momentos mais difíceis se aproximaram; em particular ao Neves, por ter lido todas as páginas que se seguem; à Xana pela preciosa ajuda no inglês; à Cidália e à Teresa por sempre me terem apoiado.

Agradeço ainda, à minha irmã pela incansável ajuda e paciência, e também aos meus pais que sempre me apoiaram em todos os sentidos, para a concretização e conclusão deste trabalho.

A todos que atrás mencionei, e a todos aqueles que me ajudaram, e que por um imperdoável esquecimento meu não foram aqui referidos, o meu sincero obrigada.

Índice

Resumo 3

Abstract 3

Prefácio 4

Índice 6

Índice de figuras e tabelas 8

1 Introdução 10

2 A Beira Transmontana – caracterização e identidade regional 12

2.1 Enquadramento geral da região no país 12

2.2 Características geo-morfológicas 15
2.2.1 Principais aspectos morfológicos e climáticos 15
2.2.2 Elementos fundamentais da vegetação e paisagem 18

2.3 Síntese histórica dos assentamentos humanos na região 23

2.4 Panorama sócio-económico 27

2.5 A arquitectura vernacular da Beira Transmontana 31
2.5.1 Arquétipo arquitectónico: estrutura espacial, tipologias e materiais 31
2.5.2 Particularidades 33
2.5.3 A arquitectura vernacular e o clima 35

3 A aldeia da Beira Transmontana – forma e função 38

3.1 A estrutura espacial da aldeia 38
3.1.1 As gentes – ocupações, hábitos e expectativas 40
3.1.2 A estrutura física do espaço público 42

4 Estudo de caso – a aldeia de Videmonte 47

4.1 Enquadramento da aldeia na região 47

4.2 Síntese evolutiva dos principais aspectos que caracterizam a aldeia 48
4.2.1 Evolução histórico-morfológica 48
4.2.2 A população, suas actividades e aspirações 50

4.3 A relação entre espaço construído e espaço "livre". A estrutura espacial da aldeia 54
4.3.1 Estrutura do povoado – o espaço não construído 54
4.3.2 A arquitectura enquanto elemento caracterizante do espaço 59
4.3.3 Particularidades da aldeia de Videmonte (pitoresco) 61

5 A requalificação dos espaços públicos urbanos nas aldeias da Beira Transmontana 63

5.1 As soluções adoptadas até os dias de hoje – progresso ou regressão? 63

5.1.1 O esvaziamento populacional das aldeias e o seu crescimento físico. 63

5.1.2 Estrutura e aspecto das aldeias (o pitoresco) 67

5.2 Critérios de projecto e tópicos para a requalificação dos espaços públicos ...71
5.2.1 A envolvente física e factores de influência 71
5.2.2 As novas formas de espaço público – qualidade e adaptabilidade 72
5.2.2.1 Os espaços públicos e as novas formas de vida.....72
5.2.2.2 O desenho do espaço e seus componentes.....74
5.2.2.3 Dimensionamento e visão futura 76

6 Conclusão..... 80

Lista de referências 86

ANEXOS ..... Error! Bookmark not defined.

Índice de figuras e tabelas

Figura 1 13
Tabela 1 16
Figura 2 17
Figura 3 20
Figura 4 23
Figura 5 23
Figura 6 24
Figura 7 25
Figura 8 28
Figura 9 28
Figura 10 31
Figura 11 32
Figura 12 33
Figura 13 33
Figura 14 34
Figura 15 35
Figura 16 36
Figura 17 39
Figura 18 40
Figura 19 40
Figura 20 41
Figura 21 42
Figura 22 42
Figura 23 43
Figura 24 44
Figura 25 44
Figura 26 45
Figura 27 47
Figura 28 47
Figura 29 49
Gráfico 30 50
Gráfico 31 51

Gráfico 32 51
Gráfico 33 52
Gráfico 34 52
Gráfico 35 52
Gráfico 36 52
Gráfico 37 53
Figura 38 54
Figura 39 55
Figura 40 56
Figura 41 57
Figura 42 57
Figura 43 57
Figura 44 58
Figura 45 58
Figura 46 59
Figura 47 59
Figura 48 60
Figura 49 61
Figura 50 61
Gráfico 51 64
Gráfico 52 64
Gráfico 53 65
Gráfico 54 66
Gráfico 55 66
Figura 56 68
Figura 57 68
Figura 58 71
Figura 59 73
Figura 60 75
Figura 61 77
Figura 62 78
Figura 63 78
Figura 64 79

1 Introdução

"Aldeia – Do árabe ad-dai'a. Pequena povoação rural, de poucos vizinhos, casas quase sempre pequenas e dispostas irregularmente (…)"

Grande dicionário da língua portuguesa

O estudo do espaço público tem vindo a ganhar relevância nos últimos anos; o aumento de publicações, artigos e mesmo de cursos de especialização dentro desta temática vem reforçar a ideia que é preciso pensar o espaço livre e não apenas o construído.

Partindo do geral para o particular, iniciou-se esta investigação pelo estudo geral da região (**capítulo 2**), de forma a enquadrar o tema a vários níveis (geo-morfologico, histórico, social e económico). O estudo da arquitectura vernacular tornou-se um tópico de particular relevância (ocupando todo o ponto 2.5), uma vez que possui com o espaço público uma relação visual e estruturante muito forte.

Recorreu-se à consulta de diversas monografias e estudos realizados neste âmbito. Do mesmo modo, foi indispensável o uso de informação estatística como suporte para a verificação de algumas tendências do crescimento populacional e urbano dos últimos anos em Portugal.

O **capítulo 3** aborda a aldeia beirã sobre uma perspectiva funcional do seu espaço e dos fenómenos sociais que aí têm lugar. A "categorização" dos diferentes espaços "livres" permite um estudo mais aprofundado de cada um, possibilitando uma melhor compreensão do desempenho de cada um deles em relação a vivência da aldeia.

Particularizou-se a análise através de um estudo de caso, representativo das aldeias da Beira Transmontana (**capítulo 4**), a aldeia de Videmonte, situada no concelho da Guarda, em pleno Parque Natural da Serra da Estrela, aprofundando-se o seu conhecimento em concreto. No entanto, a ausência quase total de fontes documentais sobre Videmonte, tornaram praticamente impossível perspectivar a sua história duma forma detalhada. Recorreu-se à observação no local (do conjunto arquitectónico e dos seus pormenores artísticos), para melhor perceber a evolução da aldeia ao longo do último século; recorreu-se ainda ao estudo da implantação de algumas aldeias serranas, através de plantas que nem sempre apresentando o melhor nível de rigor ou actualização, forneceram a base cartográfica possível para o desenvolvimento do estudo que aqui se apresenta.

As conclusões retiradas da observação do espaço público urbano da aldeia de Videmonte serão validadas pela análise (ainda que menos profunda) de outras aldeias de características similares (Algodres, Figueiró da Granja, Juncais, Quinta do Salgueiro, Sobral Pichorro e Vila Chã), de forma a perceber se existe ou não uma "regra" no modo como foram crescendo ao longo do tempo.

A necessidade de perceber mais a fundo como o esvaziamento das aldeias se processa e quais as suas consequências, ocupa parte do **capítulo 5**, onde se reflecte igualmente sobre as soluções urbanísticas e arquitectónicas adoptadas até os dias de hoje e a sua influência na estrutura das aldeias.

Por fim, pretende-se verificar se hoje em dia se mantém essa "regra" (caso exista) ou se foram criadas outras; como isso influenciou o modo de vida e vice-versa; e quais as principais características que o espaço público deve possuir, de forma a responder eficazmente e com qualidade aos novos e futuros desafios das aldeias desta região.

2 A Beira Transmontana – caracterização e identidade regional

2.1 Enquadramento geral da região no país

A região à qual se dá a denominação de Beira abarca uma vasta área, que se estende desde o oceano Atlântico até Espanha, tendo como limite Norte o rio Douro e como limite Sul, o rio Tejo[1]. Trata-se, no entanto, de uma região que não é uniforme e cujas diferenças nem sempre são simples de compreender.

De facto, vários foram os autores que tentaram compartimentá-la; Leite de Vasconcelos divide-a em três regiões, porventura as designações mais usadas: Beira Alta, Beira Baixa e Beira Litoral[2].

No entanto, esta é uma divisão pouco pormenorizada, uma vez que mesmo dentro destas (sub) regiões não existe a uniformidade que se esperaria; de facto, existem outras classificações (ou divisões) da região beirã[3].

Para a elaboração deste estudo adoptou-se a denominação de Beira Transmontana[4] para definir a região que serve de pano de fundo às aldeias que se pretendem analisar neste estudo.

Apesar de ser já uma subdivisão do que comummente se denomina por Beira Alta, a Beira Transmontana possui ainda alguma complexidade[5], sendo por isso necessária alguma atenção quando se pretende tratar a região com total uniformidade. De facto, trata-se de uma zona onde diferentes influências se conjugam, originando uma multiplicidade de factores e condicionantes[6].

Um dos principais elementos estruturantes da região é, sem dúvida, a Cordilheira Central, cujo maciço central domina por completo a paisagem. A Serra da Estrela, constitui assim o "coração" da Beira. Ela não surge apenas como divisora física do espaço, como também o condiciona.

---

[1] " (...) província da Beira, designação ampla que contempla todo o território entre o Tejo e o Douro, o Atlântico e a fronteira com a Espanha." Pereira, José Fernandes; "*Guarda – Cidades e Vilas de Portugal*"; Editorial Presença, 1ª edição, Lisboa, 1995, pág.10.

[2], *Idem - Ibidem*, pág.12.

[3] "O que caracteriza as regiões geográficas de Portugal é o seu padrão miúdo e a rica variedade de aspecto e contrastes. Barros Gomes distinguiu 12 divisões, Amorim Girão 13, Lautensach 15." Ribeiro, Orlando, "Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico", colecção "nova universidade", Livraria Sá da Costa editora, 7ª edição, 1998, Lisboa, pág. 141.

[4] Para efeitos da presente dissertação considerou-se de forma ampla os limites distritais da Guarda como os limites da Beira Transmontana: *"A moderna província da Beira Alta reúne duas regiões naturais (...): a uma corresponde a maior parte do distrito de Viseu, (...), a outra ajusta-se ao distrito da Guarda, incluído tradicionalmente na Beira Baixa, com o de Castelo Branco, mas designado de há muito em publicações científicas por Beira Transmontana, expressão perfeitamente justa que só foi pena não ter recebido sanção oficial." (*Ribeiro, Orlando*; "Guia de Portugal – Beira, II. Beira Baixa e Beira Alta",* Fundação Calouste Gulbenkian, 2º edição, Março 1994, volume III, tomo II, gráfica de Coimbra Lda., pág.741). Ver **anexo A** (limite da área em estudo).

[5] Orlando Ribeiro identifica 4 unidades de paisagem diferentes dentro do distrito da Guarda: Planaltos da Beira Interior, Cordilheira Central, Planaltos e montanhas da Beira Transmontana e Alto Douro e depressões anexas, na sua proposta de divisões geográficas de Portugal*; "Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico"*, colecção "nova universidade", Livraria Sá da Costa editora, 7ª edição, 1998, Lisboa, pág. 188,189 (ver **anexo B**). Também no Atlas do Ambiente do Instituto do Ambiente, na carta "paisagem" (apresentada como **anexo C**), são distinguidas 9 tipos de paisagem diferentes dentro dos limites da Beira Transmontana, aqui considerada: terra quente transmontana (policultura), terra fria transmontana, policultura submediterrânea, meia-encosta nordestina, montanhas de granito e xisto (nível pastoril), montanhas de granito e xisto (nível florestal), ribeira subatlântica (regadio dominante), ribeira subatlântica (regadio dominado) e subserra erminiana.

[6] Orlando Ribeiro no seu estudo sobre as condicionantes infligidas pelo atlântico e pelo mediterrâneo em Portugal continental, divide o país por três influências: norte interior, norte litoral e sul mediterrânico. Todas elas são passíveis de encontrar na Beira, enquanto que a norte do Douro apenas se encontram as duas primeiras e a sul do Tejo a última, o que mostra a complexidade das influências na região beirã. – Ribeiro, Orlando *"Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico"*, colecção "nova universidade", Livraria Sá da Costa editora, 7ª edição, 1998, Lisboa, pág. 188, 189 (ver **anexo B**).

Como se verá mais à frente neste estudo, ela adquire propriedade de "elemento vivo", interagindo com o meio. Esta é também uma das razões porque as fronteiras no interior da Beira nem sempre são claras[7].

Fig. 1 – Vista sobre a região da Beira Transmontana e Serra da Estrela

O próprio topónimo de Beira suscita muitas dúvidas, existindo várias teorias para a sua origem. Alguns autores referem que poderia ser uma modificação de Berryah[8], nome de uma região da Arábia; outros referem o nome do primitivo povo que aqui vivia – Berones[9] ou Barones – como responsáveis pelo nome da região. No entanto, as teorias mais aceites relacionam o facto de beira significar "margem, rebordo"[10], ou seja, o nome "beira" como uma região que devido à sua situação física, ou mesmo político-militar, se encontrava junto a algo. Isto é, "beira" surge com a conotação de limite[11].

Assim, é possível que toda a região da raia tenha recebido este topónimo, uma vez que durante séculos a fronteira não era uma linha bem definida, mas toda uma área que não pertencia nitidamente a nenhum dos lados. A presença da Serra da Estrela vem apenas reforçar a ideia de limite físico, dando azo à ideia de zona fronteiriça estável, mas não claramente pertencente a uma das facções. Com o passar dos séculos, o nome "apropriou-se" da terra, e talvez a definição de Mattoso e seus colaboradores, seja a que melhor expressa esta relação quando refere: "A Beira passou a ser toda a grande região dominada pela Estrela"[12].

A região insere-se em três grandes bacias hidrográficas que convergem na vertente NE da Serra da Estrela: A bacia do rio Douro, do Tejo, e do Mondego. A influência do rio Vouga é praticamente insignificante nesta região[13].

---

[7] Mattoso, José [et al], "*Portugal, o Sabor da Terra: Beira*", Circulo dos leitores, Pavilhão de Portugal/Expo'98, Lisboa, 1997, pág.16.
[8] *Idem - Ibidem*, pág.6
[9] Pereira, José Fernandes; "*Guarda – Cidades e Vilas de Portugal*"; Editorial Presença, 1ª edição, Lisboa, 1995, pág.6
[10] *Idem - Ibidem*, pág.10.
[11] Mattoso e colaboradores, fazem no seu estudo sobre a região beirã, uma detalhada análise do significado possível desta designação, no entanto, no presente estudo, será aprofundada apenas a hipótese de beira como significado de fronteira, por ser a mais provável. Mattoso, José [et al], "*Portugal – O Sabor da Terra: Beira*", Circulo dos leitores, Lisboa, pág. 5 à 11.
[12] Mattoso, José [et al], – Ob. cit, pág. 11
[13] Jansen, Jan, "Guia Geobotânico da Serra da Estrela: Flora", Parque Natural da Serra da Estrela, Manteigas, 2002, pág.13; ver também carta de identificação de bacias hidrográficas (**anexo D**).

Os rios, ou melhor, a erosão fluvial, juntamente com os movimentos tectónicos moldaram o relevo da região. O diferenciado relevo que se regista, especialmente na Serra da Estrela, deve-se em grande parte aos "profundos entalhes dos rios", existindo uma cumplicidade com a tectónica, que facilitou o encaixe dos rios devido a falhas existentes no interior da serra[14].

Os vales apertados de direcções divergentes que se formaram, não permitiram muitas vezes a ocupação humana junto dos leitos dos rios, nem sempre navegáveis, o que demonstra a dureza desta região, de clima rigoroso e gente singular[15].

Hoje, o acesso à Beira Transmontana é feito principalmente através das vias construídas nos últimos anos: o A25 (Aveiro – Vilar Formoso) e a A23 (Guarda – Abrantes); e também por via-férrea, através da linha da Beira Alta, cujo eixo Pampilhosa/Vilar Formoso atravessa toda a região, com ligação a Espanha.

De facto, para quem usa exclusivamente os transportes públicos, é mais fácil a deslocação a partir da Beira Transmontana até Lisboa ou Porto, ou mesmo até à vizinha Espanha, do que circular alguns quilómetros entre povoações vizinhas de menor dimensão[16]; infelizmente, os transportes colectivos da Beira estão bastante desactualizados e desorganizados.

Uma outra evidência da prioridade dada apenas aos centros de grande ou média dimensão, são as próprias conclusões do Plano Estratégico da Guarda, que sobre este assunto é bem claro ao referir que a cidade da " (...) Guarda será, em 2007, a cidade do país com melhor acessibilidade a Madrid e à Europa de além-Pirinéus (...) "[17], sem nunca referir os acessos a nível regional ou distrital.

A Beira Transmontana é assim uma região que pela sua interioridade, complexidade, contradições e história, merece um olhar mais atento.

Deste modo, é possível concluir que:

- *A região da Beira Transmontana não é uniforme;*
- *A Serra da Estrela surge como o principal elemento físico de influência geo-morfologica e climática;*
- *A acessibilidade entre os grandes centros urbanos é notoriamente melhor em relação aos acessos entre pequenas povoações;*

[14] Ferreira, Narciso e Viera, Gonçalo, "Guia Geológico e Geomorfológico do Parque Natural da Serra da Estrela – locais de interesse geológico e geomorfológico", Parque Natural da Serra da Estrela, Lisboa, 1999, pág.25
[15] Mattoso, José [et al], "*Portugal – o Sabor da Terra: Beira*", Circulo dos leitores, Lisboa, pág. 15 e 16
[16] *Idem - Ibidem*, pág. 17
[17] Câmara Municipal da Guarda, *"Plano Estratégico da Cidade da Guarda"*, Maio 1996, Guarda, pág. 17 (parte2)

2.2 Características geo-morfológicas

2.2.1 Principais aspectos morfológicos e climáticos

Não se pretende realizar neste estudo uma análise detalhada da geomorfologia da Beira Transmontana, mas apenas fazer algumas referências gerais sobre as principais características desta região.

Uma vez que "*a diferentes tipos de rochas, correspondem formas de relevo e modelados diversos, bem como tipos de ocupação humana e consequentemente tipos de arquitectura distintos*"[18], a análise inicia-se pelos aspectos geomorfológicos da zona em questão.

Assim, a nível geológico a região da Beira Transmontana pertence ao Maciço Antigo Ibérico[19] (a mais velha unidade estrutural), cuja composição é predominantemente de dois tipos de rochas: graníticas e xistosas, aparecendo estas últimas essencialmente na forma de xistograuváquico, ou seja, xisto associado a formações grauvaques.[20].

Uma vez que o granito possui propriedades de rocha dura, mas forte susceptibilidade aos agentes naturais (devido a sua textura granular e composição heterogénea), a sua degradação é maior quanto maior for a presença constante de água – elemento fundamental para a existência de certos fenómenos físicos e bioquímicos erosivos – ou seja, a pedra granítica deteriora-se mais, quando o declive do solo é menor, uma vez que tal permite a concentração de água[21].

Deste modo, perante um clima húmido, o granito tem tendência a formar solos pouco compactos, permeáveis, e de textura arenosa; ao nível químico é pobre em cálcio e em ácido fosfórico, com um PH baixo e rico em potassa[22].

Já os solos compostos essencialmente por xisto, apresentam-se como sendo menos permeáveis que os referidos anteriormente, o que leva a uma transformação mais superficial, uma vez que a rocha é mais resistente a alterações químicas[23]. No entanto, formam solos pouco delgados, adequados para a exploração agrícola[24].

---

[18] Moutinho, Mário, "*A Arquitectura Popular Portuguesa*", Imprensa Universitária, editorial estampa, 2ª edição, 1979, Lisboa, pág.13

[19] Ver carta de unidades hidrogeológicas em Portugal continental (**anexo E**)

[20] Grauvaques – São arenitos, quartzo-feldespáticos de grão fino que se depositam em meio marinho. Alternam geralmente com leitos mais finos xistentos. Ferreira, Narciso e Viera, Gonçalo, "Guia Geológico e Geomorfológico do Parque Natural da Serra da Estrela – locais de interesse geológico e geomorfológico", Parque Natural da Serra da Estrela, Lisboa, 1999, pág109; Nunes, Adélia de Jesus Nobre "*Incêndios Florestais no Parque Natural da Serra da Estrela*"; Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra, 2001, pág. 30

[21] Nunes, Adélia de Jesus Nobre "*Incêndios Florestais no Parque Natural da Serra da Estrela*"; Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra, 2001, pág. 33

[22] Barahona, António Carlos Freitas Champalimaud de Aboim, "*A recuperação de aldeias históricas e a qualidade ambiental", Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Letras, 1996, Lisboa,* pág. 42

[23] Ferreira, Narciso e Viera, Gonçalo, "Guia Geológico e Geomorfológico do Parque Natural da Serra da Estrela – locais de interesse geológico e geomorfológico", Parque Natural da Serra da Estrela, Lisboa, 1999, pág.26 e 27

[24] Barahona, António Carlos Freitas Champalimaud de Aboim, "*A recuperação de aldeias históricas e a qualidade ambiental", Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Letras, 1996, Lisboa,* pág. 42

Como já se referiu, o tipo de rochas influencia a morfologia do território que, por sua vez, influencia o modo como os agentes meteorológicos actuam. Existem, no entanto, outros factores que condicionam o clima. De facto, Portugal continental possui uma localização privilegiada em relação ao oceano Atlântico, que banha toda a costa perfazendo 50% das fronteiras do país. No entanto, a sua posição geográfica no sul da Europa confere-lhe o "estatuto" de país com fortes influências mediterrânicas[25].

Existem assim dois factores principais que se cruzam e interagem, condicionando grande parte dos agentes naturais. Estas influências levam a uma divisão quase linear de orientação Norte-Sul, ao nível do clima em Portugal, como se pode verificar através da carta de domínios climáticos[26], onde o litoral do país surge com uma marcante influência do atlântico, onde as amplitudes térmicas são mais amenas, e o interior, onde as fortes amplitudes térmicas denunciam a presença de um clima continental.

A distribuição desigual do relevo é bastante notória, o que permite a diferente conjugação das influências, dando origem a regiões climatericamente distintas, apesar de se encontrarem muitas vezes geograficamente próximas. De facto, a morfologia de uma dada área possui uma relevância acrescida na definição do seu clima.

Tabela 1 – Repartição da altitude em Portugal continental (em percentagem).

Zona de altitude	Percentagens		
	Norte do Tejo	Sul do Tejo	Portugal
Acima de 700 m	19,7	0,2	11,6
De 400 a 700 m	27,2	2,8	17,0
De 200 a 400 m	24,2	34,0	28,3
Abaixo de 200 m	28,9	63,0	43,1
	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ribeiro, Orlando *"Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico"*, colecção "nova universidade", Livraria Sá da Costa editora, 7ª edição, 1998, Lisboa, pág. 40.

Através da carta hipsométrica[27], é possível verificar que a cordilheira central, à qual a Serra da Estrela pertence, domina e estrutura toda a região beirã. A serra é formada por planaltos de orientação SW-NE, sendo a vertente SW a que possui altitudes mais elevadas (a Torre atinge o

[25] Ribeiro, Orlando *"Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico"*, colecção "nova universidade", Livraria Sá da Costa editora, 7ª edição, 1998, Lisboa, pág. 141

[26] Ver **anexo F** (Carta de domínios climáticos de Portugal)

[27] **Anexo G** (Carta hipsométrica de Portugal), fonte: Atlas do Ambiente, Instituto do Ambiente, http://elara.iambiente.pt/atlas/est/index.jsp

ponto de maior altitude nos 1993m), e também maiores declives, que se "esbatem" a medida que se caminha para NE, em direcção à Guarda, e aos planaltos da Beira Transmontana[28].

Na verdade, a Estrela não possui um papel passivo, meramente de divisor físico, como acontece na grande maioria das serras portuguesas; ela possui a dupla função de interagir com o meio, criando complexas regiões (ou sub-regiões) que ela mesma compartimenta de um modo pouco nítido[29], uma vez que as suas "fronteiras" internas não são estanques. Assim, a Beira Transmontana ao englobar grande parte da serra, acarreta com ela todas as suas contradições.

A região que aqui se pretende estudar com mais profundidade é sobretudo constituída por planaltos (em especial a Leste)[30], com altitudes elevadas, o que por si só já influencia o modo como o clima se manifesta.

Fig. 2 – Vista sobre os planaltos da Beira Transmontana

À medida que aumenta a altitude, desce a temperatura e aumenta a precipitação[31], no entanto, é preciso não esquecer que a Serra da Estrela tem aqui um importante papel, devido à sua complexa morfologia:

- A existência deste maciço de orientação aproximada sudoeste/nordeste, provoca uma inconstante influência climatérica, uma vez que tanto se comporta como uma barreira física perante as massas de ar húmido e frio vindas do litoral, facilitando a acção dos ventos frios de nordeste[32], como permite que os ventos húmidos atravessem os vales e

[28] Ferreira, Narciso e Viera, Gonçalo, "Guia Geológico e Geomorfológico do Parque Natural da Serra da Estrela – locais de interesse geológico e geomorfológico", Parque Natural da Serra da Estrela, Lisboa, 1999, pág. 25

[29] Mattoso, José [et al], "*Portugal – o Sabor da Terra: Beira*", Circulo dos leitores, Lisboa, pág. 13

[30] Moutinho, Mário, "*A Arquitectura Popular Portuguesa*", Imprensa Universitária, editorial estampa, 2ª edição, 1979, Lisboa, pág.14

[31] Nunes, Adélia de Jesus Nobre, "Incêndios Florestais no Parque Natural da Serra da Estrela", universidade de Coimbra, faculdade de Letras, Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra, 2001, pág.14; Mattoso, José [et al], "*Portugal – o Sabor da Terra*", Circulo dos leitores, Lisboa, pág. 26

[32] Mattoso, José [et al], "*Portugal – o Sabor da Terra: Beira*", Circulo dos leitores, Lisboa, pág.18; Nunes, Adélia de Jesus Nobre *"Incêndios Florestais no Parque Natural da Serra da Estrela"*; Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra, 2001, pág.16; Ribeiro, Orlando*; "Guia de Portugal – Beira, II. Beira Baixa e Beira Alta"*, Fundação Calouste Gulbenkian, 2º edição, Março 1994, volume III, tomo II, gráfica de Coimbra Lda., pág.744

cheguem aos planaltos interiores[33], provocando Invernos frios e húmidos com geada, gelo e neve (em muitas ocasiões)[34];

- Do mesmo modo, a morfologia da serra, impede a chegada destes mesmos ventos nos meses de Verão, uma vez que não conseguem atravessar os vales tortuosos devido às diferentes direcções que nesta época do ano adquirem[35], tornando os Verões muito quentes e secos[36].

Assim, toda a região oriental, em particular a área de planaltos, possui características de índole continental, com fortes amplitudes térmicas[37]. É ainda possível verificar a semelhança com o clima transmontano através da carta de conforto bioclimático[38], que, claramente, o demonstra.

2.2.2 Elementos fundamentais da vegetação e paisagem

A presença da influência de dois macroclimas (atlântico e mediterrâneo, como já foi referido), permitiu o desenvolvimento de uma grande variedade na flora potencial. Contudo, a intervenção do homem levou a uma grande artificialização do coberto vegetal, nomeadamente através da agricultura, pastorícia, abate, florestação, incêndios, etc.

Deste modo, e reforçando a ideia já referida, a Beira Transmontana não possui um carácter uniforme, podendo-se encontrar aí diferentes tipos de paisagem. Para tal contribuem diferentes condicionantes do meio:

- O tipo de solo é uma delas. Dado que a região em estudo é essencialmente composta por rocha granítica e/ou xistosa, é importante aqui fazer uma pequena referência sobre as suas propriedades[39].

  Sendo o granito uma rocha relativamente vulnerável à acção da água, como já se referiu, ela origina solos com algum polimorfismo, podendo formar camadas relativamente espessas de matéria orgânica (especialmente em zonas de declive pouco acentuado, uma

[33] Barahona, António Carlos Freitas Champalimaud de Aboim, *"A recuperação de aldeias históricas e a qualidade ambiental", Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Letras, 1996, Lisboa*, pág. 40

[34] Pereira, José Fernandes; "*Guarda – Cidades e Vilas de Portugal*"; Editorial Presença, 1ª edição, Lisboa, 1995, pág 11 e 12 Barahona, António Carlos Freitas Champalimaud de Aboim, *"A recuperação de aldeias históricas e a qualidade ambiental", Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Letras, 1996, Lisboa*, pág. 39

[35] Barahona, António Carlos Freitas Champalimaud de Aboim, – Ob. cit, pág. 11

[36] Alonso Santos, José Luís e Caetano, Lucília, "*Modelos de Organización Territorial en la Raya Central Ibérica – Una Visión de Conjunto"*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, pág. 58; Pereira, José Fernandes; "*Guarda – Cidades e Vilas de Portugal*"; Editorial Presença, 1ª edição, Lisboa, 1995, pág 11 e 12; Barahona, António Carlos Freitas Champalimaud de Aboim, "*A recuperação de aldeias históricas e a qualidade ambiental"*, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Letras, 1996, Lisboa, pág. 39; Amaral, Francisco Keil do [et al], "Arquitectura Popular em Portugal", 2º volume, 3ª edição, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988, pág. 6

[37] Alonso Santos, José Luís e Caetano, Lucília, "*Modelos de Organización Territorial en la Raya Central Ibérica – Una Visión de Conjunto"*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, pág., 58); *Oliveira, Ernesto Veiga de e Galhano, Fernando, "Arquitectura Tradicional Portuguesa"*, colecções: Portugal de Perto, Publicações Dom Quixote, 2ª edição, 1994, Lisboa, pág. 17. Ver também **anexo H, I, J e K,** correspondentes às cartas: de número de dias de geada no ano, de humidade relativa do ar, precipitação total e temperatura média, respectivamente.

[38] **Anexo L**, (Carta de conforto bioclimático)

[39] Ver **anexo M**, (Carta simplificada de solos)

vez que sofre menos a influência da erosão)[40]. Este tipo de solos são geralmente usados para o cultivo de sequeiro[41].

Já o xisto, mais resistente aos agentes erosivos, forma solos mais delgados e mais brandos, com menos polimorfismo[42], o que lhe confere boas aptidões agrícolas e uma vegetação rica[43].

- Trata-se, igualmente, de uma região bastante severa no seu clima e morfologia, não permitindo a existência de certas espécies vegetais. Efectivamente, apenas as mais aptas conseguem vingar no clima serrano. Um bom exemplo é o do castanheiro, cuja adaptação ao meio permite que sobreviva sem dificuldades até 1200metros de altitude[44]. O forte papel que a castanha teve, e que até certa medida ainda tem, na alimentação do povo beirão, expressa bem a sua importância[45].

  Outra árvore cuja adaptação obteve sucesso, e que em tempos foi muito frequente na Beira Transmontana, foi o carvalho[46], cuja madeira de qualidade excepcional permitiu construções de grande resistência, é hoje mais rara, devido à desflorestação, à qual se seguiu a campanha do pinheiro[47].

- É possível escalonar para a Serra da Estrela diferentes patamares altimétricos e fazer-lhes corresponder as espécies que aí se encontram. Segundo Jan Jansen, é possível diferenciar com alguma nitidez três patamares de vegetação: um primeiro, considerado como o andar basal[48], que chega aos 800metros de altitude; um segundo, intermédio[49], entre os 800 e os 1600m; e um terceiro, superior[50], acima dos 1600m[51]. Há que ter em conta que hoje em dia as espécies que se podem encontrar nos três patamares referidos,

---

[40] Nunes, Adélia de Jesus Nobre *"Incêndios Florestais no Parque Natural da Serra da Estrela"*; Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra, 2001, pág. 35

[41] Barahona, António Carlos Freitas Champalimaud de Aboim, *"A recuperação de aldeias históricas e a qualidade ambiental", Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Letras, 1996, Lisboa,* pág. 40

[42] *Idem - Ibidem*, pág. 40

[43] Nunes, Adélia de Jesus Nobre "*Incêndios Florestais no Parque Natural da Serra da Estrela"*; Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra, 2001, pág.35

[44] Ribeiro, Orlando *in "Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico"*, colecção "nova universidade", Livraria Sá da Costa editora, 7ª edição, 1998, Lisboa, pág. 107; Pereira, José Fernandes; *in "Guarda – Cidades e Vilas de Portugal*"; Editorial Presença, 1ª edição, Lisboa, 1995, pág. 12

[45] *Idem - Ibidem*, pág. 108

[46] Nunes, Adélia de Jesus Nobre *in "Incêndios Florestais no Parque Natural da Serra da Estrela"*; Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra, 2001, pág.48

[47] *Idem - Ibidem*, pág.49

[48] No andar basal, as espécies nativas seriam principalmente bosques de carvalhos (*Quercus robur*) e de freixos (*Fraxinus angustifólia*), existindo ainda nos vales e junto aos rios Amieiro (*Alnus glutinosa*) e Azereiro (*Prunus lusitanica*); hoje, devido à artificialização provocada pelo homem, existe principalmente mato rasteiro de Sanganho e Estevão (*Cistus),* Rosmaninho (*Lavandula*), e prados; é também neste andar que se encontram grande parte dos terrenos cultivados com hortas, cereais e pomares. Jansen, Jan, "Guia Geobotânico da Serra da Estrela: Flora", Parque Natural da Serra da Estrela, Manteigas, 2002, pág. 19

[49] No andar intermédio as espécies primitivas mais comuns seriam: Carvalho negral (*Quercus pyrenaica)* e Azinheira (*Quercus rotundifolia),* Vidoeiro (*Betula celtiberica),* Teixo (*Taxus baccata),* Azevinho (*Ilex aquifolium),* Freixo (*Fraxinus angustifólia)* e Amieiro (*Alnus glutinosa).* Presentemente, podem-se encontrar sobretudo urzais, giestais ou caldoneiras, e prado. Até aos 1600m de altitude é ainda praticada alguma agricultura. *Idem - Ibidem*, pág. 20

[50] No andar superior, as espécies autóctones compunham zimbrais-rasteiros de Piorneira-da-estrela (*Cytisus oromediterraneus*) ou Pinheiro-de-casquinha (*Pinus sylvestris*) e caldoneiras pulviniformes (*Echinospartum ibericum*), hoje é possível encontrar principalmente urzais, giestais e prado. *Idem - Ibidem*, pág. 20

[51] *Idem - Ibidem*, pág. 18 19 e 20.

já não são as que existiam primitivamente, antes da intervenção do homem, cujas actividades modificaram a flora existente. No entanto, as espécies referidas como nativas, não se encontram totalmente desaparecidas, o que se verifica presentemente é a existência de uma diminuição da presença de certas espécies, e uma mistura com espécies introduzidas pelo homem, como por exemplo o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) em meados do século XX, e mais recentemente o eucalipto.

No entanto, não é possível generalizar para toda a região beirã estes patamares, que são, apesar disso, uma referência importante para a compreensão da distribuição espacial do coberto vegetal beirão.

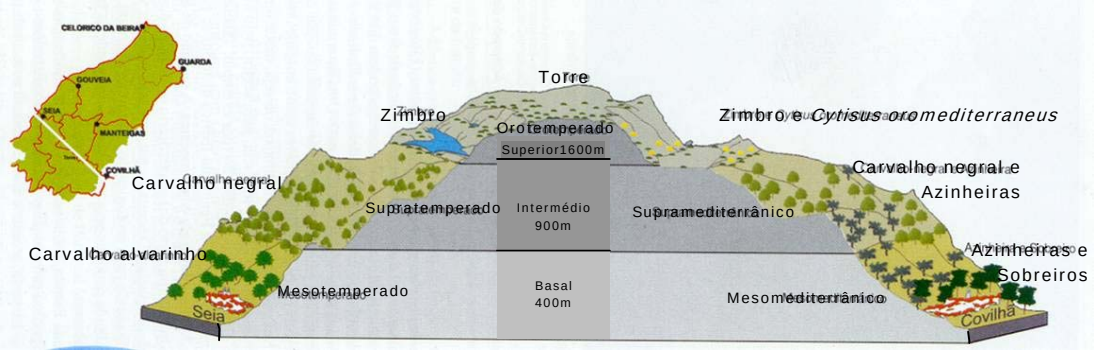


Fig. 3 – Representação de um transecto da Serra da Estrela com pelo menos 5 variantes altitudinais. Fonte: Jansen, Jan, "Guia Geobotânico da Serra da Estrela: Flora", Parque Natural da Serra da Estrela, Manteigas, 2002, pág. 21

Relativamente à região da Beira Transmontana, é possível afirmar que as principais espécies são sobretudo caducifólias, encontrando-se em mato denso, especialmente o Carvalho roble (*Quercus robur*), o Carvalho negral (*Quercus pyrenaica*), o Castanheiro (*Castanea sativa*), que aparece entre os 1000-1200 metros associado ao Vidoeiro (*Betula celtiberica*), a Orveira (*Sorbus aucuparia*), e o Sabugueiro (*Sambucus nigra*). É ainda possível encontrar Azinheiras e o Sobreiros associados ao castanheiro ou ao carvalho. Em matas ralas, são frequentemente encontradas giestas (*Cytisus lusitanicus, Cytisus pendulinus*), urzes (*Erica arbórea, Erica scoparia*), carqueja (*Pterospartum tridentatum*), tojo (*Ulex europeus*), rosmaninho (*Lavandula stoechas*), e outras espécies arbustivas. Normalmente associadas à Azinheira, aparecem espécies arbustivas como o zambujeiro (*Olea europea*), o carrasco (*Quercus coccifera*), a esteva (*Cistus ladaniferus*), o estevão (*Cistus populifolius*), a roselha (*Cistus crispus*), o espargo-silvestre (*Asparagus acutifolius*), trovisco-fêmea (*Daphne gnidium*), o rosmaninho, o tojo, as urzes e as giestas[52].

[52] Gaspar, Jorge (coord.), *in*: "Portugal Moderno: Geografia", Enciclopédia Temática, edições POMO, 1991, Lisboa, pág 66, 67, 68; ver **anexo N** (Carta de distribuição geográfica potencial dos principais tipos de floresta).

- De facto, a denominação "terra quente", para a zona de vales, e de "terra fria" para as encostas serranas e planaltos, demonstra bem a importância da altitude. Na verdade, se as primeiras se caracterizam por uma forte variedade de espécies, como os castanheiros, carvalhos, olivais, pomares, hortas, campos de centeio, milho, feijão, e vinhas; a segunda caracteriza-se por uma agricultura pobre.
- Há, no entanto, que referir que a agricultura praticada na Beira Transmontana é de subsistência, ou seja, a produção é feita em pequena escala, sendo a parcela de exploração de dimensões reduzidas, normalmente composta por uma pequena horta e algumas árvores de fruto.

  No que respeita à cultura de sequeiro, ela é na sua grande maioria dedicada ao centeio, uma vez que se trata de um cereal pouco exigente em relação às condições de produção, tendo-se adaptado bem às terras beirãs. Para além da sua presença na mesa deste povo, o centeio, foi em outros tempos usado para encher os colchões (enxergas)[53].

  Actualmente, a agricultura na Beira Transmontana encontra-se em decadência. Os motivos são vastos: envelhecimento da população, falta de mão-de-obra (quer devido a movimentos migratórios de saída da região, quer à baixa natalidade registada nos últimos anos), falta de modernização das técnicas e dos instrumentos de trabalho agrícola, e também falta de planeamento ou estruturação da actividade[54].
- Como já foi mencionado, os rios possuem uma importância acrescida na modelação do relevo da Beira Transmontana, cruzando-se no seu coração 3 bacias dos principais rios portugueses: o Tejo (o mais longo da Península Ibérica); o Mondego (o maior rio que nasce em Portugal); e o Douro (o maior da Península Ibérica).

Deste modo, é possível concluir que:

- *A nível geológico a região em estudo possui predominantemente dois tipos de rochas: granito e xisto. Este facto levou a que as construções aqui encontradas possuíssem um aspecto bastante idêntico, uma vez que os fracos recursos das povoações levaram-nas a usar o que tinham "mais à mão".*
- *A influência de diferentes factores climáticos e de uma morfologia acidentada dotou a região em estudo de um clima bastante rigoroso, com fortes amplitudes térmicas, levando a que as aldeias se estruturassem de diferentes formas, de modo a melhor se protegerem da agressividade do clima;*

[53] Pereira, José Fernandes; "*Guarda – Cidades e Vilas de Portugal*"; Editorial Presença, 1ª edição, Lisboa, 1995, pág. 12
[54] Nunes, Adélia de Jesus Nobre, "*Incêndios Florestais no Parque Natural da Serra da Estrela*"; Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra, 2001, pág. 62

- *Os diferentes tipos de solos, o clima severo, a morfologia do terreno, o tipo de agricultura praticada e a influência dos principais rios que atravessam a região levou a existência de uma fauna e flora particular, influenciando também o modo de vida das populações e consequentemente a organização física dos lugares;*

2.3 Síntese histórica dos assentamentos humanos na região

Em oposição ao que aconteceu nas restantes serras do Norte de Portugal, a Serra da Estrela teve uma ocupação humana tardia[55]. De facto, os povoamentos que foram surgindo na Beira Transmontana, localizaram-se sobretudo nos sopés da serra, a não mais de 800 metros de altitude[56], formando como que um colar de contas[57] em volta da serra.

Um dos primeiros povos a ocupar o território a norte do Tejo foram os Lusitanos, cuja organização em pequenos castros – aldeias fortificadas – permitia uma melhor defesa e segurança dos seus habitantes[58].

O povo lusitano vivia essencialmente da pastorícia, sempre que a guerra ou os saques o permitiam[59], sendo na maioria das vezes de essência transumante, ou seja, o gado era levado a pastar nos vales quentes, quando os meses de Inverno se aproximavam, sendo os próprios castros muitas vezes de origem sazonal[60].

Cerca do século I a.C., a romanização já era patente em grande parte do país. Contudo, verificou-se que a aculturação se processou muito mais lentamente na região da Serra da Estrela[61]. Todavia, os romanos deixaram um importante legado que ainda hoje é passível de se observar. Foram responsáveis pela introdução da telha nas coberturas das casas, pela técnica de construção de paredes de pedra aparelhada, e talvez pelo pátio beirão. Algumas vias pavimentadas pelos romanos, com pedras de grandes dimensões, são ainda hoje visíveis[62].

Fig. 4 – Possível antiga estrada romana, localizada numa aldeia da Beira Transmontana

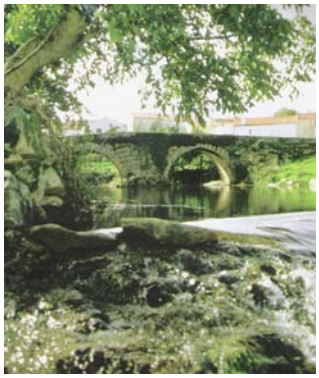


Fig. 5 – Ponte romana, perto do Sabugal, no Distrito da Guarda.

[55] Daveau, Suzanne, "*Portugal Geográfico*", Edições João Sá da Costa, 1995, Lisboa, pág. 114
[56] Daveau, Suzanne e Galego, Júlia, "O numeramento de 1527-1532 – tratamento cartográfico", memórias do centro de estudos geográficos, nº9, Lisboa, 1986, pág. 55.
[57] Daveau, Suzanne, "*Portugal Geográfico*", Edições João Sá da Costa, 1995, Lisboa, pág. 115
[58] Barahona, António Carlos Freitas Champalimaud de Aboim, *"A recuperação de aldeias históricas e a qualidade ambiental", Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Letras, 1996, Lisboa*, pág. 49 e 50
[59] Pereira, José Fernandes; "*Guarda – Cidades e Vilas de Portugal*"; Editorial Presença, 1ª edição, Lisboa, 1995, pág. 15
[60] *Idem - Ibidem*, pág. 21-22
[61] *Idem - Ibidem*, pág. 17
[62] Amaral, Francisco Keil do [et al], "Arquitectura Popular em Portugal", 2º volume, 3ª edição, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988, pág. 47

Posteriormente, as marcas deixadas pelas invasões árabes foram mais ténues na zona norte do país, talvez devido aos materiais existentes no meio – sobretudo xisto e granito – que não permitiam as tipologias e o uso das técnicas de construção do povo invasor, como o reboco ou as alvenarias[63]

No entanto, tanto as lutas moçárabes, como todo o período que se seguiu de confrontos, em especial com o vizinho reino de Castela-Leão, levou à construção de fortes/castelos, que pontuam toda a raia, e cuja importância foi fundamental na organização do espaço[64]. Seguramente, a estruturação do povoamento beirão deve-se em muito a estas vilas e aldeias fortificadas, que serviram de âncoras na organização do território.

Fig. 6 – Aldeia de Sortelha

Em oposição ao que se verifica no norte litoral, em especial no Minho, a ocupação humana não se faz de um modo disperso, com casas "semeadas" homogeneamente pela região, mas sim através de pequenos aglomerados de casas, "plantados" aqui e ali, esparsamente[65].

No entanto, a estrutura de organização do povoamento não é exactamente igual em toda a Beira Transmontana, sendo possível apontar algumas diferenças entre povoações que se localizam em vale ou em encosta, em zonas de granito ou essencialmente de xisto, se a agricultura praticada é de sequeiro ou de regadio, etc[66]. Estas diferenciações revelam a enorme importância dos factores naturais, uma vez, e como já foi referido, o clima, o tipo de solo e a própria morfologia varia dentro da região.

De facto, é notório no modo de vida do homem beirão a sua relação próxima com o meio onde vive, quer seja nos hábitos alimentares, nos materiais e técnicas de construção, como na própria estruturação dos povoamentos.

[63] Amaral, Francisco Keil do [et al], Ob. cit., pág. 47
[64] *Idem - Ibidem*, pág. 47
[65] Moutinho, Mário, "*A Arquitectura Popular Portuguesa*", Imprensa Universitária, editorial estampa, 2ª edição, 1979, Lisboa, pág.26
[66] Amaral, Francisco Keil do [et al], "Arquitectura Popular em Portugal", 2º volume, 3ª edição, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988, pág. 25

Na verdade, desde cedo que existiram muitos e pequenos povoamentos autónomos na região da Beira Transmontana, existindo hoje praticamente os mesmos lugares que já existiam no século XVI[67].

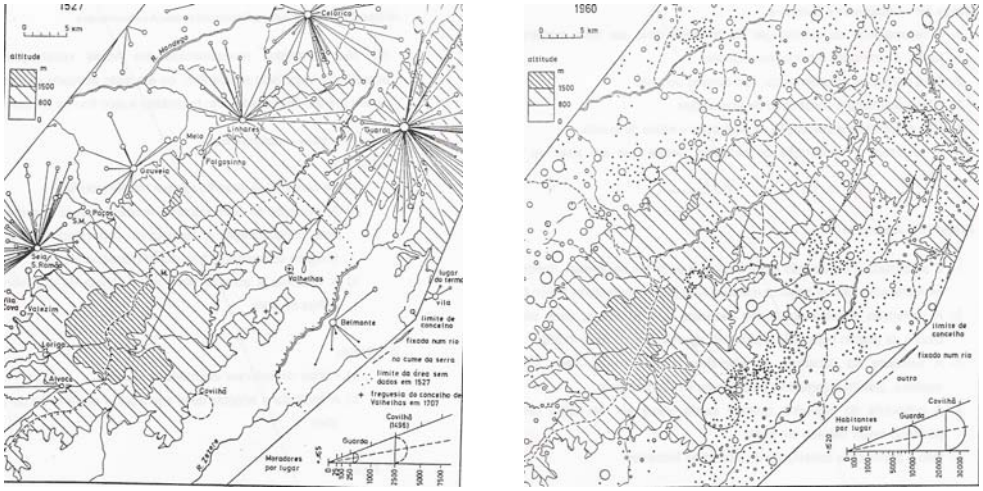


Fig. 7 – Povoamento da Serra da Estrela em 1527 e 1960 respectivamente.
Fonte: Daveau, Suzanne e Galego, Júlia, "O numeramento de 1527-1532 – tratamento cartográfico", memórias do centro de estudos geográficos, nº9, Lisboa, 1986, pág. 56 e 57

Os povoamentos nasceram e cresceram sem a existência de planos prévios[68], mas com atenção a outros factores, nomeadamente climatéricos, geomorfológicos e culturais. Em algumas aldeias é possível observar esta estreita ligação homem/meio através das casas que foram construídas literalmente na rocha (exemplo de Sortelha).

Os espaços comuns eram quase sempre funcionais, relacionados com o trabalho agrícola – eiras, quintais, pátios – ou com algum elemento de referência para o povoamento – igrejas, solares, pelourinhos, etc[69].

Durante o século XX, em especial a partir da segunda metade, verificou-se um esvaziamento progressivo das aldeias beirãs, devido aos movimentos migratórios registados quer para o exterior do país, como para os centros urbanos de maiores dimensões (especialmente no litoral)[70], na procura de melhores condições de vida, que esta terra agreste não conseguia dar.

Hoje, a existência da linha ferroviária, especialmente a da Beira Alta (a linha da Beira Baixa termina a grande maioria dos seus trajectos em Castelo Branco), e das vias rápidas A25 e da A23, permite criar novas condições de desenvolvimento na região, provocando a evolução mais rápida das povoações que se encontram junto às novas vias[71].

[67] Daveau, Suzanne e Galego, Júlia, "O numeramento de 1527-1532 – tratamento cartográfico", memórias do centro de estudos geográficos, nº9, Lisboa, 1986, pág. 59
[68] Barahona, António Carlos Freitas Champalimaud de Aboim, *"A recuperação de aldeias históricas e a qualidade ambiental", Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Letras, 1996, Lisboa,* pág. 52
[69] *Idem - Ibidem, Lisboa,* pág. 52
[70] Daveau, Suzanne e Galego, Júlia, "O numeramento de 1527-1532 – tratamento cartográfico", memórias do centro de estudos geográficos, nº9, Lisboa, 1986, pág. 60
[71] Daveau, Suzanne, "*Portugal Geográfico*", Edições João Sá da Costa, 1995, Lisboa, pág. 115

Deste modo, é possível concluir que:

- *As primeiras ocupações humanas da região dão-se em volta da Serra da Estrela a não mais de 800m de altitude, em forma de castros;*
- *A transumancia do gado levou a construção de castros sazonais;*
- *A influência romana ainda é hoje visível (permaneceram certas técnicas de construção, vias, pontes, e talvez até o pátio beirão);*
- *A construção de fortificações em particular ao longo da raia, foi de grande importância para a estruturação do espaço, servindo simultaneamente de âncoras na organização territorial;*
- *A organização espacial das aldeias varia conforme a sua localização geo-morfologica, tipo de solo, tipo de agricultura praticada, etc.;*
- *Os espaços comuns das aldeias beirãs são quase sempre funcionais: eiras, quintais, pátio; ou relacionados com um elemento de referência: igrejas, solares, etc.;*
- *As vias de comunicação possuem nesta região cada vez mais um papel agregador, localizando-se as novas construções junto às vias mais recentes.*

2.4 Panorama sócio-económico

Os factores naturais da Beira Transmontana nunca permitiram que a agricultura se tornasse uma actividade suficientemente rentável para que o povo beirão pudesse fazer dela a sua única fonte de sustento. De facto, a agricultura praticada nesta região é somente de subsistência, sendo as parcelas agrícolas de tamanhos exímios, devido às sucessivas partilhas da terra deixada como herança[72].

A pastorícia surge então com um papel complementar mas fundamental no modo de vida deste povo. Porém, também a criação de gado era feita a nível privado, ou seja, para consumo próprio. Devido à limitação da morfologia e da vegetação existente, os animais criados são sobretudo ovinos e caprinos. Rareiam as famílias que possuem um burro ou uma vaca para ajuda das árduas tarefas da lavoura. Na realidade, a existência de gado bovino em grande número é exclusivo das terras mais baixas, onde as pastagens em abundância o permitem[73].

A criação de certos animais possibilita ainda recorrer aos produtos que deles derivam, de forma a enriquecer um pouco mais o magro rendimento familiar[74].

Já a lã, foi durante muito tempo impulsionadora de uma importante indústria serrana[75]. Na verdade, a indústria dos lanifícios, não teve par na região beirã; juntamente com ela existiam apenas pequenas indústrias artesanais de fabrico familiar, cujos produtos apoiavam sobretudo a actividade agrícola e a pastorícia, como cestos, enxadas, etc[76].

Como já foi mencionado, a agricultura praticada é de minifúndio, sendo composta essencialmente por pequenas hortas e /ou pomares, aparecendo quase sempre oliveiras e vinhas (sobretudo até os 800m de altitude). O castanheiro, hoje menos encontrado, foi em tempos fonte de riqueza, sendo a castanha um (senão o) principal alimento na mesa dos beirões, só mais tarde com a introdução da batata e do milho[77], ela perde a sua enorme importância.

Devido às grandes amplitudes climáticas, era praticada a transumância na pastagem dos animais, sendo levados a pastar nos meses de Inverno nas regiões mais baixas dos vales férteis da raia beirã[78].

Um outro aspecto que caracteriza este povo é o forte sentimento de inter-ajuda, passível de se verificar tanto pela existência de equipamentos de uso comum, como os lavadouros públicos, ou

[72] Barahona, António Carlos Freitas Champalimaud de Aboim, *"A recuperação de aldeias históricas e a qualidade ambiental"*, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Letras, 1996, Lisboa, pág. 46

[73] *Idem - Ibidem*, pág. 47

[74] Oliveira, Ernesto Veiga de e Galhano, Fernando, *"Arquitectura Tradicional Portuguesa"*, colecções: Portugal de Perto, Publicações Dom Quixote, 2ª edição, 1994, Lisboa, pág.135

[75] Mattoso, José [et al], *in* "*Portugal – o Sabor da Terra: Beira*", Circulo dos leitores, Lisboa, pág. 25; Daveau, Suzanne, *"Portugal Geográfico"*, Edições João Sá da Costa, 1995, Lisboa, pág. 115

[76] Barahona, António Carlos Freitas Champalimaud de Aboim, *"A recuperação de aldeias históricas e a qualidade ambiental"*, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Letras, 1996, Lisboa, pág. 47

[77] Ribeiro, Orlando, "*Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico"*, colecção "nova universidade", Livraria Sá da Costa editora, 7ª edição, 1998, Lisboa, pág. 108

[78] Daveau, Suzanne, "*Portugal Geográfico*", Edições João Sá da Costa, 1995, Lisboa, pág. 114

mesmo pela presença de pátios, como em certas actividades, que ainda hoje perduram, como a guarda conjunta de rebanhos, o cultivo dos campos, a apanha da azeitona ou as vindimas[79].

Fig. 8 – Pastor e seu rebanho

Fig. 9 – Utilização de um lavadouro público

A actividade agrícola encontra-se em declínio na região beirã, muito devido à falta de mão-de-obra. Não só a população da região possui uma tendência para diminuir cada vez mais, como também se encontra envelhecida[80].

A deslocação gradual de população, sobretudo jovem, para as grandes cidades e para o exterior do país, levou ao esvaziamento do interior, e à concentração de cerca de ¾ da população portuguesa no litoral, criando uma enorme assimetria regional[81].

Deste modo, a Beira Transmontana, cujos limites são semelhantes aos do distrito da Guarda, não foge a esta regra. As suas aldeias esvaziam-se lentamente, tendo a população diminuído em toda a região. A emigração faz-se quer para os centros metropolitanos, quer para o exterior do país[82]. Os centros urbanos de média dimensão da Beira Transmontana funcionam como pólo de sucção da população rural envolvente, levando ao detrimento dos espaços intersticiais (rurais)[83].

Verificou-se o fenómeno de densificação dos aglomerados; contudo, estes não são suficientemente "urbanos" para satisfazer todas as necessidades da população que a procura, ou seja, a falta de informação, de certos serviços e de equipamentos, não permite criar as condições necessárias de atracção e de fixação das pessoas na Beira Interior.

No entanto, recentemente, tem se vindo a verificar algumas melhorias a diferentes níveis, nomeadamente no que respeita aos acessos, tendo a A25 e a A23 tornando-se importantes suportes para o desenvolvimento da zona raiana[84]. Já em relação aos caminhos-de-ferro, e apesar

[79] Mattoso, José [et al], *in "Portugal – o Sabor da Terra: Beira"*, Circulo dos leitores, Lisboa, pág. 24
[80] Ver **anexo O** (Gráfico da evolução da população residente no distrito da Guarda), **anexo P** (Percentagem de jovem em Portugal continental entre 1970 e 2001) e **anexo Q** (Percentagem de indivíduos com 65 ou mais anos).
[81] Ver **anexo R** (População residente por distrito em 2001)
[82] Nunes, Adélia de Jesus Nobre, "Incêndios Florestais no Parque Natural da Serra da Estrela", universidade de Coimbra, faculdade de Letras, Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra, 2001, pág.61
[83] Alonso Santos, José Luís e Caetano, Lucília, *"Modelos de Organización Territorial en la Raya Central Ibérica – Una Visión de Conjunto"*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, pág. 34
[84] Câmara Municipal da Guarda, *"Plano Estratégico da Cidade da Guarda"*, Maio 1996, Guarda, pág. 19 (parte2)

da linha da Beira Alta ter sido modernizada recentemente, a linha da Beira Baixa não "apostou" na ligação com a Guarda, existindo poucos comboios a efectuar este trajecto, o que tem vindo a enfraquecer o eixo Guarda-Castelo Branco, que se avizinhava promissor a vários níveis, especialmente pela forte presença da indústria verificando-se o crescimento urbano cada vez mais ancorado às vias de comunicação[85].

As atenções centram-se agora nas terras mais a Leste, ou seja, na vizinha Espanha, uma vez que as fronteiras desapareceram e os acessos melhoraram nos últimos anos, levando à expansão do mercado agora para além região envolvente. Os produtos tradicionais, em particular os queijos da serra e os enchidos, podem e devem agora "mostrar" o seu valor, existindo condições para o fazerem[86].

Um outro aspecto relevante para o futuro económico e demográfico da região em estudo é o forte potencial turístico que toda a região apresenta, seja ele ligado à cultura e património, seja à natureza, ou mesmo à saúde. O esforço que nos últimos anos se tem efectuado, particularmente ao nível dos acessos viários e implementação (ou melhoria) de algumas infraestruturas de lazer, permitiu que o sector turístico desse mostras de crescimento, no entanto, a diversidade que é possível encontrar na região cuja Serra da Estrela é o coração, permite uma exploração ainda maior destas diferentes vertentes, possibilitando a implementação de actividades económicas que, consequentemente, levariam não só a um maior crescimento económico e à criação de empregos como também à fixação de população[87].

Deste modo, é possível concluir que:

- *Diversos factores naturais nunca permitiram que a agricultura na Beira Transmontana fosse mais do que uma agricultura de subsistência;*
- *Uma forte cultura de inter-ajuda também influenciou o modo como as aldeias se estruturaram, uma vez que as actividades em conjunto como a guarda conjunta de rebanhos ou o malhar dos cereais, levou à existência de espaços comuns, como por exemplo os pátios ou as eiras;*
- *O envelhecimento da população, o desemprego e a falta de certos equipamentos colectivos, levam de ano para ano ao esvaziamento populacional das aldeias;*

[85] Barahona, António Carlos Freitas Champalimaud de Aboim, *in: "A recuperação de aldeias históricas e a qualidade ambiental", Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Letras, 1996, Lisboa,* pág. 48
[86] Câmara Municipal da Guarda, *"Plano Estratégico da Cidade da Guarda"*, Maio 1996, Guarda, pág. 19 (parte2)
[87] Barahona, António Carlos Freitas Champalimaud de Aboim, *"A recuperação de aldeias históricas e a qualidade ambiental", Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Letras, 1996, Lisboa,* pág. 49; Câmara Municipal da Guarda, in *"Plano Estratégico da Cidade da Guarda"*, Maio 1996, Guarda, pág. 19 (parte2)

- *Falta desenvolver o forte potencial turístico (seja ao nível da cultura, saúde ou natureza), que poderia colmatar algumas das necessidades que hoje se fazem sentir nesta região.*

2.5 A arquitectura vernacular da Beira Transmontana

Ao analisar-se a arquitectura beirã, em particular a da Beira Transmontana, há que ter em conta todos os outros factores já referidos no presente estudo, cuja influência se vai manifestar nas construções ou no modo como são feitas.

De facto, as edificações possuem fortes relações com o meio onde se inserem, quer devido ao material usado, quer devido a outro tipo de factores como o clima, os escassos recursos da população, ou às principais actividades económicas da região – a agricultura e a pecuária.

No entanto, e mais uma vez, não se pretende fazer uma abordagem extensiva e muito pormenorizada da arquitectura vernacular beirã, uma vez que existem várias obras bastante completas e somente direccionadas para este tema.

2.5.1 Arquétipo arquitectónico: estrutura espacial, tipologias e materiais

A casa beirã é por norma uma casa de dimensões reduzidas, de planta quadrada ou rectangular e de dois pisos, podendo em alguns casos alcançar os três[88].

O primeiro piso é de uso habitacional, enquanto que o piso térreo é reservado aos animais, ou para a guarda de produtos alimentares ou maquinaria usada na lavoura[89].

O acesso ao piso superior é feito pelo exterior, através de uma escada de pedra, normalmente paralela à fachada principal. Esta escadaria termina frequentemente num pequeno patamar, que sendo por vezes coberto[90], funciona como transição entre o espaço interior (privado) e o exterior (público, ou semi-público). Como será exposto mais adiante, esta relação entre o público e privado, nem sempre é clara.

Fig. 10 – Casas com alpendre.

[88] Moutinho, Mário, "*A Arquitectura Popular Portuguesa*", Imprensa Universitária, editorial estampa, 2ª edição, 1979, Lisboa, pág.42
[89] Amaral, Francisco Keil do [et al], "Arquitectura Popular em Portugal", 2º volume, 3ª edição, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988, pág. 27
[90] *Idem - Ibidem*, pág. 27

Os materiais usados celebram a região. Ou seja, é usada a pedra que existe com maior abundância na zona: o granito e/ou o xisto, sendo no entanto, a primeira mais frequente por toda a Beira Transmontana. Nas áreas de transição das duas pedras, estas aparecem geralmente combinadas[91].

Quando as duas pedras são usadas em conjunto, o granito aparece sempre nos cunhais e nos vãos, de modo a dar mais solidez à construção, já que o xisto é aplicado (tradicionalmente) em pequenas lâminas sobrepostas horizontalmente, sem uso de argamassa[92].

O xisto aparece ainda nos beirais e por vezes nas coberturas, sendo no entanto, o colmo o material usado primordialmente. Mais tarde surge a telha cerâmica de canudo, largamente aplicada. A tipologia dos telhados é geralmente de duas ou quatro águas[93].

Fig. 11 – Casas com características típicas da região da Beira Transmontana

Falta ainda referir a arquitectura erudita da Beira Transmontana, que curiosamente sofreu influências da arquitectura popular da região[94], por exemplo: a existência de varandas e alpendres, muitas vezes com a função sacrificada a favor dos valores estéticos dos seus construtores.

Para além da dimensão superior das construções mais eruditas, elas possuem também (apesar de raros) alguns elementos decorativos que as destacam das restantes: brasões (no caso dos solares), enrolamentos gravados nas guardas de granito, grades de ferro nas janelas do piso térreo, relógios de sol, janelas de avental e algumas (mas escassas) figuras talhadas no granito[95].

[91] Amaral, Francisco Keil do [et al], Ob. cit., pág. 65
[92] *Idem - Ibidem*
[93] *Oliveira, Ernesto Veiga de e Galhano, Fernando, "Arquitectura Tradicional Portuguesa"*, colecções: Portugal de Perto, Publicações Dom Quixote, 2ª edição, 1994, Lisboa, pág.147
[94] Amaral, Francisco Keil do [et al], "Arquitectura Popular em Portugal", 2º volume, 3ª edição, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988, pág. 106
[95] *Idem - Ibidem*, pág. 115

Fig. 12 – Casas com características eruditas da região da Beira Transmontana

Fig. 13 – Janela de avental e brasão talhado na pedra

A arquitectura vernacular beirã é assim uma arquitectura onde a simplicidade dos volumes, das composições e das geometrias impera. Deste modo é possível classificar a arquitectura beirã como sóbria, horizontal e hermética[96].

Estas são as principais características da casa transmontana beirã, existindo, no entanto algumas particularidades importantes, que são referidas nos pontos seguintes (2.5.2 e 2.5.3).

2.5.2 Particularidades

Uma das particularidades mais notáveis da casa da Beira Transmontana é a existência de patamares e alpendres, que se desenvolvem ao cimo das escadas de granito. A estrutura do alpendre é de granito ou madeira, sendo o material da cobertura idêntico ao usado no restante telhado (colmo, xisto ou telha canudo).

Estes patamares serviam não só como lugar de lazer, onde se podia apanhar alguns raios de sol durante as tardes solarengas de Inverno, mas ainda como local para secar produtos agrícolas, como o milho, ou fruta[97].

[96] Amaral, Francisco Keil do [et al], Ob. cit., pág. 116 e 118

Ocasionalmente os alpendres desenvolvem-se em varandas (ou balcões), que, dependendo das possibilidades económicas dos residentes, podem ser envidraçadas, de modo a proporcionar um maior conforto, uma vez que tornam o espaço mais resguardado dos ventos frios vindos do Norte[98].

De facto, as particularidades que mais facilmente se podem observar nas construções da Beira Transmontana devem-se essencialmente a três factores: a preocupação para manter temperaturas confortáveis dentro das habitações (ver ponto 2.5.3); os baixos níveis económicos que a grande maioria da população possuía[99]; e a forte relação com as principais actividades económicas – a agricultura e o pastoreio.

O pátio beirão é talvez o melhor exemplo da influência do modo de vida das famílias, no que toca à adaptação das casas e dos espaços livres das aldeias beirãs.

Os pátios funcionavam como um prolongamento da casa, especialmente no que respeita ao andar térreo[100], uma vez que se relacionava mais directamente com as actividades agrícolas e de pastoreio. Era onde se reunia o gado, onde se faziam as estrumadas para adubar as terras, onde se secava o milho, etc.[101]

Fig. 14 – Pátios beirões

A rica história de Portugal influencia também a arquitectura beirã. Em particular a perseguição de que os judeus foram alvo entre os séculos XIV e XVI, levou-os a refugiarem-se nas pequenas aldeias da raia, onde ainda hoje existe uma forte comunidade judaica (por exemplo em Belmonte). Quase sempre ligados ao comércio, as suas casas depressa se adaptaram a este estilo de vida: utilização do piso térreo para estabelecimento ou oficina; comunicação interna desta com

[97] Lemos, Elder Duarte, *"A Arquitectura tradicional nas áreas Protegidas – tecnologia e qualidade ambiental para uma conservação integrada"*, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, 1996, Lisboa, pág. 106
[98] Amaral, Francisco Keil do [et al], "Arquitectura Popular em Portugal", 2º volume, 3ª edição, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988, pág. 75
[99] *Idem - Ibidem*, pág. 25
[100] *Idem - Ibidem*, pág. 16
[101] Almeida, Maria Fernanda, *"Espaço rural – passado e presente. Que futuro?"*, Departamento Cientifico Pedagógico de Ciências Sociais e Humanas, Universidade da Beira Interior, 2000, Covilhã, pág. 29

a área de habitação com nos pisos superiores; existência de uma porta de dimensões superiores no rés-do-chão, que permitia a mais fácil entrada e saída de produtos[102].

Fig. 15 – Antigas casas de comércio em Belmonte

Apesar da Beira Transmontana formar uma unidade bastante homogénea, ela possui uma variedade de factores, que por vezes se manifestam com suficiente força para levarem à existência de algumas especificidades, e que se devem essencialmente às diferenças biofísicas encontradas localmente, tais como: o tipo de solo, o tipo de cultura intensiva praticada, as diferenças a nível climático, ou ainda o declive mais ou menos acentuado; este conjunto de diferenças leva a que as edificações aí existentes (e a própria estrutura da aldeia) tenham algumas divergências em relação ao "modelo" mais comummente encontrado na Beira Transmontana, e que foi atrás descrito[103].

2.5.3 A arquitectura vernacular e o clima

O marcante clima da Beira Transmontana faz-se notar também na arquitectura vernacular. O baixo nível económico da maioria da população associado a grandes amplitudes térmicas (especialmente o desconforto das baixas temperaturas de Inverno), levaram a que os habitantes destas terras construíssem as suas casas, despendendo pouco recursos, usando o que havia disponível, e de modo a que estas conseguissem manter, ao máximo, temperaturas confortáveis.
Assim, as casas possuíam uma dimensão reduzida e eram geralmente de dois pisos, habitando a família no primeiro piso, sendo deixado o r/c para guardar alfaias e produtos agrícolas,

[102] Amaral, Francisco Keil do [et al], "Arquitectura Popular em Portugal", 2º volume, 3ª edição, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988, pág. 90
[103] Nomeadamente as construções em Paúl que possuem calhau rolado de dimensões razoáveis nas suas fachadas, ou em Nave de Haver e Malhada Sorda, onde se podem encontrar edificações com granito de duas micas, ou seja, lajes de granito de grandes dimensões. Amaral, Francisco Keil do [et al], "Arquitectura Popular em Portugal", 2º volume, 3ª edição, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988, pág. 27, 66 e 67

juntamente com os animais; deste modo o calor produzido no andar térreo pelo fermentar do estrume aquecia o piso superior[104].

Fig. 16 – Casas de dois pisos, sendo o r/c reservado aos animais

Também a quase inexistência na totalidade dos casos de chaminé, possibilitava uma melhor conservação do calor irradiado pela fogueira, eliminado simultaneamente mais uma abertura para o exterior, saindo o fumo pelas frechas existentes no telhado rudimentar, que não possuía qualquer protecção interior[105].

O uso da palha nos telhados, que se verifica em certos casos, proporcionava também mais algum conforto, uma vez que a palha funciona como isolante térmico[106].

As janelas são raras, e mesmo inexistentes nos quartos de dimensões ínfimas – apenas do tamanho da cama e talvez de uma arca – e onde dormiam mais de uma pessoa[107].

Todos estes pormenores serviam para impedir ao máximo a entrada do frio[108].

O próprio material usado para a construção das edificações – granito – possibilitava que estas se mantivessem quentes de Inverno e frescas no Verão, devido à grande espessura dos blocos, que funcionam como isolantes.

Diz-se na Beira que "o Sol é a capa dos pobres", este dito reflecte bem a importância dos elementos naturais na vida de uma população pobre. Assim, quando as casas eram providas de varandas, estas encontram-se quase sempre orientadas a Sul, a Sul/Poente, ou então a Sul/Nascente, mas nunca a Norte. Esta particularidade permitia que estes espaços recebessem o máximo de sol e se encontrassem simultaneamente protegidos dos ventos frios predominantes de Norte. As varandas podiam ainda ser fechadas, dependendo dos recursos financeiros de cada

[104] Barahona, António Carlos Freitas Champalimaud de Aboim, *"A recuperação de aldeias históricas e a qualidade ambiental", Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Letras, 1996, Lisboa,* pág. 62

[105] Amaral, Francisco Keil do [et al], "Arquitectura Popular em Portugal", 2º volume, 3ª edição, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988, pág. 72

[106] *Idem - Ibidem*, pág. 73

[107] *Idem - Ibidem*, pág. 16

[108] *Idem - Ibidem*, pág. 72

família, no entanto, quando o são, os caixilhos ocupam quase toda a área, ou seja, é deixado praticamente todo o espaço para a entrada de luz, sol, e consequentemente de calor[109].

Também os típicos alpendres beirões servem de protecção contra as intempéries do clima. Não só protegem da chuva a lenha, como também diversos utensílios de lavoura, ou mesmo o carro de bois, quando existe[110].

O mesmo clima agreste que se faz sentir nesta região levou à necessidade de encontrar soluções para garantir que os frágeis telhados de colmo não se desfizessem com o vento. Assim, eram dispostas pedras sobre o telhado, ou pequenos troncos, de modo a segurar a cobertura[111].

Deste modo, a necessidade de poupar aliou-se ao engenho do povo beirão, que simplificou e minimizou as suas habitações, conjugou funções, aproveitando ao máximo o que a Natureza proporcionava.

Deste modo, é possível concluir que:

- *O clima, o tipo de solo, o tipo de agricultura, os fracos recursos, etc., influenciaram o modo como as edificações foram construídas;*
- *O arquétipo da casa beirã possui dimensões reduzidas, dois pisos (sendo o térreo reservado aos animais), telhado de duas ou quatro águas; a sua relação com o espaço exterior é de "transição suave", devido à amiúde existência de escadas e patamares/alpendres de acesso;*
- *Ao existirem quase unicamente construções feitas de materiais idênticos, e cuja cércea é bastante baixa, acabou por dotar estes aglomerados urbanos de uma certa composição visual que inevitavelmente teceram espaços públicos de carácter singular;*
- *A arquitectura erudita possui uma forte relação com o espaço público, uma vez que não é raro encontrar um solar ou casa solarenga como elemento principal de um largo ou praça;*
- *As condições climáticas levaram a que as habitações não só possuíssem certas características muito próprias, como a quase ausência de janelas ou de chaminés, como também levou a que se "encostassem" umas as outras, formando ruas estreitas e pequenos espaços de estar. Todas estas características dotam o espaço público de um ambiente bastante pelicular que não seria possível se a arquitectura existente tomasse outros "formatos".*

[109] Amaral, Francisco Keil do [et al], Ob. cit., pág. 16 e 73, 75
[110] *Idem - Ibidem*, pág. 76
[111] *Idem - Ibidem*, pág. 76

3 A aldeia da Beira Transmontana – forma e função

"Espacialização: movimento segundo o qual uma sociedade produz o seu espaço, ao mesmo tempo que se produz a si própria"[112]

3.1 A estrutura espacial da aldeia

O lento ou nulo crescimento das aldeias beirãs possibilitou não só a manutenção da sua estrutura original, como proporciona hoje uma análise de como o seu espaço público se adaptou ao longo dos tempos às novas funções.

A organização espacial que um povoado adquire depende de muitos e diferentes factores: de ordem socio-económica (como por exemplo a principal actividade que a população exerce), de ordem histórica (como a presença de um castelo ou igreja), ou de ordem física (devido ao clima, ou relevo). Do mesmo modo, estes factores podem-se inter-relacionar de diferentes modos, criando um conjunto de condicionantes específicas de cada lugar.

Assim, o espaço público das aldeias não deve ser descurado, uma vez que, para além da importância generalizada de todo o espaço livre (ao nível da circulação, da salubridade, da segurança, das relações sócio-culturais, etc.), ele representa também todo um modo de vida.

No capítulo anterior (2 - A Beira Transmontana – caracterização e identidade regional) tornou-se claro que apesar de possuir características comuns em toda a sua extensão, a região da Beira Transmontana, não é totalmente homogénea, existem diferenças ao nível do solo, do clima e até diferenciações notórias quanto à mudança de altitude.

Não sendo possível dentro do âmbito deste trabalho estudar em profundidade mais do que uma aldeia, devido à limitação de tempo e recursos, optou-se por estudar a aldeia de Videmonte, cujas características de aldeia serrana, abrange muitos aspectos das restantes aldeias da Beira Transmontana.

No entanto, e não descurando o acima referido, foram escolhidas mais 6 aldeias igualmente representativas (Algodres, Figueiró da Granja, Juncais, Quinta do Salgueiro, Sobral Pichorro e Vila Chã), cuja localização geográfica abrange diferentes variáveis, permitindo desta forma, e apesar de sofrerem uma análise menos profunda, uma comparação de aspectos distintos com a aldeia de Videmonte.

Assim, e tendo como base a diferenciação feita na obra "Arquitectura Popular em Portugal"[113], consideraram-se três "grupos" de povoamentos:

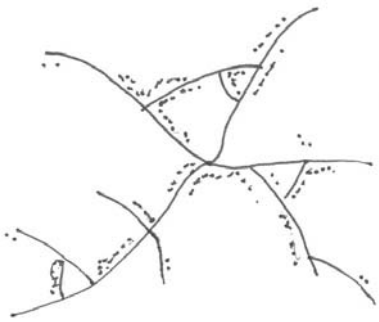
[112] Almeida, Maria Fernanda, "Espaço rural – passado e presente. Que futuro?", Departamento Científico Pedagógico de Ciências Sociais e Humanas, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2000, pág.11.
[113] Amaral, Francisco Keil do [et al], Ob. cit., pág. 48

1 – Povoações localizadas em **planícies**:

"Onde o casario se espraia com largueza sem condicionantes"[114]

Ou seja, tratam-se de aglomerados urbanos, onde a existência de um relevo pouco exigente, possibilita que estes ocupem uma área mais vasta, afastando-se as casas entre si, permitindo não só ruas mais largas, como também espaços públicos de estar (largos, praças) de maiores dimensões.

As condicionantes físicas são em grande parte anuladas, uma vez que a influência do clima acaba por ser menos sentida numa zona onde a morfologia do terreno é mais "suave".



Das aldeias em análise podemos apresentar como exemplo as aldeias de: **Figueiró da Granja, Juncais e Vila Chã**, que apesar de se encontrarem a meia encosta, possuem algumas características de povoações de planície.

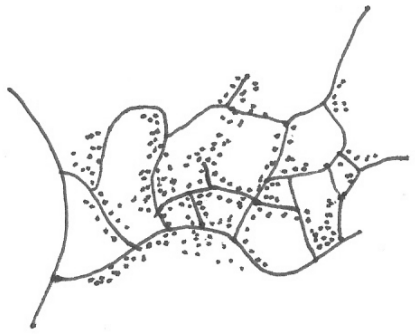
Fig. 17 – Esquematização da estrutura espacial de uma aldeia de planície.

2 – Povoações de **montanhas:**

"*Onde as casas se anicham, fraccionadas, ajustadas ao local"*[115]

Tratam-se de povoações cuja a localização geo-morfologica possui um papel condicionador na estrutura da aldeia, uma vez que o relevo acentuado não só implica um esforço acrescido na construção das habitações, como também é responsável por um clima mais agressivo. Este facto levou à que as construções se localizassem muito próximas, quase "aconchegadas" umas às outras, de forma a melhor se protegerem dos rigores do Inverno serrano. Consequentemente, as ruas e praças destas aldeias possuem dimensões reduzidas. Serpenteando por entre as habitações, de forma a melhor se ajustarem ao relevo, as vias de circulação, assumem muitas vezes a forma de escadaria de modo a vencerem declives acentuados.

[114] Amaral, Francisco Keil do [et al], Ob. cit., pág. 48
[115] *Idem - Ibidem*



As aldeias de **Algodres e Quinta do Salgueiro** (aqui em estudo), são as que melhor exemplificam a característica aldeia de montanha.

Fig. 18 – Esquematização da estrutura espacial de uma aldeia de montanha.

3 – Povoações localizadas em **cristas montanhosas:**

"Onde as casas se encontram de uma e outra banda da rua principal que se lhe segue o contorno, extenso e estreito"[116]

As aldeias que se encaixam nesta denominação, caracterizam-se por possuir uma rua principal que segue a direcção do talvegue principal, e onde a maioria das construções se localiza. Desta via partem outras de menor importância (sendo-lhe geralmente perpendiculares). Os principais espaços de estar encontram-se normalmente junto à via principal.

As aldeias de **Videmonte** e **Sobral Pichorro** são claramente aldeias localizadas numa crista montanhosa.

Fig 19 – Esquematização da estrutura espacial de uma aldeia de crista montanhosa

3.1.1 As gentes – ocupações, hábitos e expectativas

As aldeias da Beira Transmontana possuem ainda um carácter marcadamente rural. Como já foi mencionado, as principais actividades são ainda ligadas à agricultura e à pastorícia, apesar de na grande maioria serem essencialmente de subsistência.

[116] *Idem - Ibidem*

A população é sobretudo idosa, uma vez que os mais novos, procurando outro modo de vida que não ligado à terra (menos duro e mais rentável), migraram para os centros urbanos de maiores dimensões, ou mesmo para o estrangeiro.

As gentes que ficaram sempre viveram do que a terra lhes ofereceu, gentes que lutaram pelo seu pequeno talhão de terra, e que a sentem como sua.

Existe um sentimento de pertença à terra, uma ligação muito forte entre o povo e o meio que os rodeia, e tal facto reflecte-se no modo de vida e no modo de habitar.

Fig. 20 – Observa-se uma população envelhecida que mantém o seu modo de vida muito ligado à terra e às tradições

Uma outra característica do povo beirão é a sua extrema solidariedade para com o outro. A morfologia do terreno, o clima agreste, associados aos factores de escassez de recursos (monetários ou não), levou as povoações a se estruturarem (física e socialmente) de modo particular, para melhor ultrapassarem estas condicionantes. Formou-se deste modo um forte espírito de entreajuda, de comunidade, que ainda hoje é passível de se observar através da existência de fornos comunitários, lavadouros públicos, na guarda conjunta de rebanhos, ou mesmo no cultivo de campos de um modo colectivo e organizado entre a população.

As expectativas de quem ficou são simples, tal como os seus hábitos sempre o foram. Os mais velhos continuam a apanhar os raios de sol das tardes solarengas de Inverno nos seus alpendres e balcões de pedra. Joga-se às cartas no largo principal, vê-se passar os vizinhos.

Os mais jovens sonham em partir para a cidade ou para o estrangeiro, ganhar um pouco mais, voltar e aumentar a casa, ou de preferência, construir uma nova na periferia da aldeia, desligando-se ao máximo dos velhos costumes e recordações, evidenciando ao máximo um novo modo de vida.

3.1.2 A estrutura física do espaço público

A organização do povoamento na Beira Transmontana é sobretudo do tipo concentrado, ou seja, as edificações encontram-se implantadas de forma relativamente coesa, em oposição ao povoamento disperso, que pode ser encontrado, por exemplo no Minho, e onde as casas se afastam nitidamente umas das outras[117].

A aldeia é a unidade de povoamento concentrado por excelência, existindo nela "práticas sociais", "sistemas económicos" e "ritmos de trabalho" muito particulares de cada lugar, permitindo a criação de uma identidade própria[118].

É na aldeia, nas suas construções, nos seus espaços, pelo dimensionamento e técnicas usadas, que melhor se entende a estrita relação do homem com o meio. Assim, a forma dos povoados depende grandemente deste.

Fig. 21 – Aldeia de Videmonte (crista montanhosa)

Fig. 22 – Aldeia de Quinta do Salgueiro (encosta/montanha)

As diferentes aldeias escolhidas para este estudo possuem características geo-morfologicas distintas, logo as suas estruturas físicas irão reflecti-las.

O clima e a orografia permitem diferenciações no crescimento das aldeias. A necessidade de protecção contra as intempéries explica porque muitas aldeias se encontram nas encostas das montanhas, possuindo edifícios orientados num mesmo sentido.

Do mesmo modo que o povoado se estruturou devido a necessidades de várias ordens (sociais, físicas, históricas, etc.), também os espaços públicos que foram surgindo tiveram as suas razões de ser, isto é, a sua localização, dimensão, etc. estão geralmente relacionadas com um determinado propósito/função.

É possível identificar vários "tipos" de espaços exteriores livres na aldeia, cuja importância para a sua estrutura é crucial.

[117] Pacheco, Helder, "*Portugal, património cultural popular1: o ambiente dos homens*", Areal editores, pág. 53
[118] *Idem - Ibidem*, pág. 54

Usando uma categorização[119] simples para o estudo mais detalhado de cada espaço, temos:

a) Espaços públicos de circulação (ruas**)**

As características das vias de circulação de uma aldeia dependem muito particularmente de dois elementos: do relevo existente e do tipo de actividade agrícola-pastoril praticada. Ambos os factores se relacionam directamente com a funcionalidade do espaço, estando o primeiro associado à necessidade de vencer determinados declives – tomando as vias a forma de escadarias, por exemplo – e o segundo ligado à necessidade de dimensionar as vias dependendo do tipo de animais existentes, correspondendo as de maior dimensão às aldeias onde existem animais de grande porte.

Fig. 23 – Diferentes "tipos" de vias de circulação: rua secundária, escadaria e rua principal

É ainda relevante referir que não existe uma diferenciação ao nível do pavimento entre a zona pedonal e viária, uma vez que só no último quarto de século o automóvel surgiu com alguma importância. Deste modo, as ruas estreitas, onde ainda assim era possível conter algum trânsito automóvel, viram todo o seu espaço coberto por betuminoso, deixando de existir uma relação de transição entre o espaço privado e o público, uma vez que este pavimento permite velocidades maiores, e o peão deixou de se sentir à vontade para sair de casa e sentar-se calmamente à soleira da porta ou conversar junto ao portão.

b) Espaços públicos de estar (largos, praças**)**

Aquele que se pode considerar como o principal espaço público de uma aldeia, quase sempre presente, é o adro ou o largo da Igreja (ou outro edifício religioso). Desde a Idade Média que as construções de cariz religioso surgem como ponto de partida para a formação de um povoado, e a praça que surge em seu torno não possui apenas a função

[119] Seria possível considerar outras categorias, tendo como "bitola", outros factores de diferenciação, no entanto, esta classificação pareceu ser a que evidencia as características mais básicas de um espaço, sendo outras variáveis analisadas mais à frente.

de exaltar a sua importância, como também funciona como um elemento fundamental na estruturação da povoação em si.

Estes largos serviam muitas vezes, não só como lugar de encontro e convívio da população, como também eram locais onde se realizava o mercado periódico, para a venda de produtos agrícolas e de gado.

Fig 24 – Largos junto a edifícios de carácter religioso

Também junto a solares e casas solarengas, surgiram pequenos largos. A "necessidade" de ostentação ou manifestação de riqueza, era muitas vezes demonstrada pelo enquadramento visual destas construções eruditas, assegurada pela existência de um espaço livre na sua fachada principal, de modo a que o observador possuísse uma visão abrangente da edificação em destaque.

Fig. 25 – Pequenos largos junto a solar e casa solarenga

c) Espaços "semi-públicos" (pátios**)**

Os pátios beirões são os espaços de estar semi-públicos por excelência. Apesar da designação (semi-públicos) ser um pouco ambígua, a verdade é que os pátios possuem um carácter público, já que não pertencem a um indivíduo em particular, mas o seu uso é normalmente limitado às pessoas que habitam as casas que circunscrevem o pátio. Desta

forma, trata-se de um espaço público, porque não tem proprietário, nem é negada a entrada a ninguém; no entanto, é igualmente um espaço de carácter privado no sentido lato da palavra, uma vez que não só a sua forma (relativamente próxima a um U), cria um ambiente intimista, como também exerce funções que apenas dizem respeito a quem vive em redor deste (como a reunião do gado que se recolhe nas lojas e cortes das habitações, ou o armazenamento de palha para as camas dos animais, ou ainda a secagem de milho). Estes factores revelam uma apropriação do espaço pelos habitantes mais próximos. O pátio ao ser mais de uns do que de outros, é quase privado, daí a designação de semi-público.

Fig. 26 – Pátios beirões

d) Espaços privados (quintais**)**

Por razões claras, este estudo irá debruçar-se somente sobre os grupos a), b) e c) (acima referidos), uma vez que o espaço privado não se enquadra no tema tratado no presente estudo.

Assim, é possível concluir que:

- *O modo como cada povoação se encontra espacialmente organizada depende de vários factores: de ordem física, socio-económica, histórica, etc.;*
- *É possível diferenciar os aglomerados urbanos conforme a sua estrutura espacial, tendo-se considerado 3 grupos de povoados:*
    1. *Povoações localizadas em **planícies***
    2. *Povoações de **montanhas***
    3. *Povoações localizadas em **cristas montanhosas***

- *A forte presença da agricultura e da pastorícia levou a que as aldeias se estruturassem de forma a melhor se adaptarem às necessidades que estas actividades possuem;*
- *As características dos espaços públicos devem-se, tal como a organização da aldeia como um todo, a determinados factores e influências;*
- *As ruas, os largos/praças e os pátios formam as 3 "classes" de espaços públicos em estudo:*
    - *As características das ruas variam essencialmente devido a dois factores: a orografia e ao tipo de gado existente na aldeia;*
    - *Os largos/praças surgem essencialmente quando existe a presença de um edifício religioso, de um solar/casa solarenga, ou de outro elemento arquitectónico de referência;*
    - *Os pátios formam espaços públicos de uso privado, relacionados em grande medida com a ligação de inter-ajuda existente nestas aldeias.*

4 Estudo de caso – a aldeia de Videmonte

4.1 Enquadramento da aldeia na região

Situada a sudoeste da Guarda, em pleno Parque Natural da Serra da Estrela, a aldeia de Videmonte desenvolve-se ao longo de uma crista montanhosa.

Com uma altitude que varia entre os 950-1000m de altitude, é uma das aldeias mais altas de Portugal, o que lhe confere um carácter rude, devido às condições climatéricas adversas que a serra e a altitude provocam.

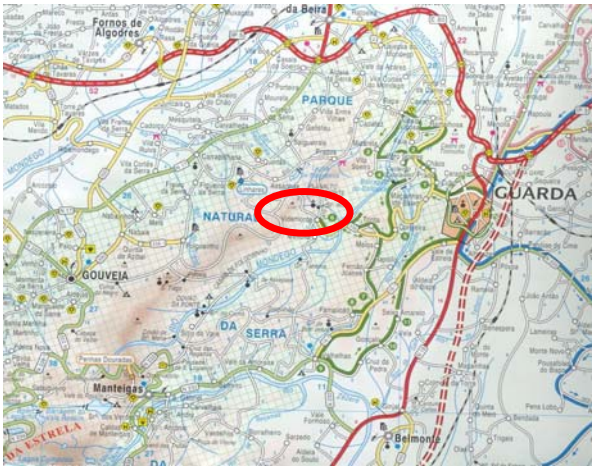


Fig. 27 – Mapa de localização da aldeia de Videmonte

Os acessos a Videmonte não possuem as melhores condições, sendo a tortuosa estrada nacional EN338 a principal via de acesso, que atravessa a aldeia e a liga à cidade da Guarda a Este, e a Folgosinho a Oeste. Contudo, é ainda esta via que permite chegar a Linhares, importante pólo de atracção turística a nível nacional. A partir do núcleo central da aldeia é também possível seguir para Norte pela estrada municipal 616 em direcção a Prados.

Fig 28 – Vista geral sobre a aldeia de Videmonte

4.2 Síntese evolutiva dos principais aspectos que caracterizam a aldeia

4.2.1 Evolução histórico-morfológica

A localização de Videmonte numa crista montanhosa, onde o acesso se faz com dificuldade, sujeita a diversos factores ambientais adversos, que já foram referidos como característicos da região beirã, condicionaram o crescimento e a estrutura da aldeia.

O seu desenvolvimento fez-se ao longo de um eixo com orientação Noroeste/Sudeste, e que é ainda hoje a principal via de comunicação que atravessa a povoação. Deste modo, o núcleo mais antigo da aldeia adquiriu uma forma longitudinal[120].

Os primeiros vestígios conhecidos da existência de um povoamento neste território, remontam à Idade do Ferro, tendo sido detectados dois sítios arqueológicos na zona envolvente à aldeia de Videmonte: Santo Antão e Serra de Bois.

Tudo aponta para que a aldeia em questão fizesse parte de uma rede de povoados que usufruiriam dos diversos recursos naturais que o território envolvente lhes oferecia, nomeadamente a existência de linhas de água, terrenos agrícolas e de pastagens.

A presença do rio Mondego teve decerto grande importância na fundação dos pequenos povoados que se encontram dispersos pelos cabeços da serra, organizados de modo a formar uma rede que permitia um controle militar/defensivo do vale do Mondego (fundamental no escoamento dos minérios extraídos das diversas minas aqui existentes).

Talvez devido à sua localização geográfica, não se verificou um processo de romanização na aldeia de Videmonte, existindo poucos vestígios da presença romana.

Tendo em conta a evolução histórica das aldeias vizinhas de Videmonte, e assumindo que esta sofreu influências semelhantes, é possível elaborar a hipótese de que Videmonte fez parte do conjunto de povoados que reorganizaram o território português, junto à Serra da Estrela, aquando dos primeiros tempos da monarquia portuguesa. Provavelmente com a consolidação do município de Linhares da Beira (Foral em 1169 de D. Afonso Henriques), a cujo termo Videmonte pertenceu[121], esta aldeia terá começado a desenvolver-se.

As primeiras alusões à aldeia de Videmonte no período medieval, datam de 1256, na altura da divisão das igrejas da região entre as dioceses de Coimbra e da Guarda; nesta partilha a igreja de São João de Videmonte é atribuída a esta última diocese. Os registos existentes sobre o rendimento da igreja desta aldeia permite concluir que (em comparação com outras aldeias da região), Videmonte seria à data um aglomerado de dimensões razoáveis.

[120] Ver **anexo S** (Planta da aldeia de Videmonte)
[121] Câmara Municipal da Guarda (Gabinete Técnico Local) – *Breve estudo social, urbanístico e patrimonial da aldeia de Videmonte*. Guarda: 2003/2004.

Devida à falta de elementos históricos documentados sobre o desenvolvimento da aldeia de Videmonte a partir da Idade Média, é apenas possível tentar compreender o seu crescimento a partir da observação das construções existentes.

Deste modo, e através do estudo do conjunto arquitectónico da aldeia, foi possível averiguar que os edifícios mais antigos datam dos séculos XVI/XVII até ao séc. XIX, não tendo sido registado no núcleo da aldeia nenhum vestígio arquitectónico e/ou artístico anterior ao séc. XVI[122].

Segundo os vestígios arquitectónicos e datações encontradas na aldeia, o núcleo original de Videmonte terá tido provavelmente origem na zona que se estende da Igreja Matriz até à área a Este da Capela de St. António.

Pensa-se que parte deste último espaço, nomeadamente o largo de St. António, terá sido em tempos o curral do concelho ou mesmo o rossio – lugares de trocas comerciais e reunião da população. Não existem provas concretas destas antigas designações, apenas se tem como fonte o saber popular, passado de boca em boca. No entanto, o que hoje permanece da alegada importância deste espaço, é o facto de este ainda nos nossos dias possuir um papel bastante relevante na vivência da aldeia. É aqui que o povo se junta nas tardes solarengas de Inverno, e se refugia na sombra dos dias quentes de Verão, permanecendo assim, um lugar de encontro e convívio.

Fig. 29 – Capela de St. António e zona envolvente

A localização e o desenho dos espaços públicos eram normalmente feitos de modo funcional, fosse apenas como um espaço de desafogo que realçava um edifício de referência – geralmente uma igreja ou um solar – fosse como espaço de comércio ou reunião entre as gentes da aldeia.

Os dados demográficos disponíveis possibilitam saber que nos fins do séc. XVII Videmonte teria uma população de 448 almas distribuídas por 112 fogos; em 1758 contava 141 fogos, ao que corresponderiam mais de 500 habitantes; e no censo de 1890 encontramos 220 fogos com 928

[122] Câmara Municipal da Guarda (Gabinete Técnico Local), Ob. cit.

habitantes. Nos inícios do séc. XX a povoação teria já 1040 habitantes, deixando a percepção de um nítido aumento populacional. A partir de 1960 até aos nossos dias, pelos dados dos últimos censos, nota-se um notório decréscimo populacional[123].

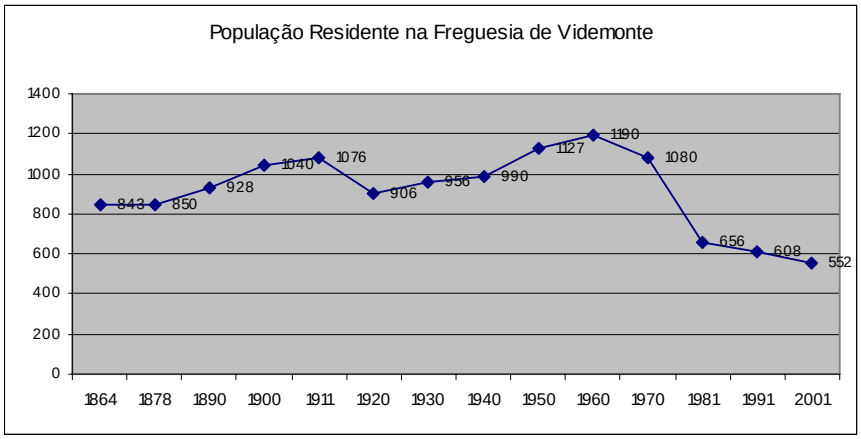


Gráfico 30 – População residente na freguesia de Videmonte entre 1864 e 2001
Fonte: Recenseamentos gerais da população (INE – Instituto Nacional de Estatística)

4.2.2 A população, suas actividades e aspirações

Como já foi referido no capítulo 2.4 – Panorama socio-económico, a população portuguesa tem vindo a diminuir, e olhando concretamente para o interior do país, é fácil perceber que essa diminuição tem maior intensidade nesta região[124].

Observando o gráfico seguinte[125], onde está representada a evolução da população residente nas últimas quatro décadas em algumas freguesias da Beira Transmontana, é possível verificar que a par com os dados obtidos para a freguesia de Videmonte[126], com a excepção de 2 freguesias (Juncais e Vila Chã) onde a população cresceu ligeiramente entre as décadas de 70 e 80 (provavelmente devido ao regresso de emigrantes das ex-colónias à sua terra natal), a tendência é decrescente.

[123] Câmara Municipal da Guarda (Gabinete Técnico Local), Ob. cit.
[124] Ver **anexo AD** (mapa da variação da população residente entre 1991 e 2001) e **anexo T** (Gráfico e tabela da população residente por distrito – onde é possível constatar que os distritos onde existe perda de população entre 1991 e 2001 se encontram todos no interior de Portugal: Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Guarda, Portalegre, Vila Real e Viseu)
[125] Ver também tabela referente no **anexo U** (População residente em algumas freguesias do distrito da Guarda)
[126] Ver **gráfico 26** (População residente na freguesia de Videmonte entre 1864 e 2001)

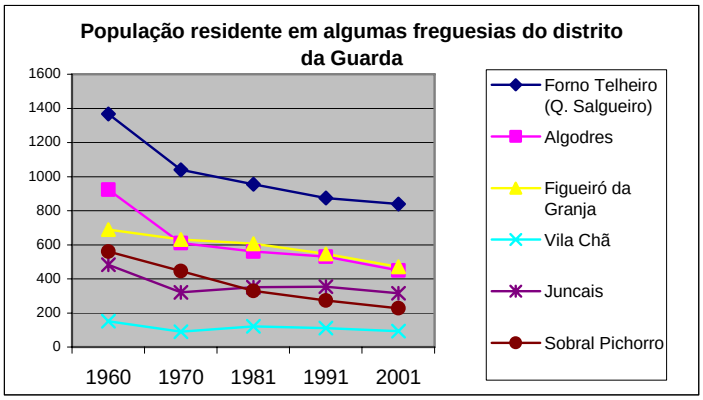


Gráfico 31 – População residente em algumas freguesias do distrito da Guarda entre 1960 e 2001

Fonte: Recenseamentos gerais da população (INE – Instituto Nacional de Estatística)

A aldeia de Videmonte apresenta também em consonância com o resto do interior português, uma população muito envelhecida, tendo-se verificado que no seu núcleo mais antigo (e que corresponde sensivelmente a área em estudo), existia uma média etária de 53 anos; os indivíduos com 65 anos ou mais têm um peso de 45%, enquanto que os jovens apenas representam 18% da população[127].

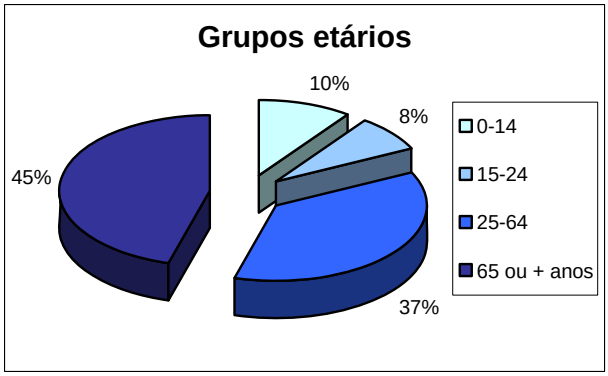


Gráfico 32 – Estrutura etária da aldeia de Videmonte (%)

Fonte: Câmara Municipal da Guarda (Gabinete Técnico Local) – *Breve estudo social, urbanístico e patrimonial da aldeia de Videmonte*. Guarda: 2003/2004.

Do mesmo modo que existe uma grande percentagem de idosos em Videmonte, existe também um elevado número de reformados (49%), representando a maior fatia da população de Videmonte no que respeita ao tipo de ocupação; seguindo-se, o sector secundário (15%), e o sector terciário (12%); existe ainda cerca de 9% de estudantes, 5% de desempregados, 3% de domésticas e 3% de agricultores efectivos.

[127] Câmara Municipal da Guarda (Gabinete Técnico Local), Ob. cit.

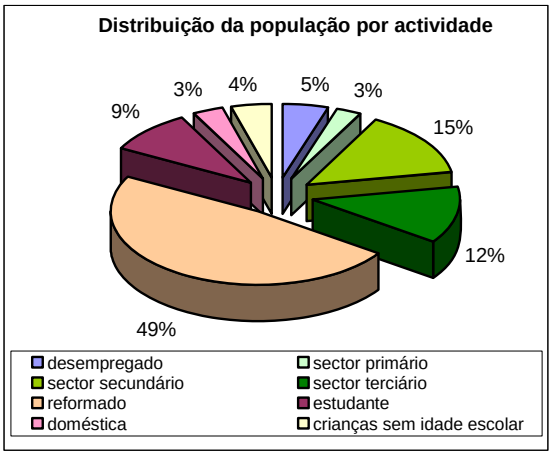


Gráfico 33 – Percentagem de população conforme a sua principal actividade

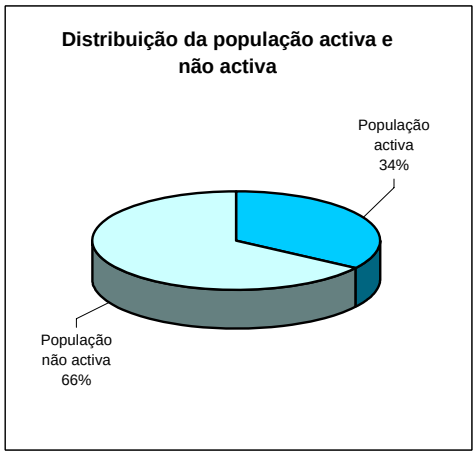


Gráfico 34 – População activa e não activa (%)

Fonte: Câmara Municipal da Guarda (Gabinete Técnico Local) – *Breve estudo social, urbanístico e patrimonial da aldeia de Videmonte*. Guarda: 2003/2004.

A população activa é apenas de 34%, sendo o sector secundário o mais expressivo (com 42%), seguido do terciário (35%) e do primário (8%)[128].

Apesar de apenas uma pequena percentagem da população se dedicar profissionalmente à actividade agrícola, na realidade, tal como em toda a região beirã, praticamente todos os residentes de Videmonte possuem um pedaço de terra onde cultivam uma pequena horta e/ou pomar, ou seja, um pequeno regadio usado essencialmente no consumo doméstico (em particular a batata). Existe igualmente uma elevada percentagem de animais, especialmente galináceos e suínos[129]. Assim, independentemente do número de agricultores, verifica-se que a agricultura é uma actividade predominante em Videmonte.

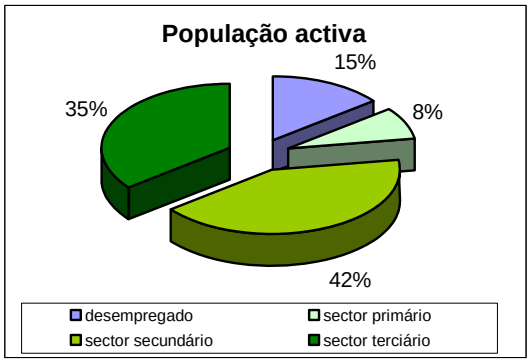


Gráfico 35 – Distribuição da população activa

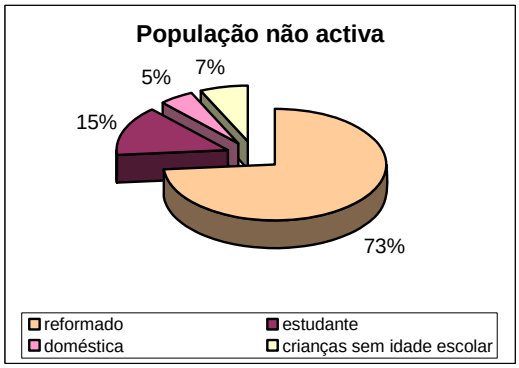


Gráfico 36 – Distribuição da população não activa

Fonte: Câmara Municipal da Guarda (Gabinete Técnico Local) – *Breve estudo social, urbanístico e patrimonial da aldeia de Videmonte*. Guarda: 2003/2004.

[128] Câmara Municipal da Guarda (Gabinete Técnico Local)), Ob. cit.
[129] *Idem - Ibidem*

Existe ainda a tradição da reunião da população para a "matança do porco", sendo mais um factor que demonstra a vivência rural e de união que nesta pequena ainda esta bem presente.

O predomínio da castanha como fonte de alimento durante um longo período de tempo pelos habitantes da Beira, é talvez uma das razões que explica actualmente a presença na paisagem de Videmonte, de um grande número de soutos.

Deste modo, a população de Videmonte ainda se mantém muito ligada à terra e aos seus costumes.

O nível de vida não é o melhor, a emigração continua a ser uma das opções mais atraentes aos olhos dos mais novos.

Os deficientes acessos à aldeia, a falta de informação, e a própria estrutura económica e etária da população, não ajudaram na elevação do nível educativo, mantendo-se ainda hoje o grau de instrução dos residentes do núcleo central de Videmonte bastante baixo[130].

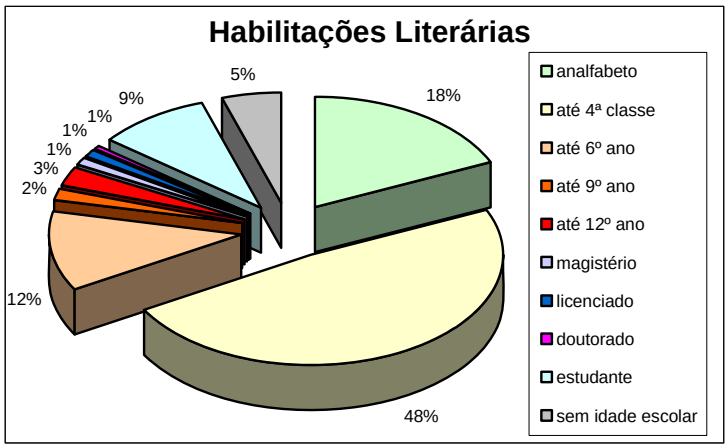


Gráfico 37 – Habilitações literárias da população da aldeia de Videmonte (%)

Fonte: Câmara Municipal da Guarda (Gabinete Técnico Local) – *Breve estudo social, urbanístico e patrimonial da aldeia de Videmonte*. Guarda: 2003/2004.

Sendo uma população envelhecida e com baixos níveis de escolarização, as suas aspirações tornam-se simples. Sentem essencialmente falta de elementos básicos para uma vida mais cómoda, como a melhoria das condições da estrada que liga a aldeia à Guarda; ou a existência de rede de esgotos; ou a melhoria da tubagem da distribuição de água, uma vez que a existente não é adequada ao clima da região, rebentando no Inverno com o gelo; ou ainda a existência de alguns equipamentos e serviços, como casas de banho públicas, um posto de correio, ou uma farmácia.

[130] Câmara Municipal da Guarda (Gabinete Técnico Local)), Ob. cit.

4.3 A relação entre espaço construído e espaço "livre". A estrutura espacial da aldeia

4.3.1 Estrutura do povoado – o espaço não construído

De forma a sistematizar o estudo do espaço "livre", optou-se por seguir a divisão já referida no capítulo 3.1.2, sendo analisado neste ponto, três das quatro categorias anteriormente referidas: espaço público de circulação, espaço público de estar e espaço semi-público[131].

1) Espaço público de circulação

A aldeia de Videmonte encontra-se localizada numa crista montanhosa, e por conseguinte o seu espaço de circulação desenvolve-se a partir de uma rua principal, que atravessa a aldeia e se desenvolve na direcção NO-SE, tal como uma espinha dorsal, de onde partem diversas ruas de menores dimensões, algumas delas sem outras ligações, terminando num muro ou num limite de quintal ou propriedade agrícola. São ruas que apenas servem de acesso às habitações que se foram construindo ao longo do tempo acompanhando a expansão do lugar.
É possível encontrar esta estrutura noutras aldeias da Beira Transmontana, como por exemplo em Sobral Pichorro.

Fig. 38 - Planta de Videmonte e Sobral Pichorro respectivamente (esquematização, em azul, dos espaços públicos de circulação)

Nas duas aldeias acima referidas, verificou-se que as ruas consideradas como principais possuem dimensões que variam entre os 3 e 4 metros, e as secundárias entre os 2,5 e 1 metros. Apesar da diferença entre as duas classes de ruas descritas, ambas têm larguras bastante pequenas, uma vez

[131] Ver **anexos V e W** (Quadro e tabela resumo das principais características da organização do espaço das aldeias em estudo)

que estamos a analisar aldeias de carácter serrano, onde o gado existente era sobretudo de pequeno porte e rareavam os carros puxados por animais de médio/grande porte.

2) Espaço público de estar

Os principais espaços de estar em Videmonte desenvolvem-se em volta dos três equipamentos públicos, sendo um a Junta de Freguesia e os restantes dois de carácter religioso – a Igreja Matriz e a Capela de St. António – o que reforça a importância da igreja como referência, e também como pólo organizacional da estrutura das povoações da Beira Transmontana.

De facto, e como já foi mencionado (ponto 4.2.1), a zona que se estende da Igreja Matriz até à área a Este da Capela de St. António, terá sido provavelmente o núcleo original de Videmonte. Estes locais permanecem lugares relevantes na vivência da aldeia, ainda que já não abranjam a função de espaço onde se davam importantes trocas comerciais, são ainda hoje um lugar de encontro e convívio.

O largo da igreja, ainda que possa assumir outra nomenclatura, como adro ou praça, é por norma o local central da aldeia. Ainda que a povoação se desenvolva ao longo de uma rua principal, como é o caso de Videmonte ou Sobral Pichorro, o largo onde a Igreja se encontra é certamente atravessado, ou ladeado, por esta via.

Fig. 39 - Planta de Videmonte e Sobral Pichorro respectivamente (esquematização, em verde, dos espaços públicos de estar)

Estes espaços que contêm como referência primordial um equipamento religioso formam em seu redor uma área de apoio e protecção, uma vez que foram (e em muitas ocasiões ainda são) frequentemente usados para a realização de festas religiosas (procissões, festa em nome do santo da povoação) e também pagãs (o madeiro, desfolhadas, o chorar do Entrudo, etc.). Assumem uma

forma mais ou menos orgânica, limitado pelas construções mais próximas e com pelo menos uma zona de maiores dimensões adjacente a uma das fachadas da igreja/capela.

Os espaços junto a equipamentos religiosos são geralmente os de maior dimensão, podendo estes variar em algumas centenas de metros quadrados (de 530m^2 em Vila Chã a 2168m^2 em Videmonte), dependendo do declive e estrutura urbana existente; localizam-se muitas vezes nas zonas mais planas da aldeia, ou num socalco/aterro consolidado de propósito para receber esta função, como é o caso de Videmonte, onde a Igreja e adro se encontram num pequeno aterro que possibilita um declive mais suave nesta área.

É ainda perceptível que os espaços de estar que não se localizam na cercania de uma construção religiosa, aparecem geralmente junto a três possíveis elementos: equipamentos sociais (casa do povo – Quinta do Salgueiro; junta de freguesia – Videmonte, etc.); um elemento arquitectónico de referência (pelourinho e/ou cruzeiro – Algodres e Figueiró da Granja; fonte e/ou lavadouros – Juncais e Videmonte; forno – Sobral Pichorro; etc.); ou frente a um solar ou casa solarenga – Juncais (por exemplo).

Fig. 40 - Planta de Quinta do Salgueiro (casa do povo), Algodres (pelourinho e cruzeiro), Juncais (solar) respectivamente (esquematização, em verde, dos espaços públicos de estar)

Curiosamente, (como mencionado no tópico 3.1.3) os espaços livres localizados junto a estes últimos elementos devem-se grandemente a uma certa imposição dos seus construtores, uma vez que a imponência de um solar só poderia ser apreciada em todo o seu esplendor se existisse algum distanciamento entre este e o seu observador.

3) Espaços semi-públicos

Os pátios beirões são espaços semi-públicos por excelência. Em Videmonte podem-se considerar 3 espaços como sendo semi-públicos, apesar de apenas um apresentar preservadas quase todas as suas características primitivas de pátio.

Os pátios beirões mostram como o modo de vida levado pelo povo beirão influenciou a construção do espaço. Com a sua forma em U, o pátio beirão apresenta dimensões relativamente reduzidas, acolhedoras até, dependentes da largura das fachadas das casas que o delimita. Em

Videmonte o único que ainda mantém o seu carácter de pátio tradicional possui cerca de 103m^2; na aldeia de Quinta de Salgueiro o pátio mais afastado do núcleo antigo possui apenas 67m^2, e o de Sobral Pichorro à volta de 50m^2; em Vila Chã, os pátios ainda existentes possuem à volta de 200m^2, não sendo, no entanto, o seu formato em U tão evidente. Infelizmente, e com alguma frequência, a necessidade de "modernizar" ou apenas ampliar as casas pré-existentes, levou a que os pátios vissem a sua condição de espaço semi-público ser transposta para espaço privado, através da construção de anexos, garagens, etc.

Fig. 41 - Planta de Vila Chã Videmonte (esquematização, em laranja, dos espaços semi-públicos)

Fig. 42 - Planta de Quinta de Salgueiro e Videmonte respectivamente (esquematização, em laranja, dos espaços semi-públicos)

Conclusões:

Com base no observado foi possível retirar algumas conclusões sobre o modo como as aldeias em estudo se estruturam:

- Na sua grande maioria as ruas são estreitas, uma vez tratarem-se de aldeias onde o gado existente era essencialmente não bovino; este dimensionamento das vias não se adequa ao trânsito automóvel dos dias de hoje;

Fig. 43 – Algumas ruas da aldeia de Figueiró da Granja, onde é possível observar a sua inadequada dimensão para servir o trânsito automóvel.

- Apenas nas aldeias que possuem uma estrutura de "espinha dorsal" se percebe claramente uma hierarquia da rede viária;
- Os espaços públicos de estar de maiores dimensões encontram-se geralmente junto dos equipamentos de carácter religioso ou social, funcionando como áreas de apoio das actividades sociais;

Fig. 44 – Algumas ruas da aldeia de Figueiró da Granja, onde é possível observar a sua inadequada dimensão para servir o trânsito automóvel.

- A existência de pequenos largos ou praças em frente a solares ou a casas solarengas deve-se mais ao desejo dos seus proprietários mostrarem o esplendor das suas habitações do que a uma necessidade funcional;
- É difícil estabelecer limites bem definidos dos largos, uma vez que o tecido urbano das zonas mais antigas é orgânico;
- Os largos onde se realizam as festas populares possuem normalmente um declive bastante suave;
- Os espaços de estar no núcleo antigo são ainda muito usados pela população residente, em especial pelos mais idosos;
- O tradicional pátio beirão perdeu as suas funções de espaço semi-público, sendo hoje em dia usado como espaço privado (construção de anexos, garagens, etc.), partilhado apenas entre os proprietários das habitações que o limitam (ainda que juridicamente se mantenha espaço público);

Fig. 45 – Algumas pátios das aldeias de Sobral Pichorro e Videmonte (respectivamente), onde se observam algumas alterações das suas antigas funções, sendo hoje em dia usados para a construção de anexos e estacionamento automóvel.

- As novas construções localizam-se quase sempre num perímetro afastado do centro da aldeia (onde existe mais espaço); possuem dimensões muito superiores às das casas de

carácter popular, mesmo quando se situam no centro da aldeia (quando não possível em largura, em altura).

Fig. 46 – Construções recentes à entrada das aldeia de Figueiró de Granja e de Sobral Pichorro, respectivamente.

- Observou-se a presença de árvores nas praças e/ou junto aos lavadouros públicos, mas apenas numa aldeia foi encontrado um jardim "clássico" (e de construção recente).

Fig. 47 – Em Figueiró de Granja existe não só um pequeno canteiro com árvores num dos largos, como também se observou a presença de um pequeno jardim junto à via principal da aldeia.

4.3.2 A arquitectura enquanto elemento caracterizante do espaço

É possível ver o espaço construído como o negativo do espaço livre, ou seja, é através do edificado que o espaço livre ganha forma, independentemente de qual dos dois foi pensado prioritariamente em relação ao outro. Do mesmo modo, as características singulares do edificado transmite para o espaço livre diferentes sensações. Não é possível sentir o mesmo quando se permanece numa praça rodeada de edifícios com um elevado número de pisos, ou numa onde apenas existem casas térreas.

É pois inquestionável a necessidade de olhar o construído quando se estuda o espaço em seu redor.

Assim, através da observação da aldeia de Videmonte é possível concluir que no seu núcleo antigo, ainda existe um elevado número de casas de carácter tradicional, mais concretamente casas de arquitectura popular[132].

Em oposição, e através de uma análise mais detalhada, é fácil perceber que apesar da grande maioria das casas de carácter tradicional se encontrarem no núcleo antigo da aldeia, existe um número ainda razoável de edificações que não respeitam os materiais e tipologias tradicionais, tornando-se dissonantes das restantes.

As construções mais recentes localizam-se sobretudo nas áreas mais periféricas da aldeia, encontrando-se todavia alguns exemplares na zona mais antiga.

Fig. 48 – Exemplos de casas dissonantes junto a outras com características de arquitectura típica no núcleo antigo de Videmonte

A permanência num espaço onde existem elementos que chocam entre si modifica a percepção desse mesmo espaço, podendo provocar a limitação do seu uso.

Quando numa aldeia, como Videmonte, onde ainda é possível sentir que se está perante uma aldeia de carácter serrano da Beira Transmontana, a presença de algumas edificações, mesmo que esporádicas, onde é usada chapa metálica nos telhados, ou azulejos nas fachadas, ou mesmo pelo simples facto da sua volumetria possuir proporções exageradas, levam à descaracterização do lugar, que poderia fazer uso da sua tradição arquitectónica para se "promover", nomeadamente através do turismo.

Para além do edificado, existem outros elementos construídos que podem influenciar o carácter de um local, como o mobiliário urbano, que no caso de Videmonte se encontra gasto e mal enquadrado. A simples relocalização de alguns elementos, a substituição e introdução de novos mobiliários, nomeadamente bancos ou papeleiras, em muito colaboraria para contrariar a tendência crescente da perda de identidade da aldeia.

[132] Segundo o estudo realizado pelo Gabinete Técnico Local da Guarda, em 2003/2004, 39% das casas analisadas apresentavam características de arquitectura popular. Câmara Municipal da Guarda (Gabinete Técnico Local) – *Breve estudo social, urbanístico e patrimonial da aldeia de Videmonte*. Guarda: 2003/2004.

Deste modo, para que se consiga um ambiente urbano equilibrado, não se pode pensar apenas na conservação de um ou outro elemento, mas sim no todo.

4.3.3 Particularidades da aldeia de Videmonte (pitoresco)

A existência de certas particularidades nas aldeias da Beira Transmontana vem apenas reforçar a ideia que apesar de muito similares entre si, cada um delas possui algo de único, que pode ser usado como uma mais valia na sua requalificação, nomeadamente através do turismo.

Em Videmonte existe uma peculiaridade que para além de possuir interesse urbanístico e patrimonial, testemunha a organização comunitária destas gentes: a existência de um sistema de rega que distribuía, em tempos, água pela aldeia, e que ainda hoje funciona para a rega dos campos.

Fig.49 – Alguns aspectos do antigo sistema de rega de Videmonte

Em conjunto com este sistema, existem vários lavadouros e fontes (datados do século XVIII e XIX), que pontuam a paisagem da aldeia, e possuem relevante importância histórica e até arquitectónica.

Fig. 50 – Algumas fontes e lavadouros de Videmonte

Apesar de já não funcionar na íntegra, e alguns canais terem sido enterrados, esta estrutura ímpar, demonstra o engenho e união da população.

Infelizmente, a par com as descaracterizantes novas construções, com a pavimentação de antigos caminhos em pedra, ou mesmo com o desprezo de alguns elementos característicos na

organização do espaço (como os tão tradicionais pátios beirões), também este sistema de rega parece progressivamente destinado ao esquecimento.

É pois, necessário voltar a perceber o que cada aldeia tem de notável e único, de forma a dotar novamente as aldeias da sua, muito própria, riqueza urbana.

5 A requalificação dos espaços públicos urbanos nas aldeias da Beira Transmontana

5.1 As soluções adoptadas até os dias de hoje – progresso ou regressão?

" (…) A organização espacial de um território não é mais que a forma concreta, ou material da organização social duma determinada sociedade."[133] *LEDRUT 1976*

O rápido e pouco (ou nada) planeado crescimento de algumas zonas do país (como aconteceu à alguns anos atrás na zona mais litoral da região do Algarve), tem vindo a verificar-se (ainda que a numa escala menor) em algumas regiões do interior, como consequência da construção de casas de férias ou de fim-de-semana, em contradição com a desertificação populacional verificada igualmente nestas zonas de Portugal.

A comparação do interior da Beira Transmontana com o Algarve é talvez um pouco exagerada, mas olhando as causas e as consequências é possível apontar grande afinidade entre estas regiões. Realce-se no entanto as razões no Algarve estarem intimamente relacionadas com o turismo, e a dimensão dos seus efeitos serem sem dúvida superior. Porém, o impacto da falta de planeamento é igualmente sentido na Beira Transmontana e no Algarve.

5.1.1 O esvaziamento populacional das aldeias e o seu crescimento físico.

Tal como a população portuguesa também a população da Beira Transmontana se encontra bastante envelhecida. Este fenómeno é o resultado de dois factores. O primeiro está relacionado com uma acentuada diminuição no n.º de nascimentos (baixa natalidade), levando a um decréscimo da população jovem[134]. Dá-se assim uma perda da capacidade de garantir a renovação de gerações.

As causas destas alterações de comportamento face à fecundidade são muito complexas, estando relacionadas com aspectos sociais, culturais e económicos; actualmente, no entanto, dá mostras de abrandamento. O segundo factor está ligado a um aumento de um número pessoas idosas, e uma consequente diminuição da mortalidade, devido ao prolongamento da esperança média de vida[135].

[133] Almeida, Maria Fernanda, *"Espaço rural – passado e presente. Que futuro?"*, Departamento Cientifico Pedagógico de Ciências Sociais e Humanas, Universidade da Beira Interior, 2000, Covilhã, pág. 11.

[134] Verifica-se uma diminuição de indivíduos com menos de 15 anos (ver **anexo P**); Ver também **gráfico 47** e **anexo X** (Movimento da população - nascimentos e óbitos).

[135] Portugal foi alvo de melhorias das condições de vida, mais especificamente nas áreas da saúde e higiene, o que permitiu um aumento da esperança média de vida, aumentando assim o número de idosos, ver **anexo Q (**Percentagem de indivíduos com 65 ou mais anos).

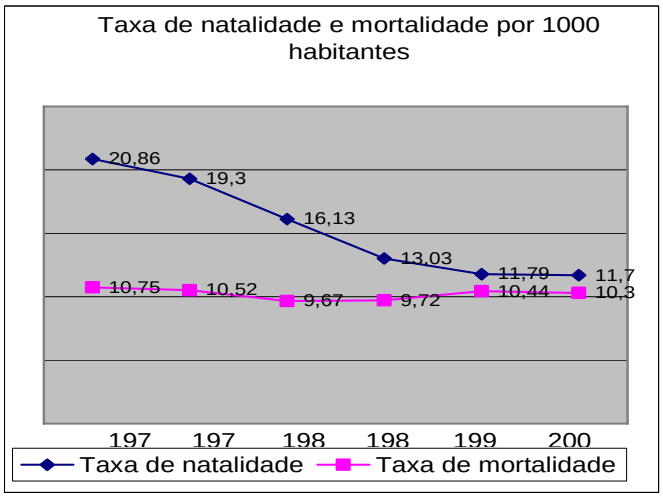


Gráfico 51 – Taxas de natalidade e mortalidade entre 1970 e 2000 em Portugal Continental
Fonte: Anuários estatísticos e estatísticas demográficas (INE – Instituto Nacional de Estatística)

A evolução da população em Portugal não foi linear durante os últimos 100 anos, tendo existido períodos em que o seu crescimento foi mais ou menos rápido[136].

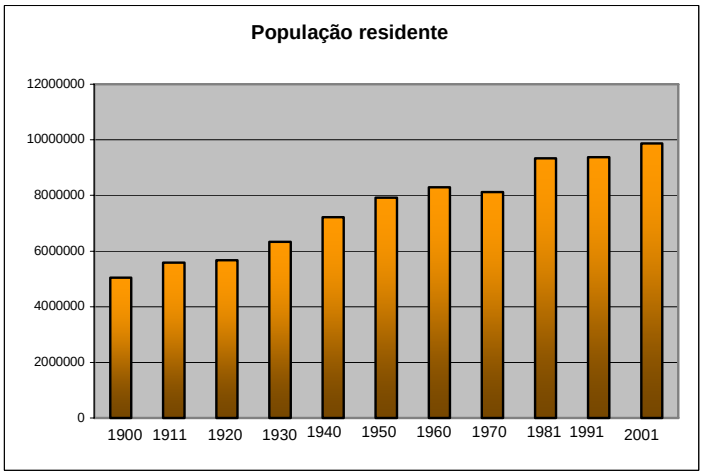


Gráfico 52 – População Residente (Portugal continental)
Fontes: INE (Instituto Nacional de Estatística), resultados definitivos dos recenseamentos de 1900 a 2001

Actualmente a situação demográfica mantém-se estável, em resultado de um reduzido crescimento natural tendendo para o zero (o número total de nascimentos e de óbitos encontre-se cada vez mais perto)[137].

Relativamente às entradas no país, estas nunca conseguiram alterar o sentido negativo dos saldos migratórios nacionais, com a excepção da década de 70, devido aos retornados das ex-colónias, e durante os anos 90, devido aos imigrantes vindos do Leste.[138]

[136] Ver **gráfico 48, anexo Y** (População residente em Portugal continental) e **anexo Z** (Taxas médias anuais total em Portugal no século XX).
[137] Ver **gráfico 47** e **anexo X** (Movimento da população - nascimentos e óbitos).

Verificou-se também, que ao longo do século passado, a população urbana sofreu alterações significativas.

Analisando o gráfico 53, é fácil perceber que não existiram saltos bruscos na evolução da população das cidades, mas sim uma lenta, regular e persistente diminuição da população rural em direcção às cidades[139].

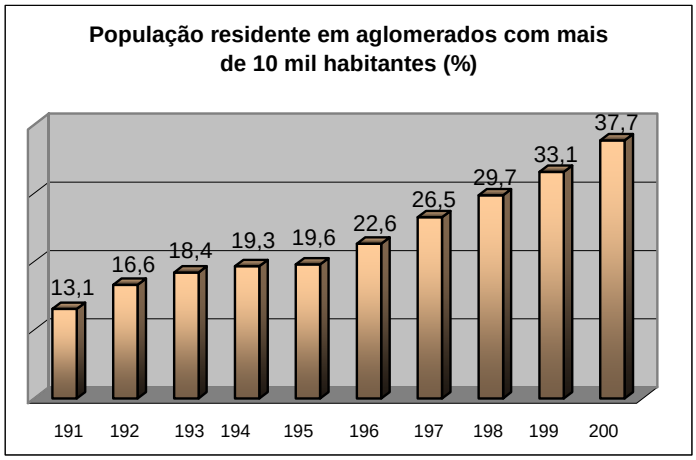


Gráfico 53 – População Residente (Portugal continental)
Fontes: INE (Instituto Nacional de Estatística), recenseamento geral da população de 1911 a 2001

De facto, até metade do século XX, Portugal foi um país cuja população era sobretudo rural, mas as urbes apresentaram um crescimento particularmente importante, servidas por um desenvolvimento industrial, portuário e comercial.

A fraca produtividade da vida rural, as graves necessidades que famílias normalmente numerosas passavam, a procura de uma vida melhor nas cidades de maior dimensão, levou a que se desse (especialmente na década de 60 e início de 70) um êxodo rural de que resultou num agravamento do desequilíbrio demográfico já existente entre o litoral e o interior[140].

Com o início da guerra no ultramar na década de 60, o esvaziamento das aldeias foi ainda mais sentido, dando-se simultaneamente um aumento na emigração.

Com o 25 de Abril de 1974, o fim da guerra, a vinda dos retornados, a progressiva melhoria da qualidade de vida da população em geral, trouxe transformações no modo de vida.

As aldeias que se esvaziaram com alguma rapidez nas décadas anteriores, passaram a encher-se durante os meses de Verão, devido à população que migrara e que tendo conseguido melhorar de vida iam agora passar férias às terras de origem.

Apesar da grande maioria das aldeias da Beira Transmontana, permanecer ainda hoje numa fase de desertificação (embora mais discretamente que o restante interior português), este movimento

[138] Ver **anexo AA** (Saldos Populacionais para Portugal continental)
[139] Ver também **anexo AB, AC e AD (**Mapas da variação da densidade da população residente entre1970 e 2001)
[140] Ver **anexo AE** (Evolução da população entre 1960 e 1991)

sazonal de pessoas em direcção ao interior levou a que as aldeias passassem a ter uma população flutuante, dependente da altura do ano.

Mas este fenómeno implica outros efeitos sobre as aldeias: não é rara a aldeia cujo o número de habitações possui uma evolução crescente enquanto o seu número de residentes diminui[141].

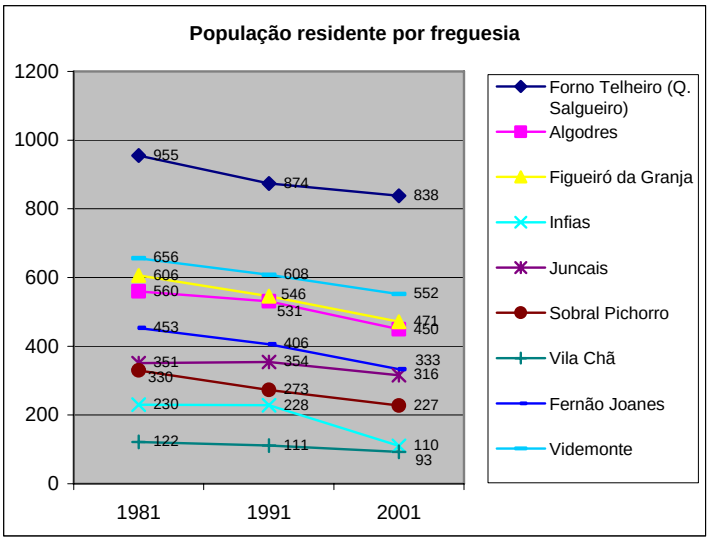


Gráfico 54 – População residente em algumas freguesias do distrito da Guarda
Fontes: INE (Instituto Nacional de Estatística), recenseamento geral da população de 1981 a 2001

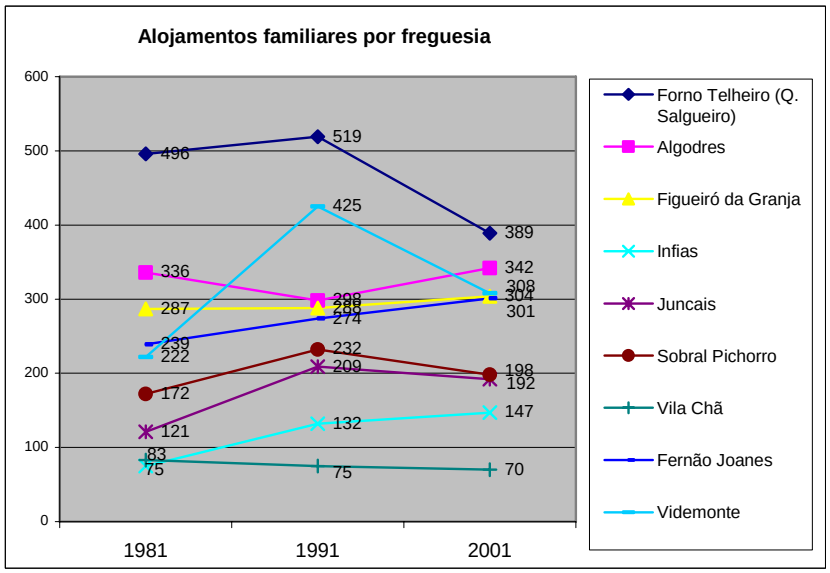


Gráfico 55 – Alojamentos familiares em algumas freguesias do distrito da Guarda
Fontes: INE (Instituto Nacional de Estatística), recenseamento geral da população de 1981 a 2001

A construção de "casas de férias" ou de "fim-de-semana" possuem um peso importante no crescimento físico destes lugares, sendo por isso necessário analisar até que ponto o espaço

[141] Ver **gráfico 50, 51 e anexo AF e AG** (População residente e número de alojamentos no distrito da Guarda)

público é tido em conta a quando a sua construção. Na verdade, ele é quase sempre desprezado, relegado para último plano. No tópico seguinte (5.1.2) é focado exactamente este factor: qual o aspecto que hoje é dado às nossas aldeias em resultado de um aumento físico da sua estrutura urbana.

5.1.2 Estrutura e aspecto das aldeias (o pitoresco)

As aldeias beirãs mantiveram praticamente inalterado o seu aspecto primitivo até à segunda metade do século XX. Os materiais usados, as técnicas praticadas, a organização do espaço, permaneceram quase intactos durante séculos, muito devido à falta de meios de transporte e comunicação, que levou as gentes destes lugares a usarem o que tinham mais "à mão", e a auxiliarem-se com os conhecimentos dos seus antepassados.

Com o decorrer dos tempos, veio a melhoria das infra-estruturas de deslocação e informação, a percepção do mundo estar mais pequeno, com a possibilidade de aceder a novas técnicas de construção e materiais.

As influências que se fizeram sentir nas aldeias da Beira Transmontana vieram sobretudo daqueles que migraram para as grandes cidades, e de lá trouxeram gostos e modas que apesar de não se enquadrarem no já existente, foram prevalecendo.

A arquitectura vernacular foi, e ainda é, largamente ignorada, quer seja nas novas construções, quer na preservação das já existentes. Observa-se por toda a região exemplos de arquitectura popular em ruínas ou com alterações profundas, que as tornaram quase irreconhecíveis. Assim, surgem entre grupos de casas de arquitectura popular, edifícios dissonantes, devido às dimensões que possuem, ou aos materiais aplicados (como reboco, azulejo, chapa metálica, etc.), que em oposição aos usados tradicionalmente, deixaram de conferir às aldeias uma mistura perfeita com a paisagem agreste que as envolve.

As construções são normalmente feitas ao gosto dos proprietários dos terrenos, muitas vezes sem qualquer auxílio a nível urbanístico (e até arquitectónico) de um técnico/entidade competente.

O uso de alumínios, estores exteriores, ou mesmo varandas inadequadamente fechadas ou embutidas, juntamente com o reboco e pintura das juntas nas fachadas de pedra aparelhada (ou mesmo de toda a construção), levam à descaracterização dos edifícios e consequentemente dos lugares.

Fig. 56 - Casas de arquitectura típica que sofreram alterações nas aldeias de Videmonte (1-8) e de Figueiró da Granja (9)

Mas também ao nível do espaço livre, na forma da aldeia, registaram-se alterações. O crescimento das aldeias beirãs nas últimas décadas, quando existe, é geralmente irreflectido, isto é, não planeado.

Tratam-se normalmente de casas de segunda habitação, edificadas apenas para terem uso sazonal[142], mas mesmo quando não se trata destes casos, a aparência das construções é semelhante, diferindo apenas nas dimensões (que são mais modestas).

Fig. 57 – Casas descaracterizantes nas aldeias de Quinta de Salgueiros (1) e de Videmonte (2-7)

[142] Ver **anexoAH (**Proporção de alojamentos de uso sazonal em 2001, onde é possível verificar que a maior percentagem de habitações de uso sazonal se encontram nas regiões do interior norte e Algarve.)

A partir de meados dos anos 80, em particular desde 1986 com a adesão de Portugal à União Europeia (então CEE), deu-se uma melhoria na qualidade de vida, o que possibilitou este aumento de construção, mas influenciando também o modo de vida das populações: houve uma massificação da televisão, os cafés, bares e restaurantes assumiram um papel de extrema relevância como locais de encontro e lazer, remetendo para segundo plano o espaço publico, aparentemente desnecessário.

Foi criado um ciclo vicioso em que a não existência de espaço público "empurrou" a população para o interior dos estabelecimentos anteriormente referidos; não havendo assim procura destes espaços, eles não surgem como uma prioridade no planeamento urbano.

Assim, o espaço como entidade funcional, como parte essencial da construção de um lugar urbano foi completamente esquecido, para não dizer desprezado. O único objectivo do espaço público é agora o de dar acesso aos lotes através de uma rua (que deverá para todos os efeitos, possuir a menor dimensão possível), sendo a grande maioria do espaço livre remetido para o domínio privado.

Constroem-se bairros inteiros de loteamentos em banda, cheios de vivendas em tijolo e betão, tipologicamente diferentes das existentes no núcleo antigo das aldeias, e com uma organização espacial diferente e destoante da primitiva.

Um outro aspecto resultante dos benefícios trazidos pela entrada para a União Europeia, e que influenciou o planeamento territorial, foi a construção de diversas vias para transito rápido (auto-estradas, IP, IC), permitindo não só maiores deslocações para a população em geral (percorrer maior distâncias em menor tempo), como também contribuiu para o incremento da indústria, devido à existência de melhores acessos.

Inúmeras fábricas foram construídas nos anos seguintes, trazendo para as regiões onde se instalaram significativas melhorias no nível económico da população. No entanto, muitas destas indústrias foram implementadas sem qualquer tipo de preocupações em relação ao seu futuro a médio e longo prazo, levando a impactos muito negativos quando se verifica o fecho das mesmas, ou sobre os efeitos que uma construção de grandes dimensões (como normalmente são as fábricas) pode ter na malha urbana.

A falta de espaço público de qualidade não permite a vivência de um lugar, e olhando mais atentamente ao que se passa nestas aldeias, percebe-se que continua a ser no velho largo, debaixo de uma centenária árvore, que uma parte significativa da população ainda se encontra, ou é lá que se situam as esplanadas mais concorridas. De facto, o planeamento existente não tem dado resposta às necessidades da população, seja quantitativamente, seja qualitativamente.

Desta forma, as soluções adoptadas até hoje, criam apenas situações de carácter particular e especulativo, onde não é pensada uma estratégia a médio/longo prazo, hipotecando assim o futuro destes lugares.

Aldeias como referidas neste estudo, que poderiam beneficiar economicamente do seu aspecto pitoresco como atracção turística, estão progressivamente prejudicar o seu futuro, com a destruição de grande parte da sua herança e identidade colectiva.

5.2 Critérios de projecto e tópicos para a requalificação dos espaços públicos

5.2.1 A envolvente física e factores de influência

Cada aldeia possui uma organização espacial própria, no entanto é possível agrupa-las em "categorias" segundo as principais características estruturais da aldeia, que dependente em muito da sua localização geográfica; deste modo, podemos distinguir aldeias de planície, montanha e de crista montanhosa[143].

De facto, e como já foi possível verificar durante a análise de enquadramento da região (capítulo 2), existem diferentes factores que influenciam a estrutura de um lugar urbano: a altitude, a morfologia do terreno, o clima, etc. Estes diferentes factores físicos actuam sobre um espaço, moldando-o de diferente forma. Um bom exemplo é o "amontoar" de casas que se verifica quando as aldeias se encontram encaixadas nas montanhas, protegendo-se umas às outras das investidas do mau tempo, tentando contornar o problema do relevo acidentado.

É bastante claro que estes factores ao condicionarem a estrutura de uma aldeia e os próprios materiais dos edifícios, condicionaram igualmente a dimensão e desenho dos espaços públicos.

Uma aldeia de vale facilmente possui um adro de Igreja, ou uma praça principal de maiores dimensões que uma de montanha. Do mesmo modo, uma aldeia onde os principais animais de criação são ovinos e/ou caprinos, não terá as mesmas dimensões de ruas de uma onde existe principalmente gado bovino.

A função do espaço, aliada às principais actividades económicas e também sociais, permite explicar em grande parte, o modo como o sistema de espaços públicos se organiza num núcleo urbano, seja qual for a sua dimensão.

No entanto, e como de certo modo já foi mencionado, existem mais factores de influência que os puramente físicos. Os factores histórico-sociais, são tão ou mais responsáveis pela "criação" do espaço urbano.

Fig. 58 – Largos enfeitado para a festa anual da aldeia de Algodres; e largo da capela de St. António onde se realiza a festa da aldeia de Videmonte

[143] Amaral, Francisco Keil do [et al], "*Arquitectura Popular em Portugal*", 2º volume, 3ª edição, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988, pág. 48.

Ledrut diz que "*a organização espacial de um território não é mais que a forma concreta, ou material da organização social duma determinada sociedade*"[144].

Um espaço também possui uma "carga" sócio-cultural, isto é, um espaço possui uma identidade própria, cuja memória colectiva de uma população o relaciona com determinados factos ou fenómenos sociais. O modo como uma sociedade se organiza, modela o espaço onde actua. Por exemplo, a existência de um largo junto a uma capela surge normalmente porque existe uma festa (geralmente anual) associada ao santo aí adorado. O espaço surgiu por uma necessidade sócio-cultural. Mas este é apenas um exemplo bastante simples, porque nem sempre as relações entre o desenho do espaço e os fenómenos sociais são claros.

Os símbolos e referências que um espaço pode transmitir a quem nele vive ou visita, mostram também a importância desse mesmo espaço na identidade de um lugar.

Nos dias que correm, o espaço deixou de ser formado vagarosamente com o decorrer dos anos ou décadas. As aldeias que sobrevivem e que crescem fazem-no à custa de loteamentos "instantâneos" pouco ou nada pensados. Os novos equipamentos surgem sem qualquer preocupação pelo seu enquadramento urbano. É preciso impedir que isto aconteça sistematicamente.

5.2.2 As novas formas de espaço público – qualidade e adaptabilidade

5.2.2.1 Os espaços públicos e as novas formas de vida

A identidade de uma sociedade está directamente ligada com o espaço onde ela existe, isto é, cada um de nós identifica-se com um pais, uma região, uma cidade, aldeia, lugar, etc.

Um espaço reflecte a sociedade que nele existe, tal como as suas transformações ao longo do tempo.

Como já foi mencionado, muitas das aldeias da Beira Transmontana que ainda perduram mantiveram durante muitos séculos a sua estrutura quase intacta. O seu espaço público estava directamente relacionado com as actividades agrícolas e pastoril que formam a base económica dessas localidades.

As ruas eram estreitas porque não havia rebanhos de animais de grande porte, ou carros de bois; os largos existentes serviam grandemente o propósito de "receber" os bailes e festas da aldeia.

Mas durante as últimas décadas o modo de vida alterou-se rápida e profundamente; não só a população diminuiu drasticamente, como o uso que antes era dado ao espaço deixou de se

[144] Almeida, Maria Fernanda, *"Espaço rural – passado e presente. Que futuro?"*, Departamento Cientifico Pedagógico de Ciências Sociais e Humanas, Universidade da Beira Interior, 2000, Covilhã, pág. 11

verificar. Os grandes rebanhos, as desfolhadas, os bailes frequentes, etc., deixaram de existir, foram morrendo aos poucos, e com eles a vivência do espaço.

Mesmo as aldeias que sobrevivem no interior mais esquecido já não possuem a vivência comunitária de outrora.

O antigo largo, antes reservado para um acontecimento social que muitas vezes sortia efeitos profundos na vida dos habitantes da aldeia (desde negócios comerciais até aos namoriscos que resultavam em casamento), foi remetido para a função de parque de estacionamento; os pátios beirões servem agora para guardar o automóvel ou para construir um anexo sem qualidade.

Apesar destas novas "funções", o espaço público mantém algumas características do passado; ainda é no largo da Igreja, ou na praça "velha" que se continuam a realizar as festas anuais, os bailes de aldeia, as procissões, o madeiro, etc. Continua a ser nos pequenos recantos do núcleo antigo destes lugares que os mais velhos se encontram.

Fig. 59 – Largo junto à capela de St. António na aldeia de Videmonte

No entanto, e sob circunstâncias específicas, é possível verificar a existência de crescimento em algumas aldeias da Beira Transmontana: um que se faz sentir apenas durante as épocas festivas e Verão, e cujo motivo se deve ao regresso sazonal dos emigrantes, que construíram as suas casas de férias nas terras de origem; e um outro que permite igualmente o aumento de população residente e que se deve comummente à presença de uma fábrica. Este último "tipo" de crescimento verifica-se sobretudo nas sedes de freguesia, onde a existência de mais alguns serviços e equipamentos funciona como chamariz.

Infelizmente, estas fábricas e equipamentos (como gimnodesportivos ou piscinas) têm uma construção irreflectida, desprovida de um enquadramento urbanístico ou mesmo arranjos exteriores.

Deste modo, permanece a falta de espaços de qualidade e a desarticulação entre o novo e o pré-existente.

É preciso destacar também que muitas vezes a supressão de novos espaços públicos nas aldeias onde ainda se verifica algum crescimento deve-se à tentativa de maximização dos lucros na construção de novos bairros, transferindo a função social do espaço público para o café, para o bar, e até para o supermercado.

As prioridades mudaram, e se muitas vezes as antigas tipologias das habitações já não satisfazem as necessidades dos seus residentes, é necessária então a mudança; mas é possível fazê-lo de um modo coerente com a envolvente, o que nem sempre acontece – já que muitas vezes as novas construções são de génese ilegal, (e devido, aos impedimentos burocráticos que os emigrantes encontram numa primeira fase, uma vez que permanecendo apenas durante o período de férias, dispõem de pouco tempo para tratar destas questões), as construções tendem a afastar-se do modelo da casa típica de aldeia, feita de pedra e de um só piso habitacional.

O mesmo se aplica ao espaço público, cuja função mudou. A necessidade de locais de estacionamento, a falta de espaços para crianças/jovens, mesmo que reclamados sobretudo no Verão, e de locais onde os mais velhos possam jogar às cartas, conversar sob o sol soalheiro de Inverno, etc., são espaços que devem ser pensados e tidos em conta quando o crescimento de um lugar com uma estrutura tão característica como uma aldeia beirã.

É possível conceber novos espaços de forma a dar resposta às novas necessidades, sem quebrar os laços com a estrutura de um local que se manteve inalterado durante séculos.

5.2.2.2 O desenho do espaço e seus componentes

Como já foi demonstrado nos capítulos anteriores, uma aldeia distingue-se das outras não só devido às suas características geo-morfológicas, ou sócio-demográficas, mas também pela sua arquitectura e estrutura urbana.

Um espaço público pode ter diferentes leituras: aspectos históricos, sociais, religiosos, etc., conferem-lhe significados distintos, que por sua vez se relacionam com a memória colectiva da população aí presente.

Do mesmo modo, cada indivíduo relaciona-se de forma particular com os espaços que habita, ligando-se a eles através das suas memórias pessoais, onde a presença de certos símbolos e referências facilita o estabelecimento destas ligações.

"Na aldeia, o homem estabelece uma ligação com o seu espaço através de elementos simbólicos. O espaço da aldeia, com os seus edifícios e espaços públicos é o lugar no qual está inscrita a história, simultaneamente pessoal e colectiva".[145]

O desenho do espaço, a sua envolvente e componentes, são desta forma o veículo que permite a cada indivíduo referenciar mais facilmente na sua memória um determinado local.

As componentes do espaço são diversas, podendo ser agrupadas em diferentes grupos/classes: envolvente dos espaços públicos; distribuição funcional das superfícies e tratamento do solo;

[145] Almeida, Maria Fernanda, Ob. cit., pág. 12

vegetação; mobiliário urbano; serviços e instalações; elementos de informação; iluminação; elementos arquitectónicos isolados; passagens e passadiços.[146]

A presença de qualquer um dos elementos acima referidos pode tornar um lugar mais ou menos agradável, mais ou menos significativo, dependendo da sua adequação ao local onde se insere, quer em qualidade, quer em quantidade.

As aldeias aqui em estudo apresentam muitas vezes espaços que com o passar dos tempos foram-se modificando sem ter em conta o pré-existente; a presença de edifícios descaracterizantes, ou de mobiliário urbano insuficiente ou de fraca qualidade, tal como um inadequado desenho e dimensionamento do espaço, levaram a uma suave decadência dos lugares.

O aumento do número de habitações ou a sua modificação, nas aldeias da Beira Transmontana aparece como um paradoxo, pelo facto da sua população demonstrar um gradual decréscimo[147]. Mas esta aparente contradição deve-se ao crescimento significativo de segundas habitações (sobretudo de emigrantes) que têm vindo a proliferar na última década.

O emigrante mantém uma ligação muito forte à sua terra de origem, e apesar de não regressar de forma definitiva, não perde os laços com ela. Logo que financeiramente possível, constrói uma "casa de férias", muitas vezes com características do país onde agora reside. Não só os materiais e as tipologias são diferentes, como também a sua inserção no próprio espaço. Normalmente isoladas, muitas vezes a algumas centenas de metros do núcleo antigo da aldeia, as novas construções são bastante maiores que as casas vernaculares, construídas num "estilo contemporâneo", *"como símbolo de ostentação social e poder financeiro"*.[148]

Fig. 60 – Habitação de uso sazonal construída com um "estilo contemporâneo" na aldeia de Videmonte

Esta necessidade de ser diferente está fortemente ligada ao facto do emigrante querer afastar-se de tudo o que lhe faz lembrar a "vida" que tinha antes de emigrar: a baixa qualidade de vida. No entanto, este fenómeno social implicou uma mudança na estrutura de novos bairros, que se apresentam como simples loteamentos, geralmente em banda, onde o espaço público deixou de ter significado.

[146] Alves, Fernando M. Brandão, *"Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta metodológica"*, Textos universitários de ciências sociais e humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003, pág. 34

[147] Ver **gráficos 50 e 51**

[148] Almeida, Maria Fernanda, *"Espaço rural – passado e presente. Que futuro?"*, Departamento Cientifico Pedagógico de Ciências Sociais e Humanas, Universidade da Beira Interior, 2000, Covilhã, pág.48

Não é possível generalizar todas as situações num caso único, muitas vezes o próprio cadastro dos terrenos leva a que as habitações sejam localizadas em determinados espaços, ou então problemas com partilhas de terrenos podem igualmente causar sérios entraves ao desenho de uma estrutura urbana; contudo na grande maioria dos casos, quando existe um só proprietário que deseja lotear o seu terreno, a divisão igualitária em rectângulos é a forma mais simples, mais rápida e mais rentável de o fazer. Existe unicamente a preocupação de cumprir os requisitos mínimos para a aprovação do projecto de loteamento. As áreas de cedências são cumpridas por obrigação, sem no entanto serem pensadas verdadeiramente como um espaço de estar.

É fundamental que esta tendência seja contrariada, para que o desenho urbano não acabe por se tornar uma mera formalidade, resumida a uma esquadria de ruas paralelas e perpendiculares, sem que haja um esforço real para criar espaços de qualidade.

Se a produção de um espaço contribuir positivamente para a identidade de um lugar, de uma sociedade, ou de um indivíduo, torna-se um local com significado, um espaço que será decerto uma mais valia.

5.2.2.3 Dimensionamento e visão futura

O futuro das aldeias da Beira Transmontana parece estar condenado ao esquecimento: a desertificação populacional, a falta de emprego, as carências de serviços e de equipamentos, os maus acessos, a degradação e abandono do património natural e artístico leva a que não se preveja um futuro radioso, mas antes uma “morte” lenta destes lugares.

A tradicional aldeia da Beira Transmontana com as suas casas de pedra e recantos abrigados do frio cortante da serra deu lugar aos loteamentos em banda e às grandes vivendas em betão.

Esta perda de identidade arrasta com ela todo um conjunto de factores, que pela sua singularidade em relação às grandes urbes, poderiam cativar potenciais interessados. Baixos índices de poluição, espaços verdes, contacto com a natureza, um ritmo de vida mais calmo e a possibilidade de possuir uma habitação de maiores dimensões, mesmo que apenas de fim-de-semana, são mais valias que podem ser usadas para atrair quem aqui não vive. A população que habita a maior parte do ano na cidade quando se desloca a uma aldeia procura um espaço com características diferentes do local onde vive; deste modo, moldar as aldeias à semelhança das cidades é um erro não só estrutural, como disso pode depender a sobrevivência da própria aldeia.

Deste modo, é preciso conservar o *genius locci* para que haja crescimento integrado, e simultaneamente fazer com que este crescimento seja feito dentro de determinados parâmetros, conjugando o que a aldeia da Beira Transmontana, tem de mais tradicional e as transformações naturais da sociedade. É imprescindível que a evolução no tempo continue, de modo a não criar

"aldeias museu", sendo necessário *"encontrar um desenho do espaço público que crie ou revitalize lugares com profundo significado"*[149], tornando cada aldeia suficientemente atraente ao ponto de se desejar viver nela. Mas para que isso aconteça é preciso criar um conjunto de condições (como a existência de bons acessos e infraestruturas, de equipamentos e serviços, etc.), que permitam a "modernização" e um consequente aumento do factor de atracção das aldeias.

Apesar do crescimento físico de um lugar poder existir mesmo quando o crescimento populacional é nulo, não é esse o ideal desejado; é preferível que andem lado a lado, porque só assim é possível a vivência do espaço, bem como um crescimento que venha a influenciar o outro, logo consequentemente o desenvolvimento integrado da aldeia.

A necessidade de legislar em relação a certos aspectos relacionados com a expansão das aldeias é fundamental para que sejam protegidos os espaços públicos e as construções de carácter tradicional. A elaboração de planos de pormenor e de outros instrumentos que possam actuar a várias escalas, permitiria um controlo mais eficiente da administração local. Do mesmo modo, torna-se imperativo que exista mais informação e menos burocratização, particularmente no que respeita à construção de novas habitações, de modo a evitar a construção ilegal. A um outro nível, é preciso criar condições para que diferentes entidades (locais e centrais) possam actuar em conjunto, e pensar o planeamento a médio e longo prazo, numa perspectiva estratégica; aqui a administração local deve ter um papel orientador, e responsabilizar-se por um trabalho contínuo, uma vez que o factor tempo é no planeamento territorial uma das variáveis mais importantes para o sucesso das acções delineadas.

Tendo em conta a análise efectuada nos capítulos 3 e 4, e toda a observação realizada nas aldeias durante a elaboração deste estudo, é possível concluir que existem traços comuns no modo como as aldeias da Beira Transmontana se encontram espacialmente estruturadas; é também possível afirmar que os espaços públicos, em particular os existentes no núcleo antigo da aldeia (devido à sua maior qualidade), são ainda os locais de encontro por excelência dos seus habitantes, ainda que a sua vivência seja partilhada com os cafés e bares. Desta forma, deveriam ser tidos em conta alguns factores aquando a intervenção urbana nestes lugares, como:

Fig. 61– Esplanada de um café em Videmonte deu a um dos largos do núcleo antigo uma nova função e vivência.

[149] Alves, Fernando M. Brandão, *"Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta metodológica"*, Textos universitários de ciências sociais e humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003, pág. 117

- Respeitar a orientação solar, a direcção dos ventos, etc;
- Criar ruas com dimensões adequadas ao trânsito automóvel, mas sem pôr em causa a estrutura ou ambiente da aldeia, não criando assim grandes avenidas, ou espaços sobredimensionados; saber limitar e encaminhar o trânsito, em particular veículos de grandes dimensões, que não deveriam passar pelo centro da aldeia.
- Manter a estrutura da aldeia, seja ela em espinha dorsal, orgânica, etc;

- Respeitar a existência e a dimensão dos espaços para reuniões e festas populares;
- Respeitar a existência e a dimensão dos espaços de "protecção"aos monumentos e elementos de referências da aldeia;

Fig. 62 – Igreja de Videmonte (importante elemento arquitectónico da aldeia, que serve de referencia ao principal largo da aldeia).

- Não é necessário criar largos com um desenho feito a "régua e esquadro", devendo ser mantida a dinâmica orgânica na estrutura urbana da aldeia;
- Formas e dimensões dos espaços devem respeitar a tradição da aldeia;

- Manter os materiais tradicionais usados na aldeia (tal como a pedra de granito ou xisto, a madeira, a telha de canudo, etc.);

Fig. 63 – Casa com características típicas da Beira Transmontana

- Os novos equipamentos devem estar inseridos na malha urbana;
- Não permitir que se construam aldeias de ruas indiferenciadas, mas antes criar pequenos espaços com qualidade; a forma de lotear pode e deve variar, não é necessário construir apenas bairros em banda; não transformar novos bairros em zonas meramente residenciais, onde os lotes são todos iguais;

- Quando existem novas construções, mesmo que afastadas do núcleo, deve ser criado algum tipo de relação com o pré-existente, dando continuidade à aldeia, e não criar pontas soltas, "agarradas" apenas pelas vias de comunicação.

- Ter em conta as necessidades da população e os seus modos de vida, "actualizando" o espaço às novas funções e modos de vida. Exemplo: espaço para estacionamento automóvel, para esplanadas, etc.

Fig. 64 – Necessário criar espaços de parqueamento

- **Respeitar as diferenças e particularidades de cada aldeia;**

O correcto crescimento físico de uma aldeia pode influenciar positivamente o seu crescimento populacional, e consequentemente o seu desenvolvimento económico; muito em particular iniciativas ligadas ao turismo de qualidade, associadas às características particulares de cada aldeia, reforçam a sua identidade. O apoio a pequenas empresas (em especial relacionadas com produtos regionais) e o uso de energias renováveis, são duas propostas referidas com frequência pela administração central e local como medidas para revitalizar a economia das regiões do interior norte e criar novos empregos; a articulação destas vontades com a melhoria dos acessos e equipamentos, tornariam as aldeias beirãs transmontanas lugares mais apelativos.

Não há infelizmente, uma única nem milagrosa solução para a questão das aldeias da Beira Transmontana. O problema da desertificação populacional é sem dúvida bastante complexo, não tendo por isso uma solução simples. Contudo o aumento de construção nestes mesmos lugares é um facto actual, e para o qual é possível encontrar uma solução, não singular ou definitiva, mas que estudada caso a caso, permitam o controle e a orientação deste crescimento urbano, tornando-se assim uma mais valia para a recuperação socio-económica da aldeia em causa.

6 Conclusão

A Beira Transmontana surge como uma região cheia de contradições e complexidades que não deixa de cativar quem se debruça sobre ela.

A presença imponente da Serra da Estrela na região influência não só o clima, vegetação e fauna autóctone, como também a estrutura dos povoados em seu redor, e consequentemente, o modo de vida da sua população.

As condições naturais agrestes da serra, levou a que os primeiros povoados se localizassem sobretudo no seu sopé, a não mais de 800m de altitude, mantendo-se praticamente até aos dias de hoje os mesmos lugares que já existiam há mais de quatro séculos.

O território da Beira Transmontana organiza-se em pequenos aglomerados espaçados entre si; no entanto, a estrutura de cada aldeia ou vila pode diferir, conforme se encontre numa zona de vale ou de encosta, ou dependendo do tipo de solo existente, ou até mesmo pela agricultura praticada.

Permanecendo quase imutáveis, desde a sua origem até meados do século passado, as aldeias da Beira Transmontana, tiveram de lutar contra as condições naturais adversas, contra os maus acessos, e sujeitar-se o fraco (quando não inexistente) aumento da população; desta forma, permaneceram com dimensões reduzidas e com uma estrutura espacial que se ajusta à morfologia do terreno, ao clima e às necessidades diárias de uma população centrada na actividade agrícola e pastoril.

A adaptação dos seus habitantes à adversidade, permitiu dotar estes lugares de características próprias, quer a nível físico, como a nível social, já que o espaço se encontra directamente relacionado com o modo de vida de uma população.

No entanto, a vida difícil que a serra obrigava levou a que muitos partissem em busca de melhores condições. A partir da segunda metade do século XX, o abandono das aldeias foi fortemente sentido, com forte êxodo rural em direcção às cidades (especialmente do litoral – no seu conjunto as regiões litorais concentram mais de ¾ da população total do País) e ao estrangeiro.

Muitas aldeias do interior viram os seus jovens partir, primeiro para ingressarem no ensino superior e, mais tarde, para procurarem trabalho na área em que haviam estudado.

Em 2001 Portugal deixou de ser estatisticamente um país rural, uma vez que menos de metade da população (cerca de 45%) vivia em aglomerados com menos de 2 mil habitantes.[150] Simultaneamente deu-se uma profunda litoralização, levando a que 85% da população total se encontrasse no litoral português, deixando assim o interior quase deserto[151]. No entanto,

[150] Vieira, Pedro Almeida, ***"O estrago da nação",*** 1ª edição, Cadernos dq reportagem 01, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2003, pág. 53

[151] *Idem - Ibidem*, pág. 54; ver também **anexo AI** (População em lugares com 2000 ou mais habitantes em 2001).

verificou-se que as sedes de distrito e até algumas sedes de concelho aumentaram ligeiramente a sua população em relação aos seus vizinhos, existindo mesmo alguma densificação dos aglomerados.

Deram-se melhorias ao nível dos acessos viários (construção da A25 e A23), e também no ensino, não só com a abertura de mais faculdades e cursos, como também no aumento da alfabetização da população e do número de anos de estudo. Contudo, a falta de informação, de certos serviços e de equipamentos, não permitiu que se verificassem suficientes condições de atracção que proporcionasse uma fixação substancial da população. Assim, as poucas aldeias onde se regista algum crescimento populacional devem-no quase sempre à presença de uma indústria fabril.

Um outro momento onde se regista um aumento de população nas aldeias dá-se durante o período de férias e épocas festivas com o regresso dos emigrantes. Este fenómeno acarreta um outro de consequências bastante mais duradouras: o crescimento físico das aldeias da Beira Transmontana, mesmo em presença de uma simultânea diminuição da sua população residente. De facto, o regresso sazonal dos emigrantes levou a que estes construíssem as suas casas de férias nas terras de origem, contribuindo para o crescimento físico das aldeias, mas não para o crescimento da sua população. Deparando-se frequentemente com entraves burocráticos, ou apenas por falta de informação, estas construções são muitas vezes ilegais, produzindo fortes efeitos (muitas vezes com consequências graves) sobre a estrutura dos povoados.

Por motivos, na sua maioria sociais, as novas construções não possuem qualquer relação nem com a tipologia ou materiais da casa vernacular da Beira Transmontana (que tão naturalmente se envolviam com o que se encontrava em seu redor), nem com o pré-existente que as envolve. Deste modo, a par com os descaracterizantes edifícios, surgem os loteamentos em quadrícula regular, normalmente com a área de implantação centralizada em cada parcela, deixando em seu redor uma faixa livre de alguns metros.

A falta de planeamento alimenta um ciclo vicioso de “não existe, não é preciso” dos espaços públicos, ao mesmo tempo que os novos locais de convívio (bares, cafés, etc.), fruto de um novo estilo de vida e consumo, não incentivam o contacto entre os residentes/visitantes e o local onde estes se encontram.

Não deixa de ser um contra-senso que um povo que sempre teve um forte sentimento de inter-ajuda (existência de equipamentos de uso comum – lavadouros públicos; presença de pátios, eiras; a guarda conjunta de rebanhos, o cultivo dos campos, a apanha da azeitona, vindimas, etc.), não possuir agora espaços públicos onde se possam realizar actividades ligadas à comunidade; recorde-se que o espaço público não deixa de ser, em última análise, um veículo que regista as transformações dadas na sociedade e no tempo.

Que transformações são então visíveis nos dias de hoje? Se antes o espaço público era um local de reunião, festa, encontros, namoros, etc; hoje, com o envelhecimento das populações e o esvaziamento das aldeias, terá deixado de possuir importância? Não. De facto, os antigos espaços continuam a ser usados, ainda que por menos pessoas, ou amiúde vezes e com outros fins, como o estacionamento automóvel, o jogar à bola, as esplanadas dos cafés, as feiras gastronómicas ou de artesanato, etc; contudo não se trata de não existirem por não serem necessários, como foi questionado anteriormente, mas acima de tudo não existirem por serem renegados para o fim da lista de prioridades, ou pela simples falta de planeamento. É preciso lembrar (ou relembrar) que os espaços públicos de qualidade promovem uma melhor qualidade de vida.

Se o modo de vida mudou é necessário então adaptar os espaços aos novos costumes: se o aumento de veículos automóveis se constata até na mais remota aldeia do interior, é então necessário pensar neles em vez de os ignorar; se a pequena casa popular beirã já não contempla todas as necessidades de uma família, é possível conjugar novas tipologias com os materiais tradicionais e com a envolvente; é também praticável que se possam construir novos espaços de estar onde a população se possa reunir, onde sob uma sombra os mais velhos possam jogar às cartas, onde os mais novos possam jogar à bola, e onde se possa realizar a festa anual do clube local.

A pequena aldeia de Videmonte é apenas um exemplo clássico das muitas aldeias que povoam a Beira Transmontana: climatericamente muito influenciada pela Serra da Estrela, ela possui ainda muitas características da aldeia serrana tradicional com os seus pátios e casas de granito. As suas ruas são estreitas e os principais espaços públicos desenvolvem-se junto dos equipamentos sociais e religiosos. Apesar de ter uma população bastante envelhecida, os seus espaços são ainda frequentemente usados, quer quotidianamente, quer pelas datas festivas. Infelizmente, constatou-se que as novas construções realizam-se quase sempre sem respeito pelo pré-existente ou na periferia da aldeia.

Mas a falta de atracção das aldeias deve-se sobretudo a problemas de carácter social. Na verdade, quando interrogados, aqueles que vivem na cidade afirmam que “a vida no campo é melhor”, por ser considerada “mais saudável” [152], por ser um local onde a poluição possui índices muito baixos, onde é possível usufruir da beleza da natureza, e onde não existe stress, insegurança, engarrafamentos, etc. Mas tratam-se de afirmações que pouco pesam quando se toma a decisão de se ir viver numa zona rural. O desemprego, provoca ainda que quem vive nas zonas urbanas de maior dimensão, não procure outro lugar para viver; mas não é o único factor, já que os fracos serviços de saúde e de ensino; a falta de acessos, transportes públicos e saneamento básico, e a inexistência de equipamentos de lazer e cultura, façam com que qualquer “citadino” não troque o

[152] Vieira, Pedro Almeida, Ob. cit., pág. 61 e 62

conforto que encontra na urbe pelo campo, mesmo que este se apresente sobre a forma de um pequeno "paraíso" verde.

Os mais jovens, em particular os que nasceram e foram criados nas aldeias, não se importariam de ficar se tivessem perspectivas de um bom emprego, de uma boa casa e também de mais e melhores equipamentos sociais. Desta forma é necessário pensar de uma forma global aquando o planeamento das aldeias, se o objectivo é a sua revitalização física e social.

Muito se tem falado sobre qual o melhor caminho a seguir para a recuperação das aldeias do interior, no caso específico da Beira Transmontana, as suas potencialidades estão ainda muito por explorar. É necessário pois valorizar os seus recursos. Verificou-se que dentro destes o turismo é o mais desenvolvido: em particular o turismo de serra, relacionado com os desportos de Inverno. Mas toda a região apresenta um forte potencial turístico, seja ele ligado à cultura e património, seja à natureza, ou mesmo à saúde. Para que exista de facto uma boa oferta neste campo, é preciso dotar os lugares com a tecnologia que existe nas grandes urbes e a que a grande maioria dos turistas está habituado (por exemplo: pontos com ATM, rede de telemóvel, etc.). Estas inovações (mesmo que aparentemente pequenas), acabam por tornar as aldeias, mesmo para os seus residentes, mais atractivas, ajudando a fixar a população autóctone.

O apoio através de benefícios fiscais a pequenas e médias empresas pode ser um modo de incentivar o crescimento económico, criar empregos e deste modo fixar população. A existência de produtos tradicionais com selo de qualidade, podem neste aspecto revelarem-se de fundamental importância.

Novos eventos que surgem cada vez mais frequentemente (como feiras gastronómicas ou de artesanato), e que até à poucos anos eram praticamente inexistentes, podem ser mais uma peça na reestruturação da sua débil economia.

A existência e o aumento de uma população envelhecida, cria necessidades específicas, que levam à criação de alguns equipamentos especialmente a eles dirigidos, como sejam centros de dia, lares, postos de saúde, etc. Poderão também ajudar a colmatar a falta de emprego, em especial na área da assistência social, geriatria, etc. Simultaneamente a melhoria dos serviços de saúde tornariam estes lugares mais atraentes.

Também as muito pouco aproveitadas energias renováveis, particularmente a eólica no caso do distrito da Guarda, podem em muito melhorar o crescimento económico de uma região. Mas para que todos estes elementos se conjuguem, seja a nível económico-social, seja a nível do planeamento territorial, é necessário que exista uma boa coordenação entre a administração central e local. Deve esta última estar atenta às oportunidades que surgem, como sejam uma feira anual do concelho/freguesia, ou as iniciativas de carácter familiar, ou mesmo ainda pela

exploração de algo muito próprio que cada aldeia possa ter. Tais factores são assim mais valias no correcto desenvolvimento destas aldeias.

Para a revitalização do interior, e especificamente das aldeias da Beira Transmontana, é fundamental a existência de diversos factores para que a aldeia serrana não desapareça pela falta, ou pelo mau, planeamento: uma administração competente e com iniciativa; a presença de técnicos habilitados de diferentes áreas, criando um trabalho interdisciplinar; a elaboração de instrumentos de planeamento adequados (como planos estratégicos e de pormenor); e o contacto directo com as populações não só para a recolha de dados, mas também de modo a informar e tornar estas populações conscientes dos seus direitos e do seu património.

É preciso então chamar à atenção dos principais intervenientes no planeamento territorial para os perigos do "não fazer" e o da falta de informação. É necessário criar estratégias claras e exequíveis. Há que pensar também nas aldeias e não apenas nas grandes urbes. Com a indiferença que se tem feito sentir nos últimos anos, Portugal corre o perigo de ver as suas aldeias do interior transformadas em pequenos dormitórios sazonais em forma de loteamentos em banda (como alias tem acontecido nas periferias das grandes cidades), ou em aldeias museu onde a vivência do espaço é impedida por limitações à mudança.

As aldeias sofreram não apenas uma perda de forma e de escala (desdém pela estrutura tradicional da aldeia e pelos seus espaços), como também uma progressiva perda de identidade (desertificação, aldeias museu, etc.). Igualmente o significado do espaço mudou. Um bom exemplo é o modo como a função dos pátios se alterou: o espaço de "transição" (o semi-público), deixou de possuir a complexidade (quase familiar) dos pátios e eiras, para se tornar cada vez mais num local de funções distintas. As actividades são agora mais de carácter privado, e muitas das que perduraram, como a secagem de certos produtos agrícolas, têm agora lugar em terreno privado, como os quintais e jardins devidamente delimitados e de preferência murados.

Fica então o exemplo de Videmonte (e das outras aldeias aqui analisadas) como um alerta para as restantes aldeias da região que crescem mesmo que apenas fisicamente.

Não existe, no entanto, uma só solução para a requalificação das aldeias da Beira Transmontana, não possuíssem todas elas ínfimos pormenores que as tornam únicas. Cada caso é um caso. O investimento seja ele no turismo, na indústria, ou ainda nos equipamentos sociais, precisa de não só ser planeado, como também ser o adequado à aldeia em causa.

Mas o mais importante a reter é a capacidade que uma aldeia possui em crescer e "modernizar-se", mantendo simultaneamente as suas principais características. Ao nível do desenho do espaço

urbano também é possível (e desejável) evoluir: "*criar bons espaços públicos não significa reproduzir os antigos, ainda que com estes se possa aprender muito*".[153]

O espaço público de um lugar, e a vivência que ele possui, será sempre uma demonstração material e concreta de como a sua população interage, muda e requalifica o espaço onde vive.

[153] Alves, Fernando M. Brandão, "*Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta metodológica*", Textos universitários de ciências sociais e humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003, pág. ***297***

Lista de referências

1. PEREIRA, José Fernandes – ***Guarda: Cidades e Vilas de Portugal***. 1º edição, Lisboa: Editorial Presença, 1995.

2. RIBEIRO, Orlando – ***Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico***. 7ª edição, Lisboa: Colecção "Nova Universidade", Livraria Sá da Costa editora, 1998.

3. RIBEIRO, Orlando – ***Guia de Portugal – Beira, II. Beira Baixa e Beira Alta.*** 2º edição, Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, volume III, tomo II, gráfica de Coimbra Lda., Março 1994.

4. ATLAS DIGITAL DO AMBIENTE, DGA: http://elara.iambiente.pt/atlas/est/index.jsp

5. MATTOSO, José [e al]– ***Portugal, o sabor da terra: Beira***. Lisboa: Círculo de Leitores, Pavilhão de Portugal/Expo'98, 1997.

6. JANSEN, Jan – ***Guia Geobotânico da Serra da Estrela: Flora***. Manteigas: Parque Natural da Serra da Estrela, 2002.

7. FERREIRA, Narciso; VIEIRA, G. – ***Guia geológico e geomorfológico do parque natural da Serra da Estrela***. Lisboa: Parque Natural da Serra da Estrela, 1999.

8. CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA – ***Plano Estratégico da Cidade da Guarda.*** Guarda: Maio 1996.

9. MOUTINHO, Mário – ***A Arquitectura Popular Portuguesa***. 2ª edição, Lisboa: Imprensa Universitária, nº7, Editorial Estampa, 1979.

10. NUNES, Adélia de Jesus Nobre – ***Incêndios Florestais no Parque Natural da Serra da Estrela.*** Coimbra: Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de Estudos Geográficos, 2001.

11. BARAHONA, António Carlos Freitas Champalimaud de Aboim – ***A recuperação de aldeias históricas e a qualidade ambiental.*** Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Letras, 1996.

12. ALONSO Santos, José Luis; CAETANO, L. – ***Modelos de Organización Territorial en la Raya Central Ibérica – Una Visión de Conjunto.*** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2002.

13. AMARAL, Francisco Keil [e al]– ***Arquitectura popular em Portugal***. 3ª edição, Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988, 2º volume.

14. OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, F. – ***Arquitectura tradicional portuguesa***. 2ª edição, Lisboa: Portugal de perto, nº 24, Publicações Dom Quixote, 1994.

15. GASPAR, Jorge (coord.) – ***Portugal moderno: Geografia***. Lisboa: Enciclopédia temática, Edições POMO, 1991.

16. DAVEAU, Suzanne – ***Portugal Geográfico***. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1995.

17. DAVEAU, Suzanne; GALEGO, J. – ***O numeramento de 1527-1532: tratamento cartográfico***. Lisboa: Memórias do Centro de Estudo Geográficos, nº9, 1986.

18. LEMOS, Elder Duarte – ***A Arquitectura tradicional nas áreas Protegidas – tecnologia e qualidade ambiental para uma conservação integrada***, Lisboa: Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, 1996.

19. ALMEIDA, Maria Fernanda – ***Espaço rural – passado e presente. Que futuro?*** Covilhã: Departamento Cientifico Pedagógico de Ciências Sociais e Humanas, Universidade da Beira Interior, 2000.

20. PACHECO, Hélder – ***Portugal, património cultural popular 1: o ambiente dos homens.*** Areal editores.

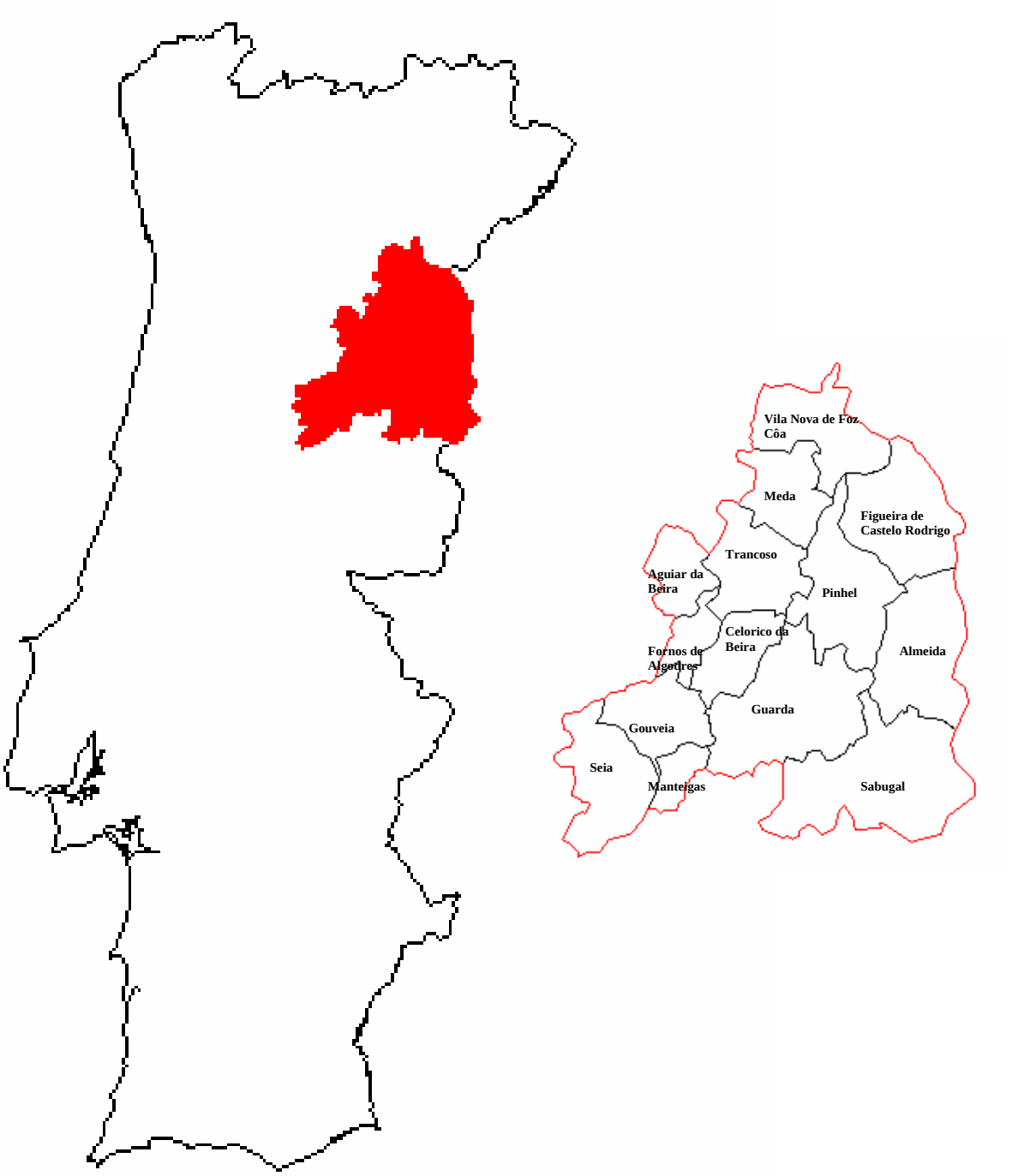
21. CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA (Gabinete Técnico Local) – ***Breve estudo social, urbanístico e patrimonial da aldeia de Videmonte***. Guarda: 2003/2004.

22. ALVES, Fernando M. Brandão – ***Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta metodológica.*** Lisboa: Textos universitários de ciências sociais e humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

23. VIEIRA, Pedro Almeida – ***O estrago da nação.*** 1ª edição, Lisboa: Cadernos *dq* reportagem 01, Publicações Dom Quixote, 2003.

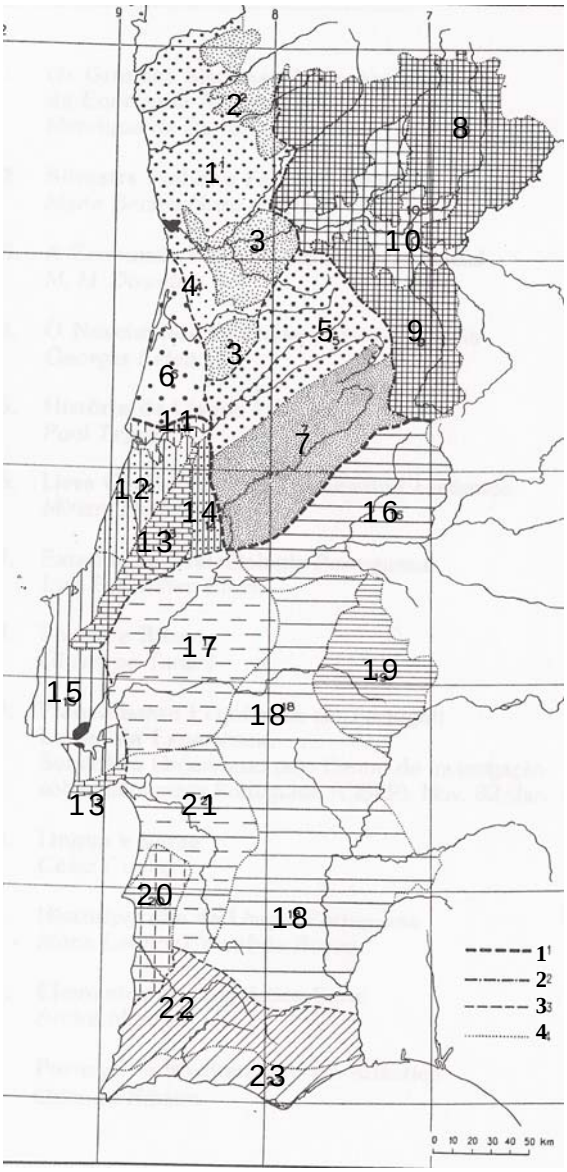
ANEXOS

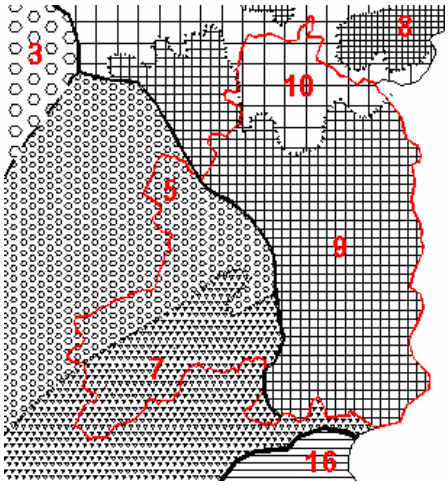
Anexo A – Limite da área em estudo, considerada como Beira Transmontana por Orlando Ribeiro, in *"Guia de Portugal – Beira, II. Beira Baixa e Beira Alta"*, coincidente com o distrito da Guarda.



Fonte: Adaptado do Atlas do Ambiente do Instituto do Ambiente, http://elara.iambiente.pt/atlas/est/index.jsp

Anexo B – Proposta de divisões geográficas de Portugal por Orlando Ribeiro; unidades de paisagem diferentes dentro do distrito da Guarda: (5) Planaltos da Beira Alta, (7) Cordilheira Central, (9) Planaltos e montanhas da Beira Transmontana, e (10) Alto Douro e depressões anexas.





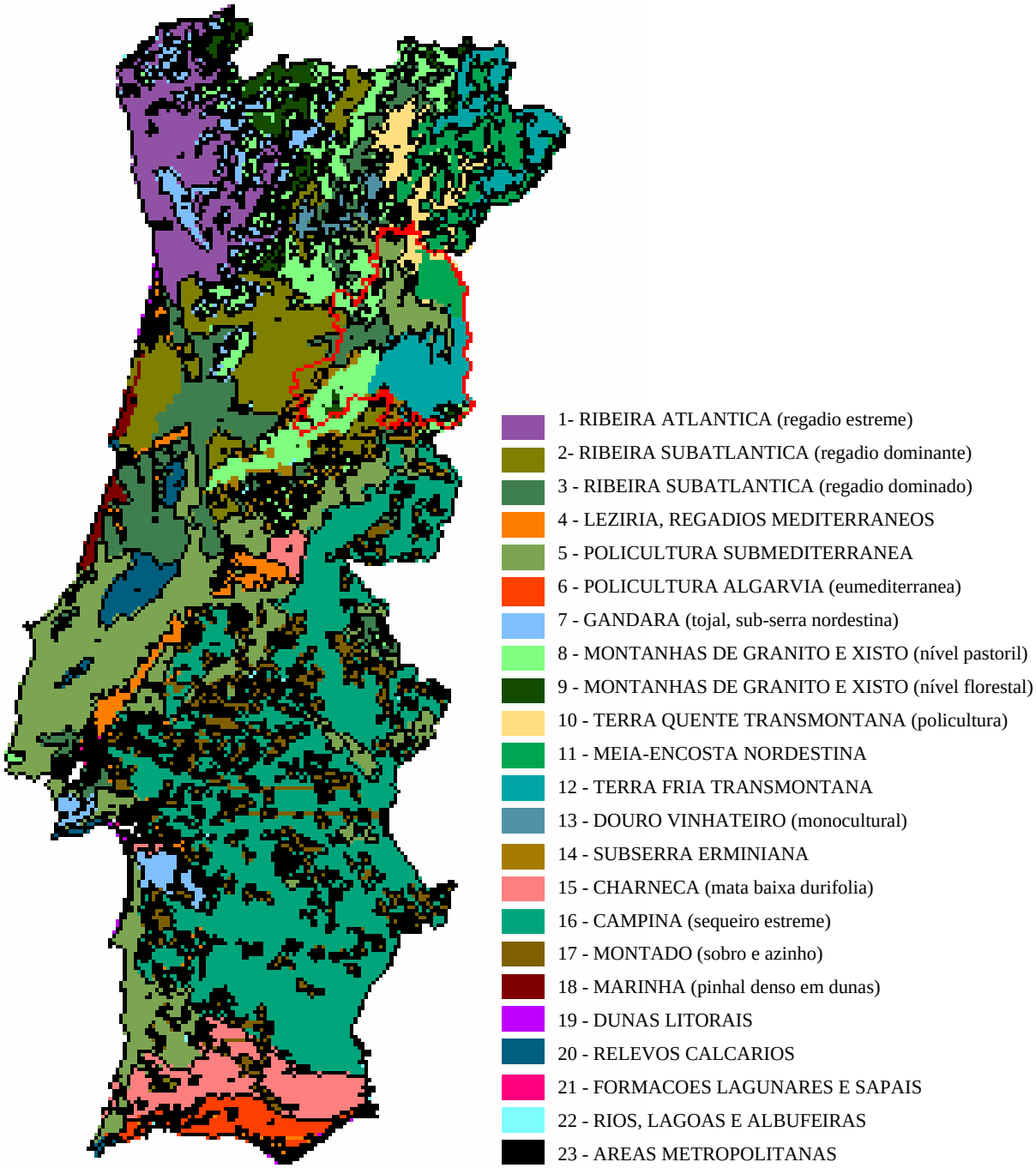
Limites:
1 – Limite entre o Norte e o Sul
2 – Limite entre as áreas atlântica e transmontana
3 – Outros limites importantes determinados pelo relevo ou pela natureza das rochas
4 – Limites entre áreas pertencentes ao mesmo conjunto de paisagens.

Unidades de paisagem:

1- Entre o Douro e Minho; 2 – Montanha do Minho; 3 – Montanhas do Norte da Beira e do Douro; 4 – Terras de média altitude da Beira Litoral; 5 – Planaltos da Beira Alta; 6 – Beira litoral; 7 – Cordilheira Central; 8 – Planaltos e montanhas de Trás-os-Montes; 9 – Planaltos e montanhas da Beira transmontana; 10 – Alto Douro e depressões anexas; 11 – Baixo Alentejo; 12 – Estremadura setentrional, geralmente baixa; 13 – Maciços calcários da Estremadura e Arrábida; 14 – Depressões e colinas entre 7 e 13; 15 – Estremadura meridional, geralmente acidentada; 16 – Beira Baixa; 17 – Ribatejo; 18 – Alentejo de planície com raras elevações isoladas; 19 – Alto Alentejo; 20 – Alentejo litoral com elevações; 21 – Depressões no Sado; 22 – Serra Algarvia; 23 – Algarve litoral ou Baixo Algarve.

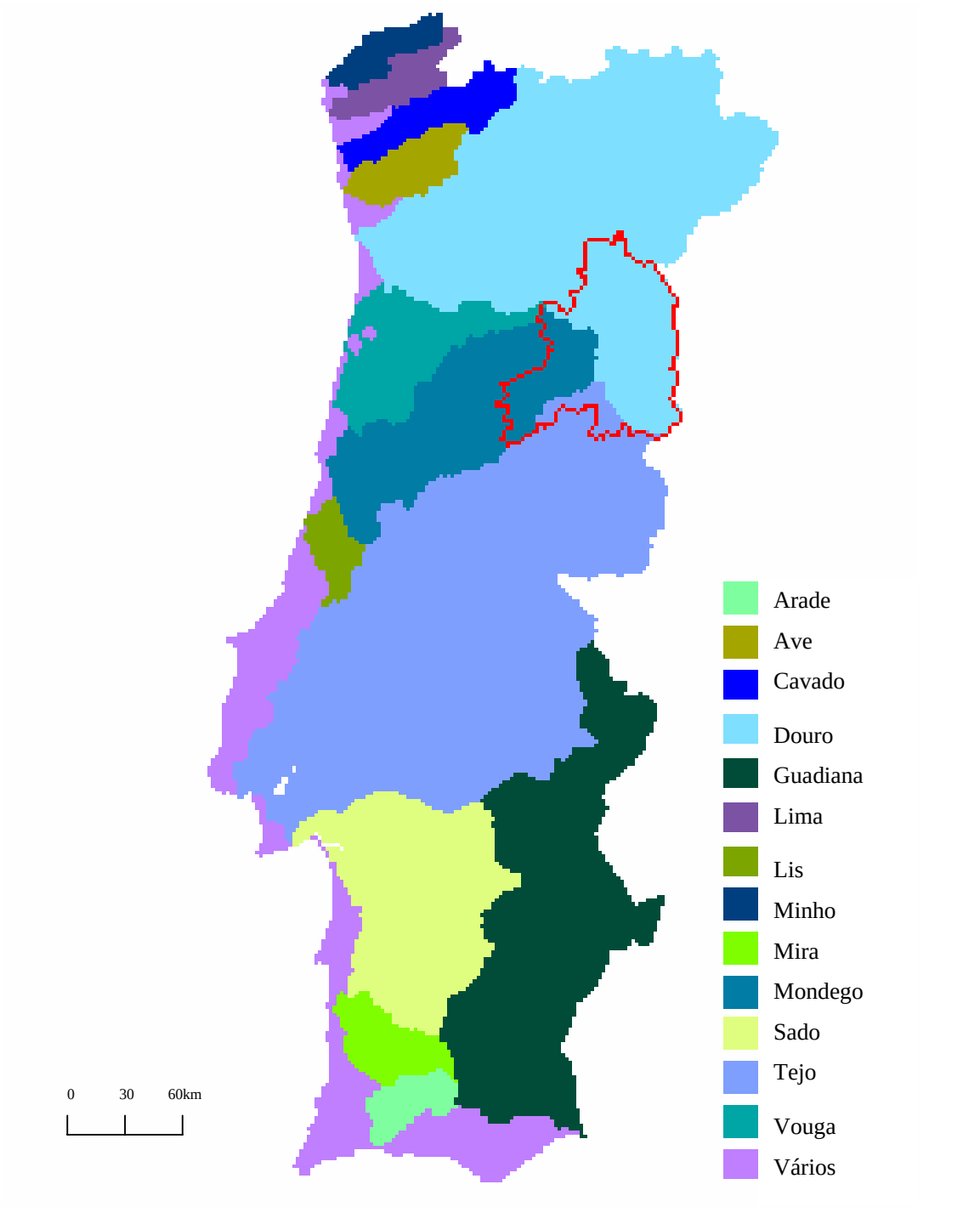
Fonte: Ribeiro, Orlando, in: *"Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico"*, colecção "nova universidade", Livraria Sá da Costa editora, 7ª edição, 1998, Lisboa, pág. 188,189

Anexo C – Carta "paisagem", onde se distinguem 9 tipos de paisagem diferentes dentro dos limites da Beira Transmontana: (2) ribeira subatlântica (regadio dominante), (3) ribeira subatlântica (regadio dominado), (5) policultura submediterrânea, (8) montanhas de granito e xisto (nível pastoril), (9) montanhas de granito e xisto (nível florestal), (10) terra quente transmontana (policultura), (11) meia-encosta nordestina, (12) terra fria transmontana e (14) subserra erminiana.



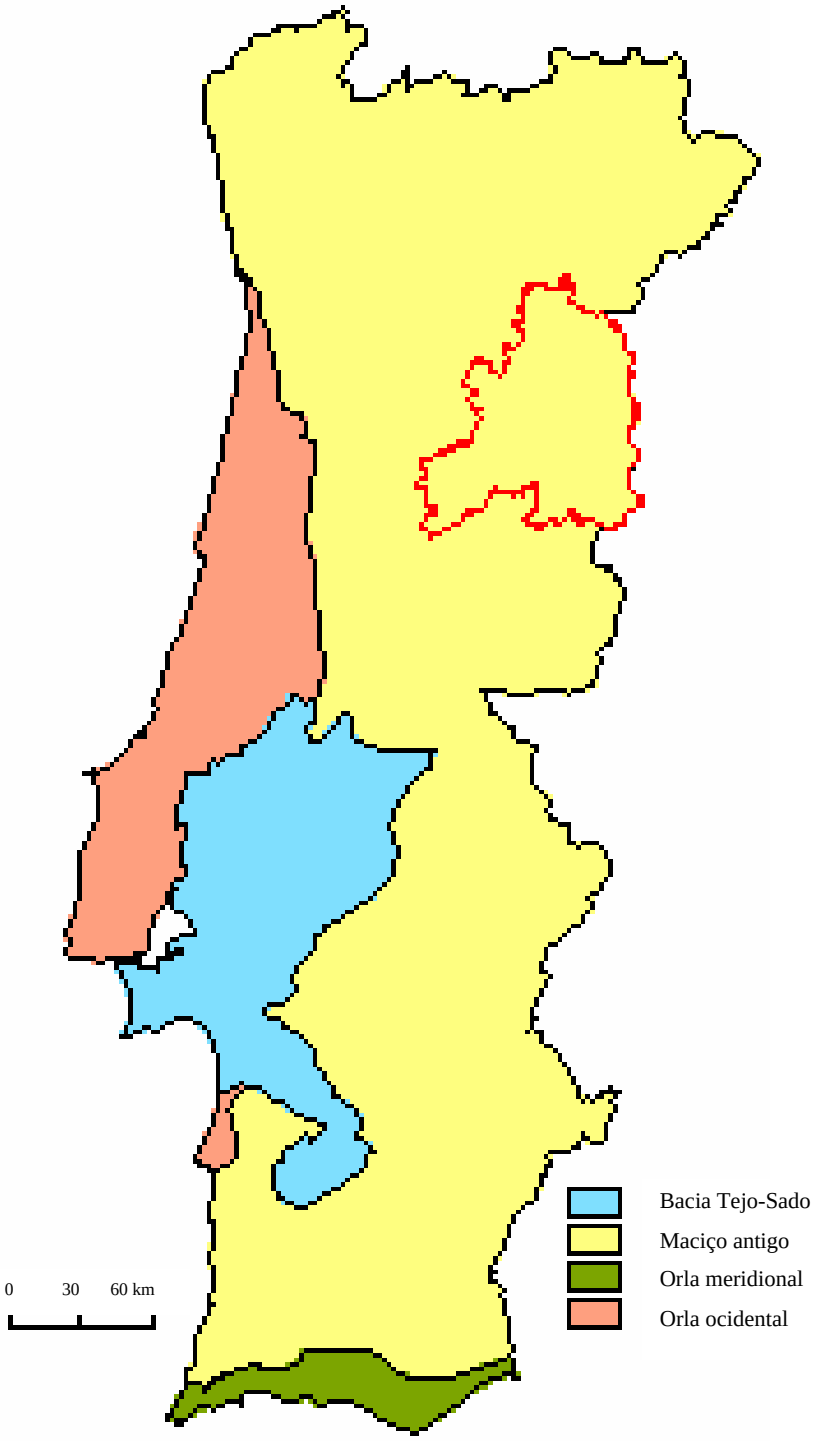
Fonte: Adaptado do Atlas do Ambiente do Instituto do Ambiente, http://elara.iambiente.pt/atlas/est/index.jsp

Anexo D – Carta da hidrografia continental – identificação das principais bacias hidrográficas



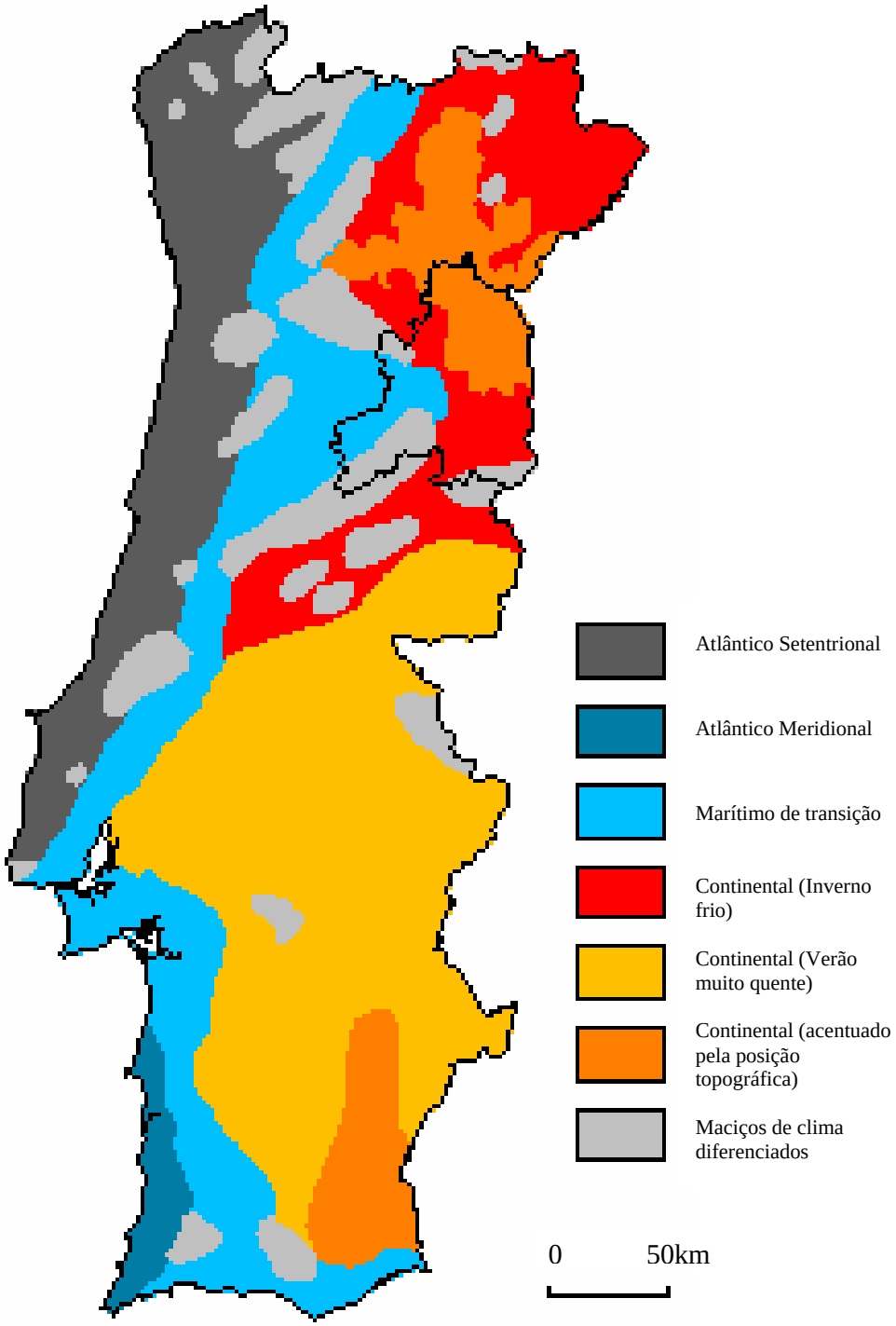
Fonte: Adaptado do Atlas do Ambiente do Instituto do Ambiente, http://elara.iambiente.pt/atlas/est/index.jsp

Anexo E – Carta de unidades hidrogeológicas em Portugal continental.



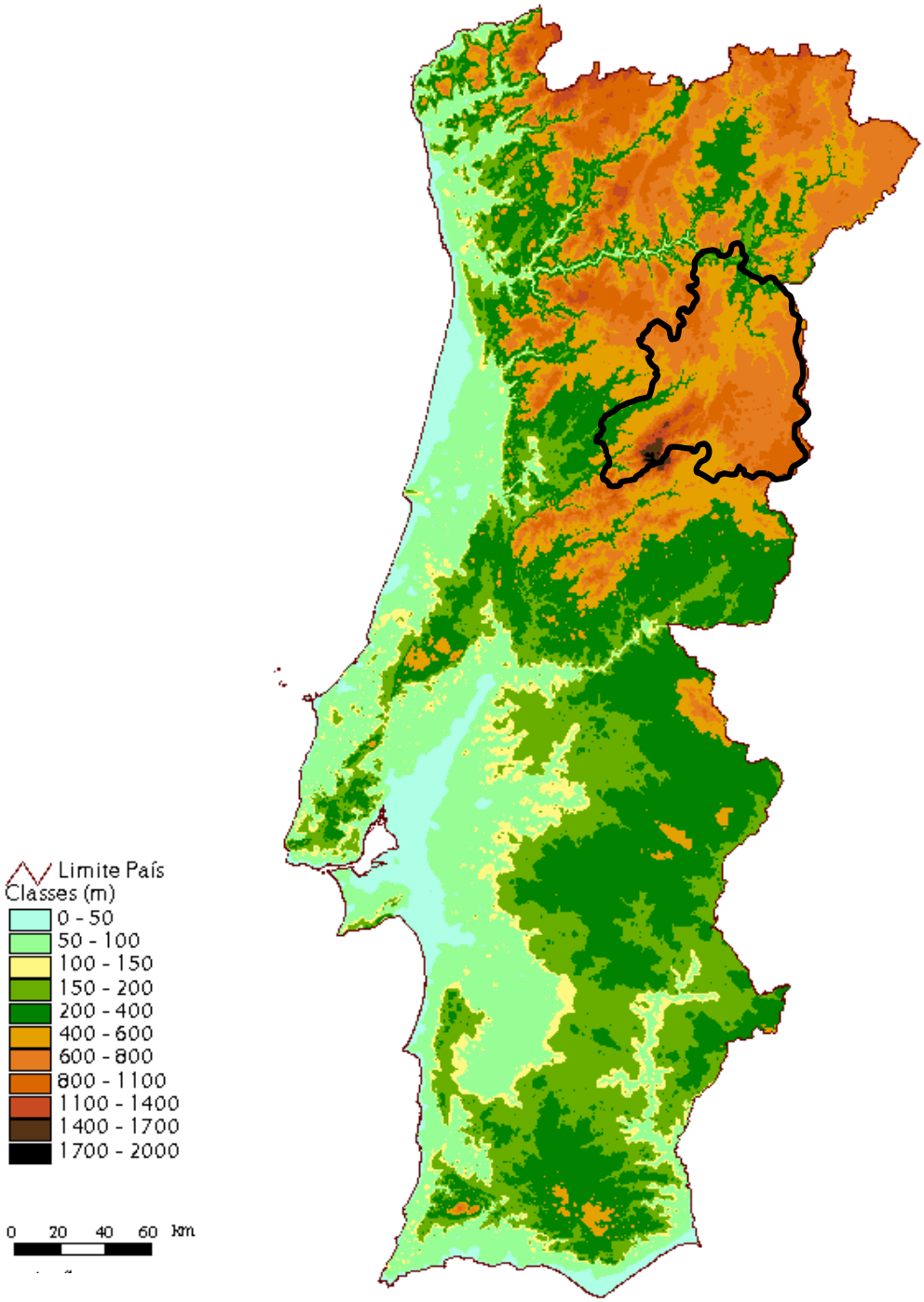
Fonte: Adaptado do Atlas do Ambiente do Instituto do Ambiente, http://elara.iambiente.pt/atlas/est/index.jsp

Anexo F – Carta de domínios climáticos de Portugal, adaptado de S.Daveau, 1985, in O. Ribeiro et al, 1988.



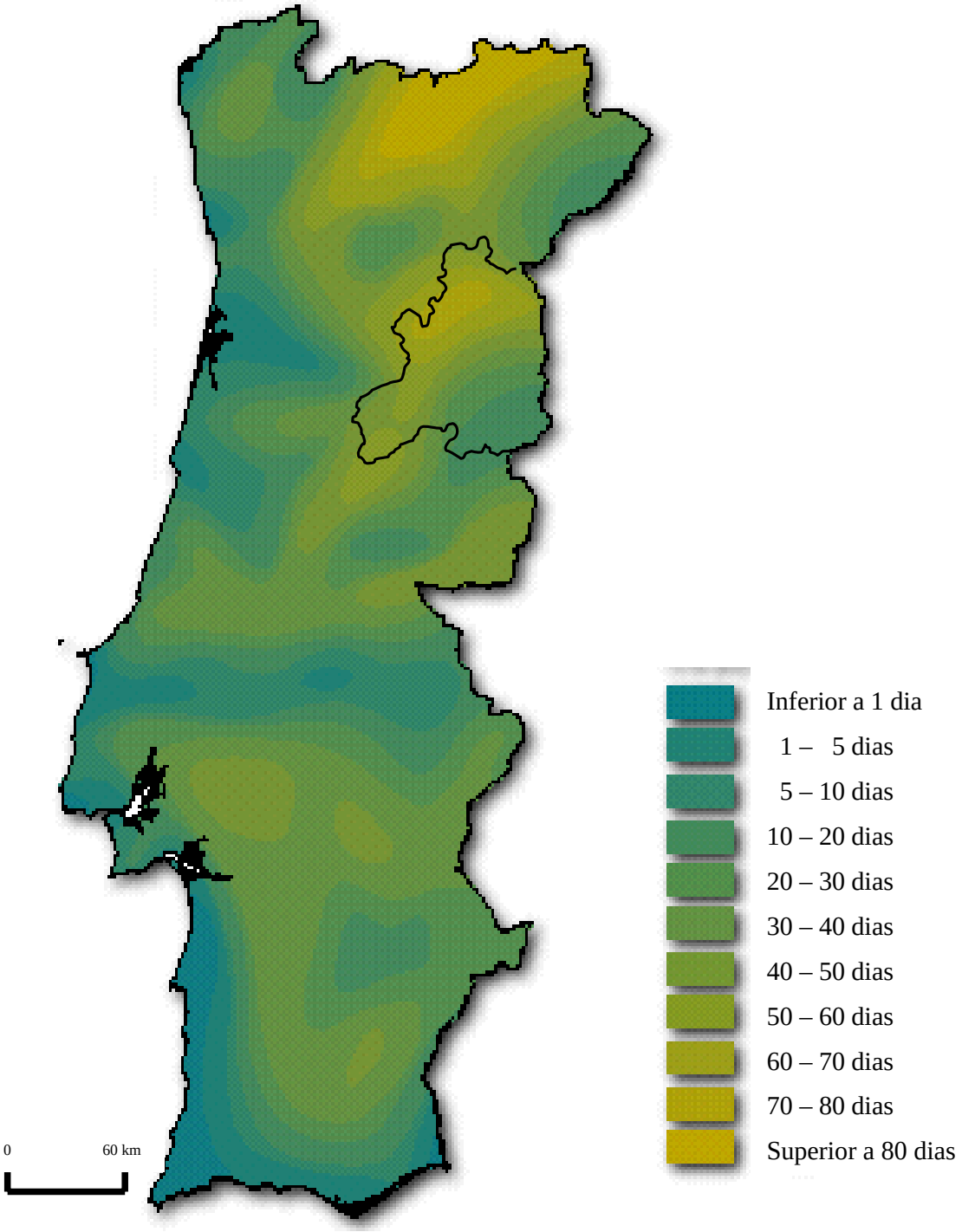
Fonte: Gaspar, Jorge e outros, in: "Portugal Moderno – Geografia", Enciclopédia Temática, edições POMO, 1991, Lisboa, pág 54.

Anexo G – Carta hipsométrica de Portugal continental



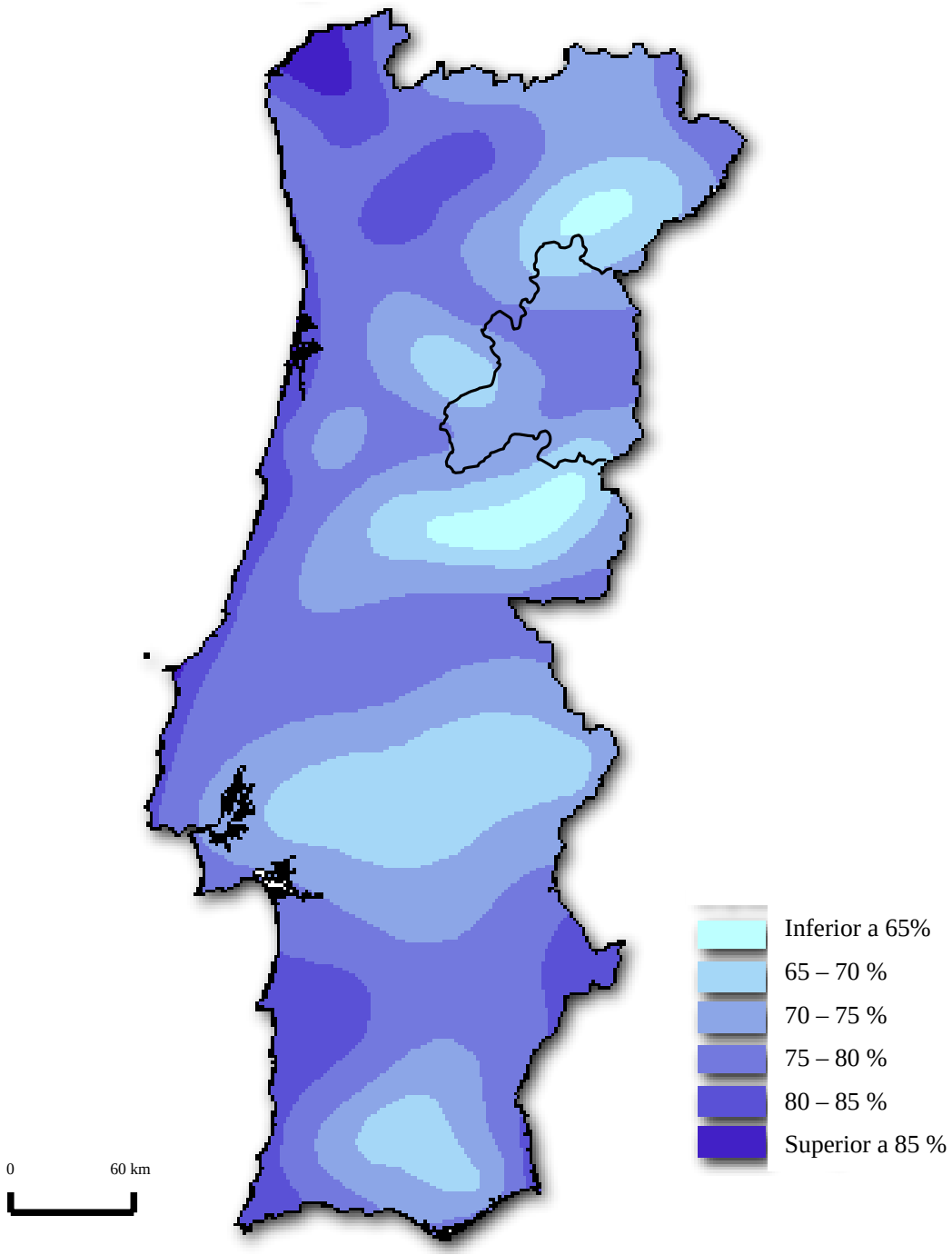
Fonte: Adaptado do Atlas do Ambiente do Instituto do Ambiente, http://elara.iambiente.pt/atlas/est/index.jsp

Anexo H – Carta de número de dias de geada no ano em Portugal continental. Valores Médios Anuais (dias). Período de 1941-1960.



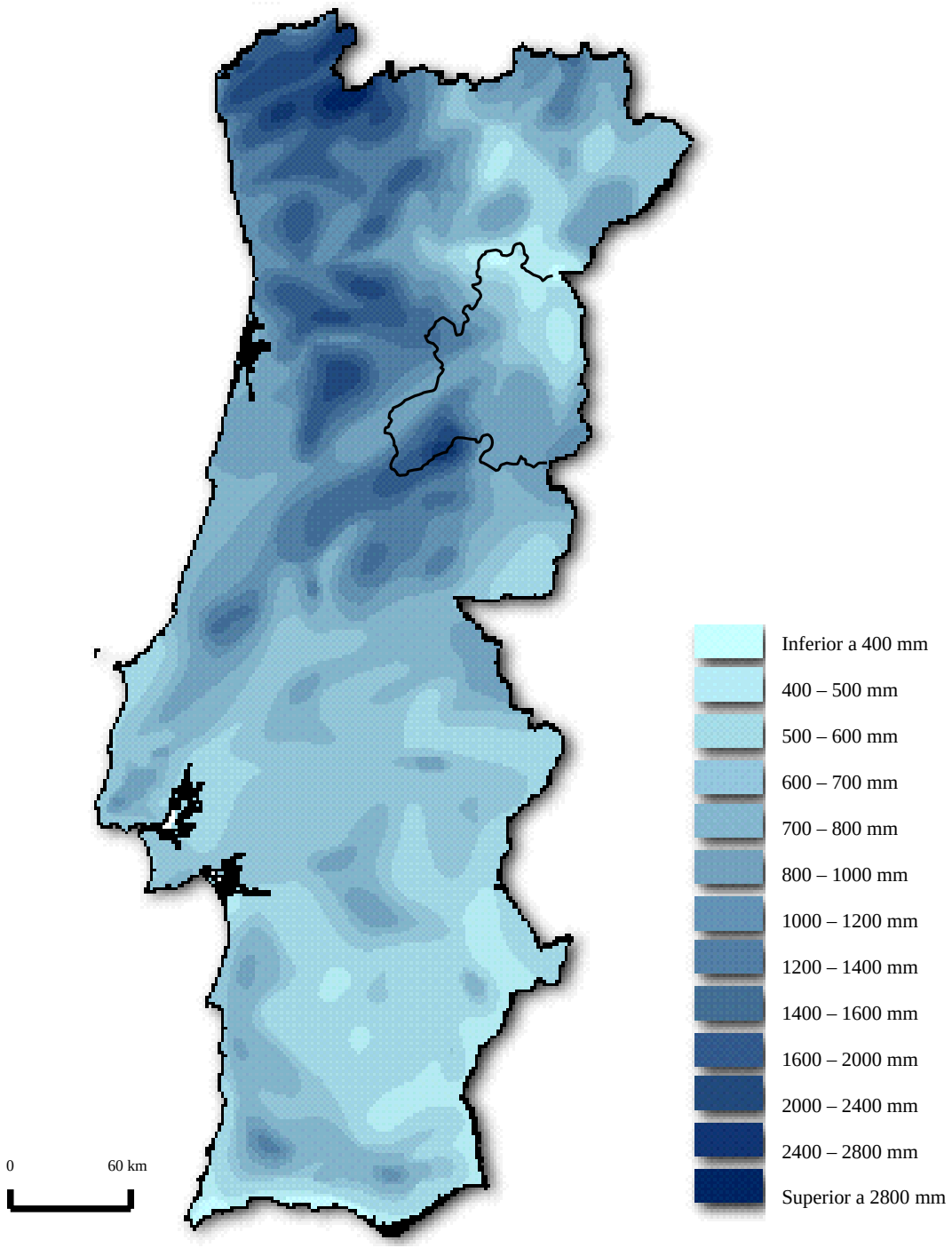
Fonte: Adaptado do Atlas do Ambiente do Instituto do Ambiente, http://elara.iambiente.pt/atlas/est/index.jsp

Anexo I – Carta de humidade do ar em Portugal continental. Humidade relativa às 9 T.M.G. Valores Médios Anuais (%). Período de 1931-1960.



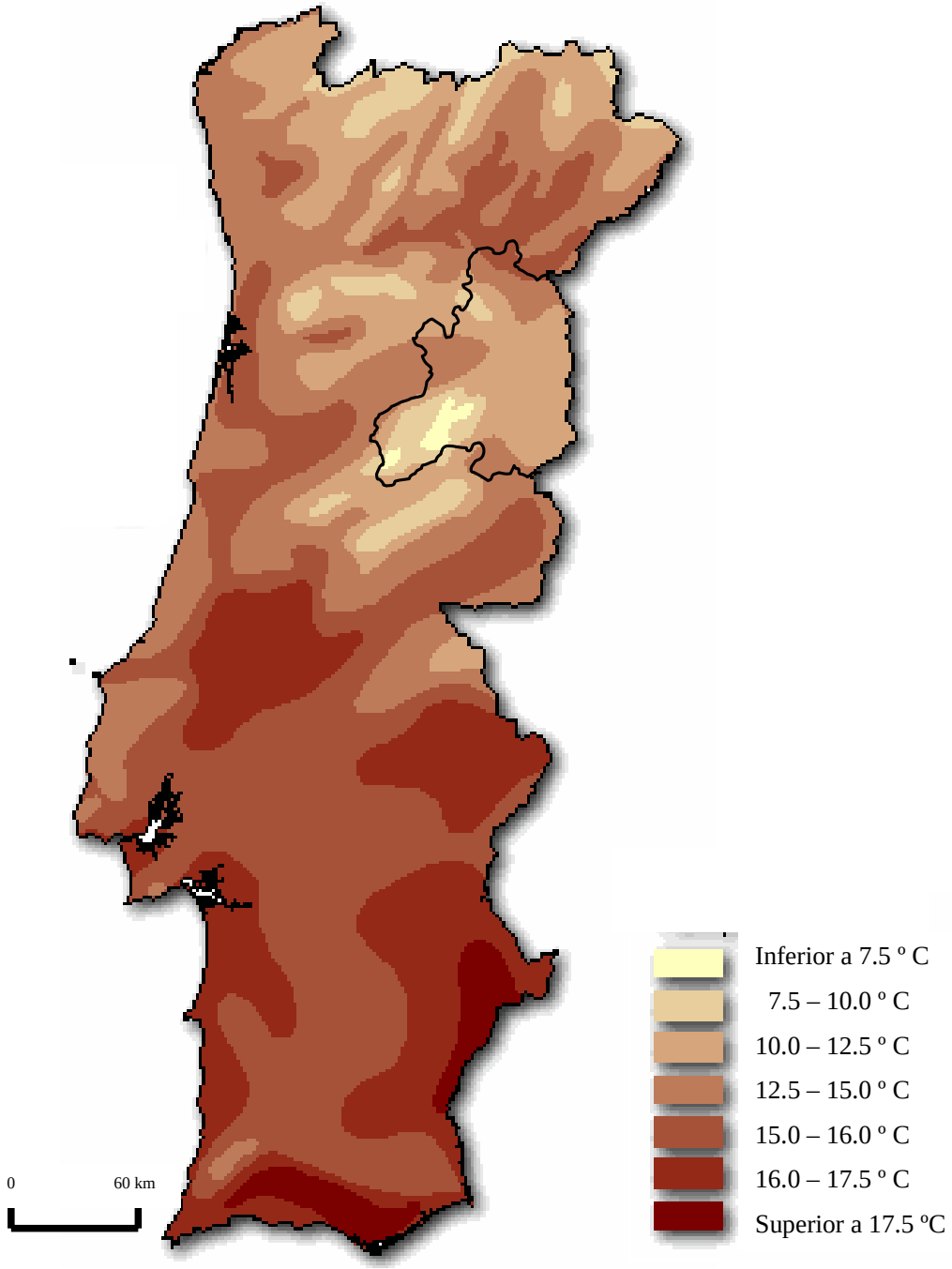
Fonte: Adaptado do Atlas do Ambiente do Instituto do Ambiente, http://elara.iambiente.pt/atlas/est/index.jsp

Anexo J – Carta de Precipitação em Portugal continental. Quantidade Total. Valores Médios Anuais (mm). Período de 1931-1960.



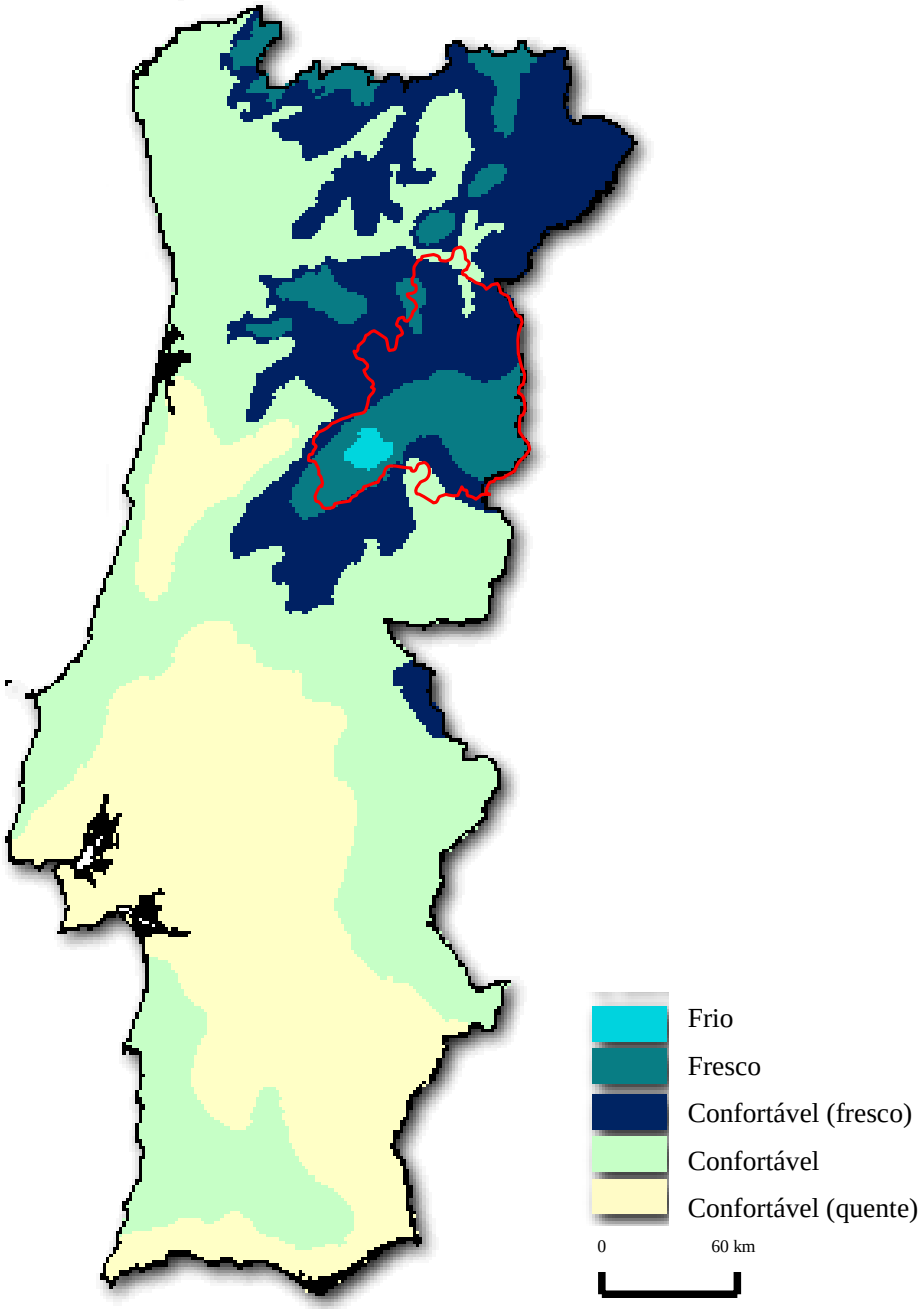
Fonte: Adaptado do Atlas do Ambiente do Instituto do Ambiente, http://elara.iambiente.pt/atlas/est/index.jsp

Anexo K – Carta de Temperaturas em Portugal continental. Temperatura média diária do ar. Valores Médios Anuais (graus centígrados). Período de 1931-1960.



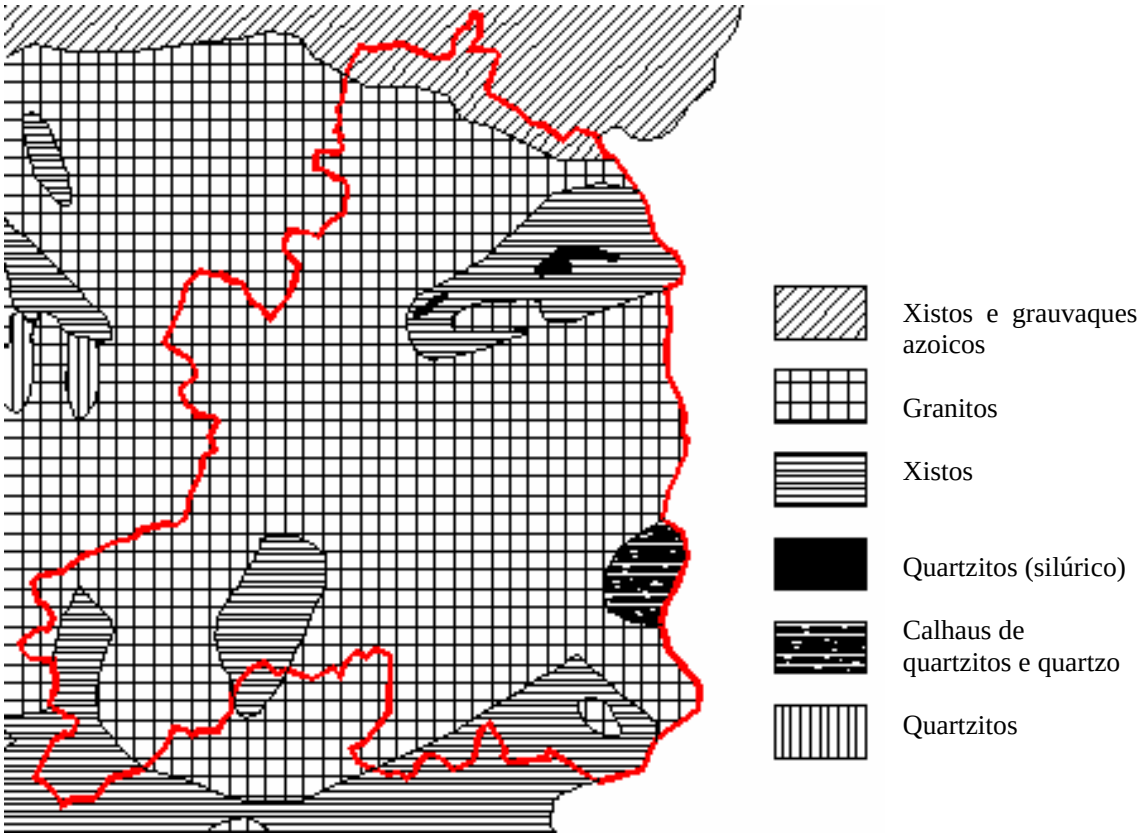
Fonte: Adaptado do Atlas do Ambiente do Instituto do Ambiente, http://elara.iambiente.pt/atlas/est/index.jsp

Anexo L – Carta de Conforto Bioclimático de Portugal continental



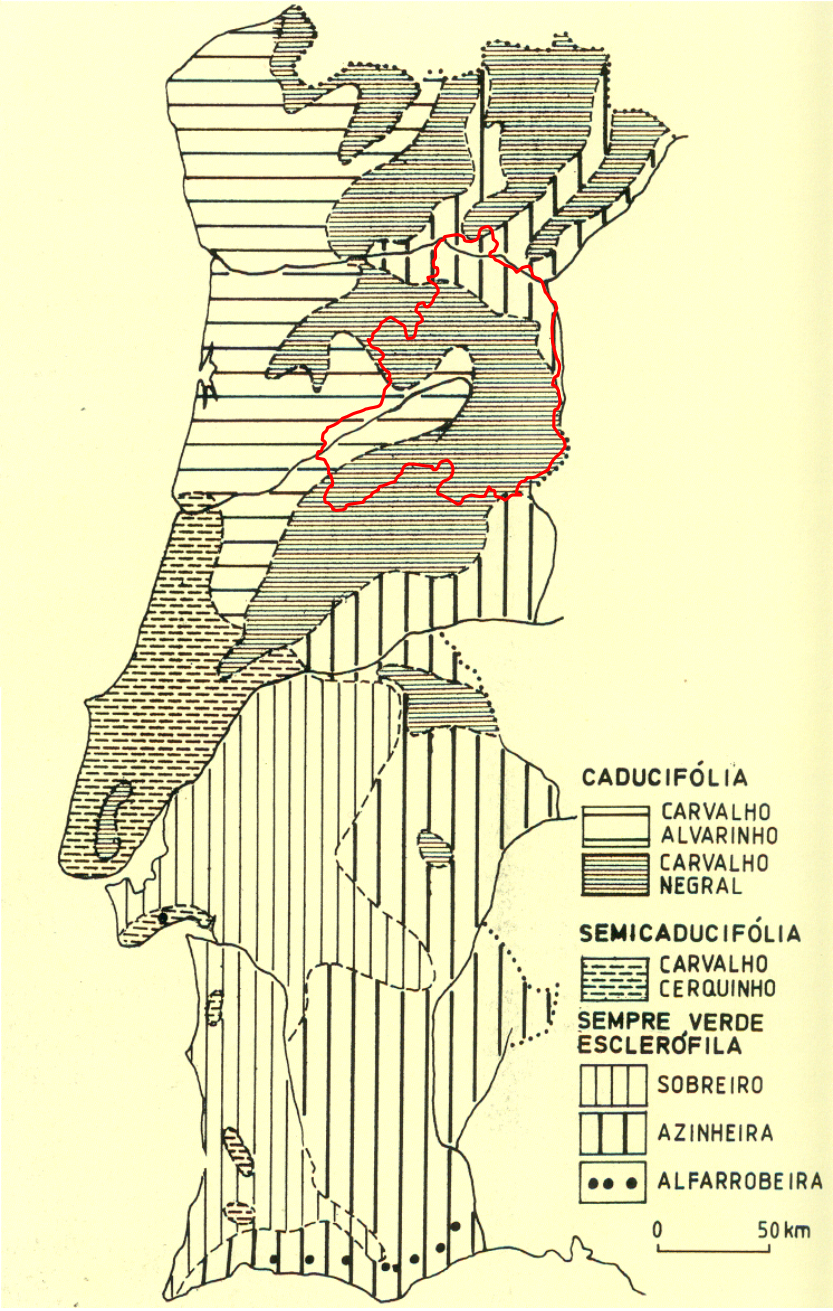
Fonte: Adaptado do Atlas do Ambiente do Instituto do Ambiente, http://elara.iambiente.pt/atlas/est/index.jsp

Anexo M – Carta simplificada de solos



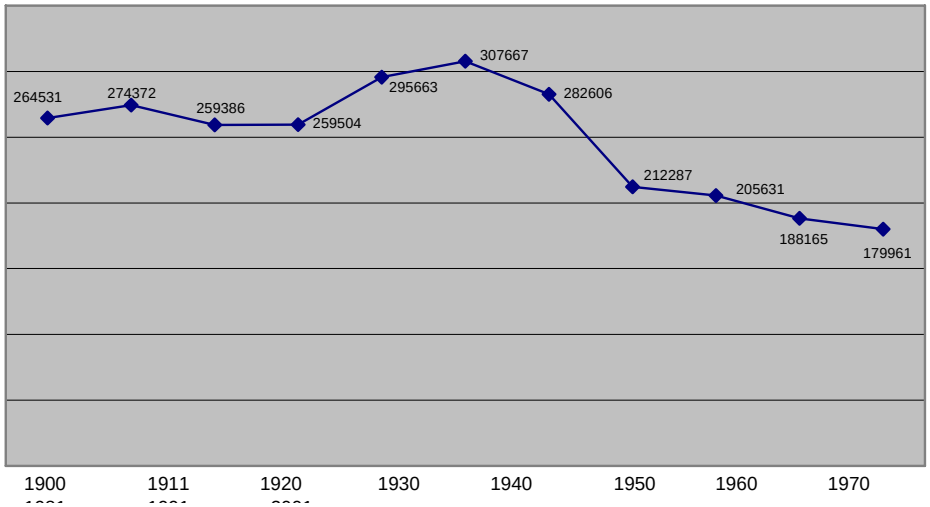
Fonte: Adaptado de Amaral, Francisco Keil do e outros, "Arquitectura Popular em Portugal", 2º volume, 3ª edição, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988, pág 7; Filgueiras, Octávio L. e outros, "Arquitectura Popular em Portugal", 3º volume, 3ª edição, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988, pág 124.

Anexo N – Carta de distribuição geográfica potencial dos principais tipos de floresta.



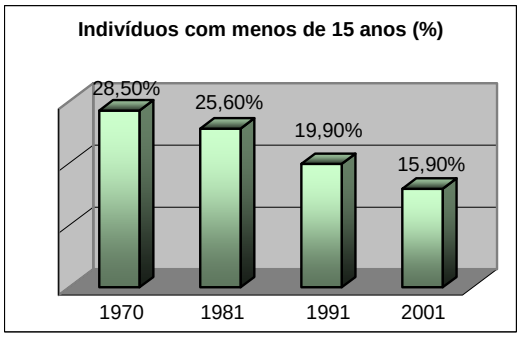
Fonte: Adaptado de Gaspar, Jorge e outros, in: "Portugal Moderno – Geografia", Enciclopédia Temática, edições POMO, 1991, Lisboa, pág 64.

Anexo O – Evolução da população residente no distrito da Guarda nos últimos 100 anos



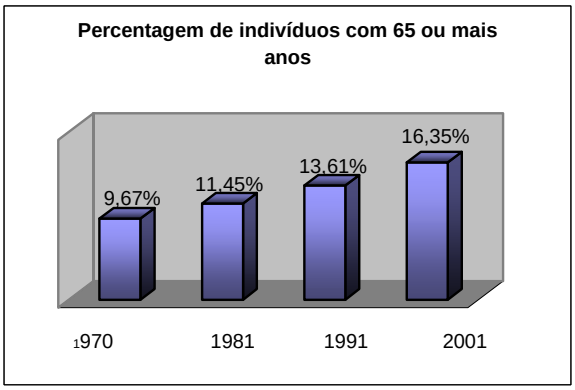
Fonte: Recenseamentos gerais da população (INE – Instituto Nacional de Estatística)

Anexo P – Percentagem de jovem em Portugal continental entre 1970 e 2001



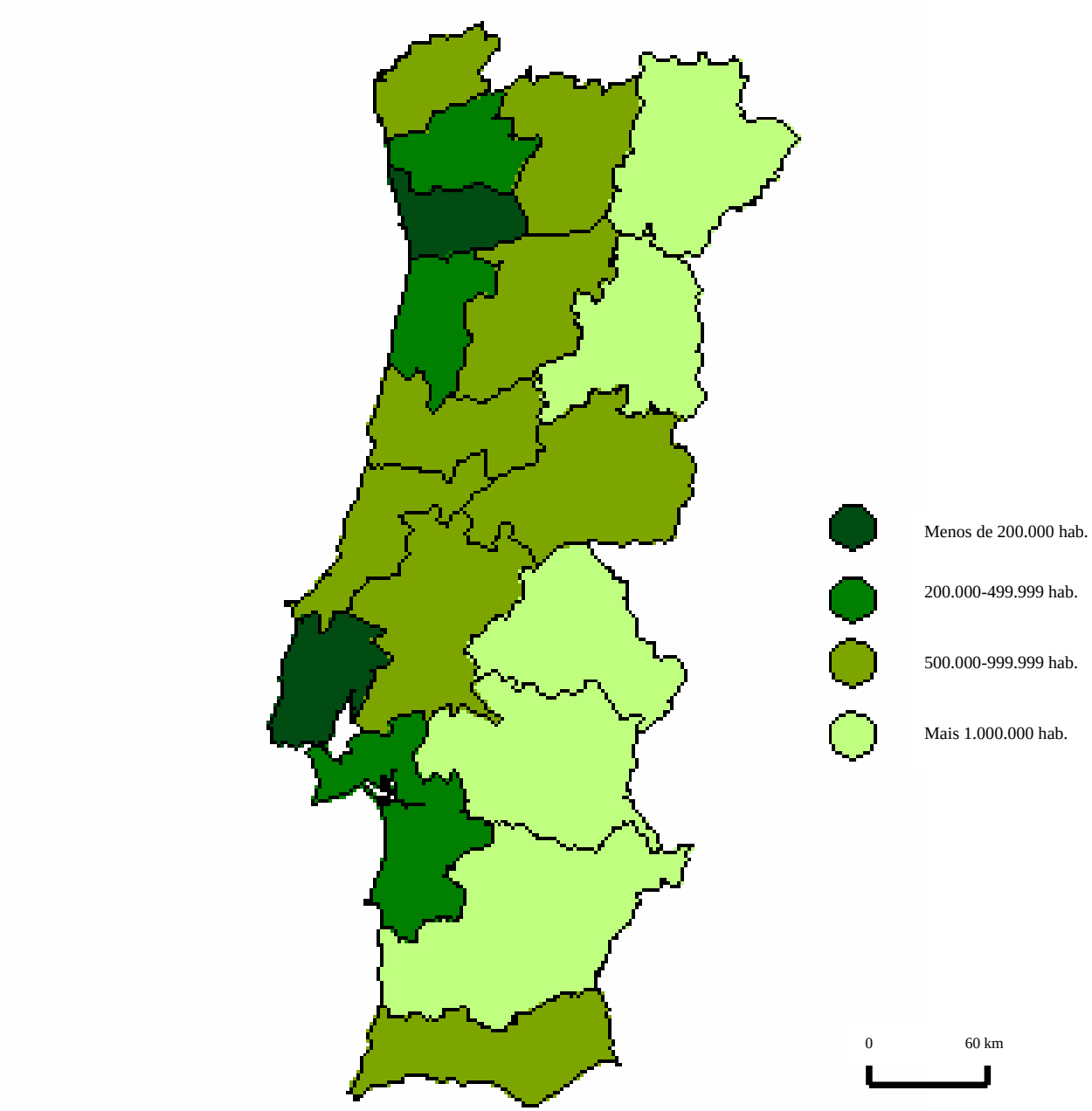
Fonte: Recenseamentos gerais da população (INE – Instituto Nacional de Estatística)

Anexo Q – Percentagem de indivíduos com 65 ou mais anos.



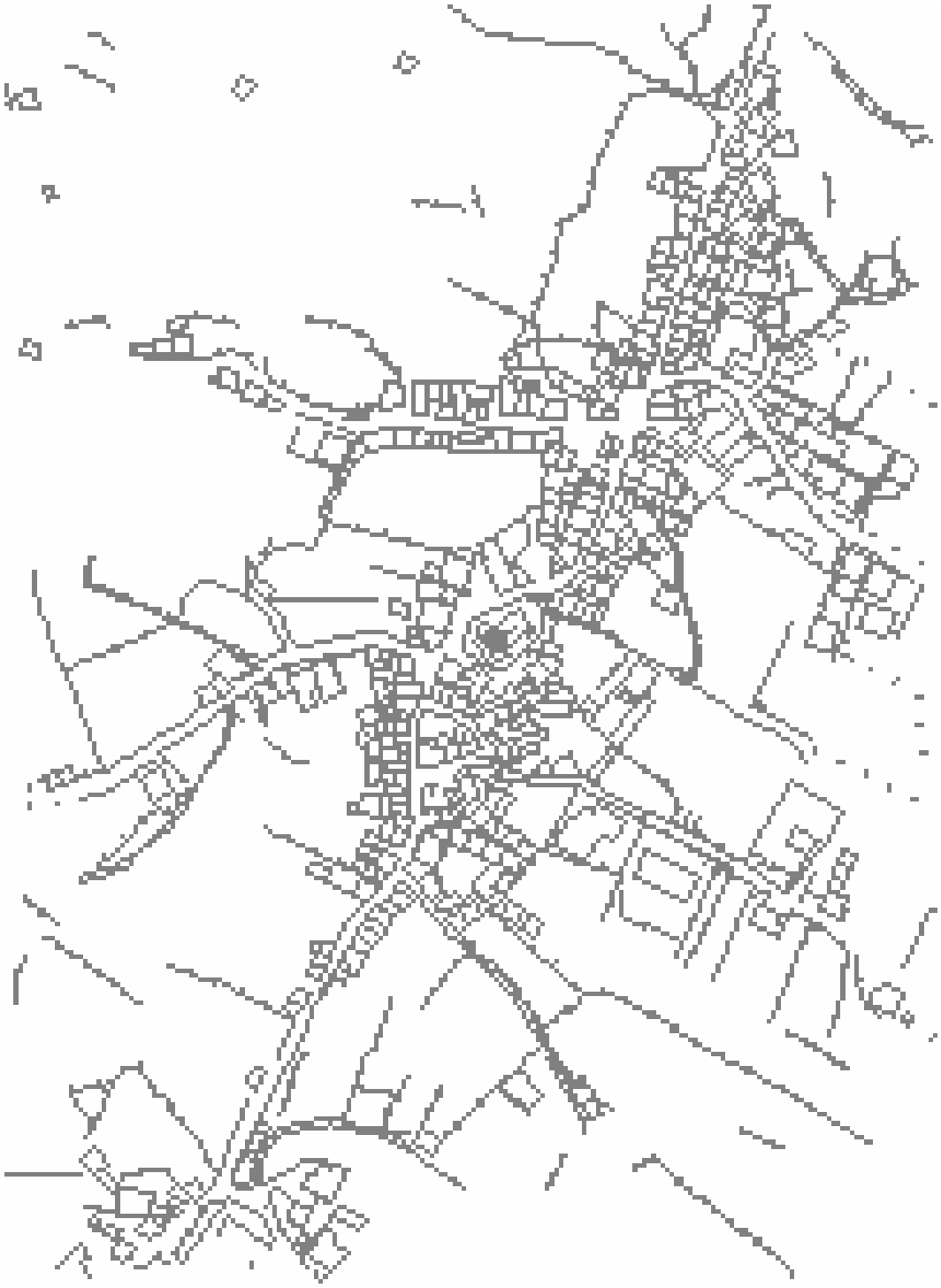
Fonte: Recenseamentos gerais da população (INE – Instituto Nacional de Estatística)

Anexo R – População residente por distrito em 2001



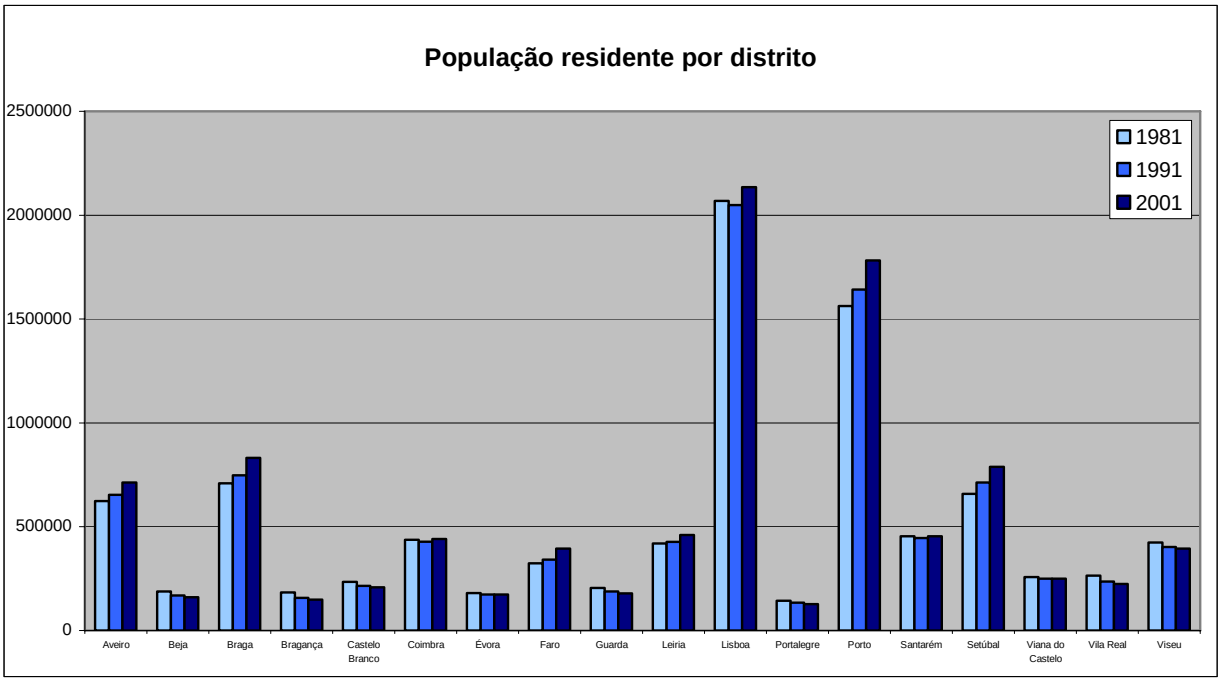
Fonte: Recenseamento geral da população 2001 (INE – Instituto Nacional de Estatística)

Anexo S – Planta da aldeia de Videmonte



Fonte: Câmara Municipal da Guarda (Gabinete Técnico Local) – Breve estudo social, urbanístico e patrimonial da aldeia de Videmonte. Guarda: 2003/2004.

Anexo T – Gráfico, e tabela correspondente, da evolução da população residente por distrito entre 1981 e 2001



	1981	1991	2001
Aveiro	622988	654265	713575
Beja	188420	169438	161211
Braga	708924	748192	831366
Bragança	184252	157809	148883
Castelo Branco	234230	214853	208063
Coimbra	436324	427839	441204
Évora	180277	173654	173654
Faro	323534	341404	395218
Guarda	**205631**	**188165**	**179961**
Leiria	420229	426152	459426
Lisboa	2069467	2048180	2136013
Portalegre	142905	134169	127018
Porto	1562287	1641501	1781836
Santarém	454123	444880	454527
Setúbal	658326	712594	788459
Viana do Castelo	256814	250059	250275
Vila Real	264381	236294	223729
Viseu	423648	401871	394925

Fonte: Recenseamentos gerais da população (INE – Instituto Nacional de Estatística)

Anexo U – População residente em algumas freguesias do distrito da Guarda entre 1960 e 2001

	1960	1970	1981	1991	2001
Forno Telheiro (Q. Salgueiro)	1367	1040	955	874	838
Algodres	923	610	560	531	450
Figueiró da Granja	689	630	606	546	471
Vila Chã	151	90	122	111	93
Juncais	483	320	351	354	316
Sobral Pichorro	560	445	330	273	227

Fonte: Recenseamentos gerais da população (INE – Instituto Nacional de Estatística)

Anexo V – Quadro das principais características de organização do espaço nas aldeias em estudo

Aldeias em estudo	**Videmonte**	**Quinta do Salgueiro**	**Algodres**	**Figueiró da Granja**	**Juncais**	**Sobral Pichorro**	**Vila Chã**
Concelho a que pertencem	Guarda	Celorico da Beira	Fornos de Algodres	Fornos de Algodres	Fornos de Algodres	Fornos de Algodres	Fornos de Algodres
Localização "geo-morfológica"	Crista montanhosa/encosta	Encosta/ montanha	Encosta/ montanha	Planalto/ encosta	Planalto/ encosta	Crista montanhosa/encosta	Planalto/ encosta
Espaços públicos de circulação (ruas**)**							
Ruas com hierarquia bem definida							
Ruas sem hierarquia bem definida							
Estrutura em "Espinha dorsal"							
Estrutura "Orgânica"							
Espaços públicos de estar (largos, praças**)**							
Número de espaços de estar	3	2	5	6	2	3	3
Principais elementos nos espaços de estar	- Igreja - Capela - Junta de freguesia - Lavadouro	- Igreja e Casa do povo - Cruzamento de vias	- 2 Igrejas, Pelourinho e Cruzeiro - Capela - Casa solarenga e fonte - Casa solarenga - Fonte	- Igreja - Capela e cruzeiro - Fonte - Fonte - Lavadouro - Jardim	- Igreja - Capela, solar e fonte	- Igreja e capela - Forno - Solar	- Igreja - Capela e lavadouro - Fonte
Áreas	2168 m^2 1099 m^2 242 m^2	1574 m^2 156 m^2	839 m^2 246 m^2 926m^2 229 m^2 240m^2	667 m^2 269 m^2 616 m^2 250 m^2 538 m^2 140 m^2	567 m^2 691 m^2	290 m^2 244 m^2 85 m^2	530 m^2 315 m^2 264 m^2

Aldeias em estudo	**Videmonte**	**Quinta do Salgueiro**	**Algodres**	**Figueiró da Granja**	**Juncais**	**Sobral Pichorro**	**Vila Chã**
Espaços "semi-públicos" (pátios**)**							
Número de espaços semi-públicos	3	4 (3 no núcleo principal da aldeia, e 1 a alguns metros da estrada principal).	0	0	0	1	2
Áreas	103 m^2 66 m^2 22 m^2	103 m^2 67 m^2 54 m^2 30 m^2	-	-	-	53 m^2	237 m^2 254 m^2
Construções recentes	Aumentos de casas existentes na aldeia, novas construções na zona mais alta da aldeia, longe do núcleo antigo, ao longo da via principal.	Não se sente um crescimento significativo da aldeia, existindo mais aumentos e modificações nas construções existentes do que construções de raiz.	As construções mais recentes encontram-se à entrada da aldeia, junto à via principal; e na zona mais a norte, afastada no núcleo antigo.	Existe a cerca de 150m da entrada da aldeia, ao longo da via principal, algumas construções mais recentes (segunda metade do séc. XX), encostadas à estrada e entre si, com pequenos quintais em redor da habitação.	As novas construções localizam-se sobretudo na periferia, ao longo das vias que partem do centro da aldeia.	As construções mais recentes encontram-se ao longo da via principal à entrada da aldeia.	A presença de novas construções é muito reduzida, existindo sobretudo ampliações de casas pré-existentes.

Anexo W – Tabela das principais características de organização do espaço nas aldeias em estudo (ver ficheiro em autocad)

Anexo X – Movimento da população (nascimentos e óbitos)

ANO	Nascimentos	Taxa de natalidade por 1000 habitantes	Óbitos	Taxa de mortalidade por 1000 habitantes
1970	180690	20.86	93093	10.75
1975	179648	19.30	97936	10.52
1980	158352	16.13	94971	9.67
1985	130492	13.03	97339	9.72
1990	116383	11.79	103115	10.44
2000	120071	11.70	105813	10.30

Fonte: Anuários estatísticos e estatísticas demográficas (INE – Instituto Nacional de Estatística)

Anexo Y – População Residente em Portugal continental entre 1900 e 2001

ANO	População residente
1900	5039744
1911	5586053
1920	5668232
1930	6334507
1940	7218882
1950	7921913
1960	8292975
1970	8123310
1981	9336760
1991	9375926
2001	9869343

Fonte: Estatísticas Demográficas, recenseamento geral da população (INE – Instituto Nacional de Estatística) 1970, 1981, 1991 e 2001

Anexo Z – Taxas médias anuais total em Portugal no século XX

DECADA	Taxa média anual total
1900 – 1911	0.86
1911 – 1920	0.14
1920 – 1930	1.24
1930 – 1940	1.24
1940 – 1950	0.89
1950 – 1960	0.48
1960 – 1970	-0.21
1970 – 1981	1.29
1981 – 1991	0.03
1991 – 2001	0.45

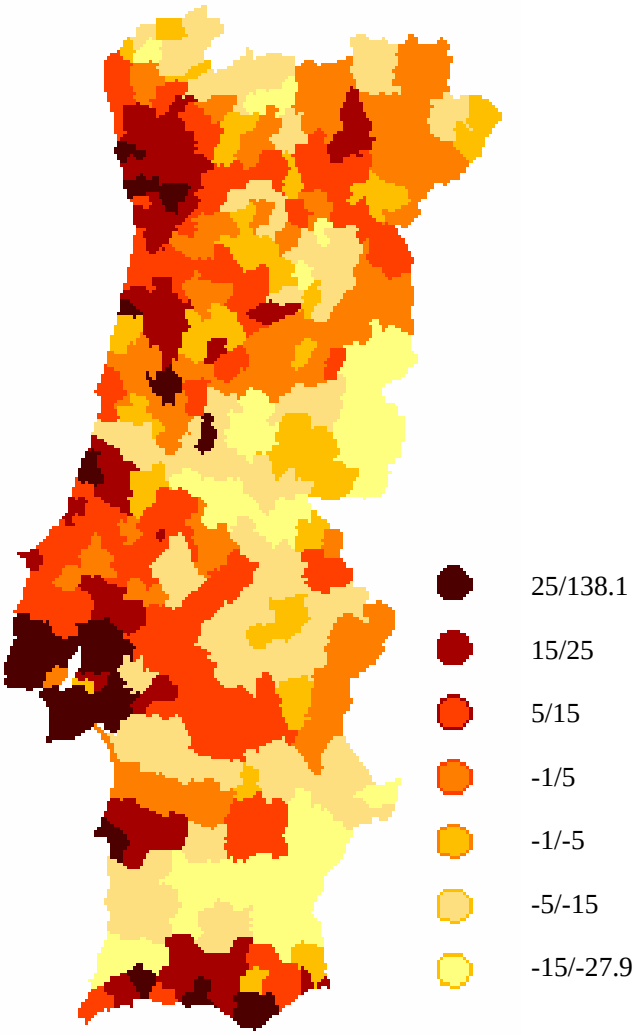
Fontes: INE (Instituto Nacional de Estatística), resultados definitivos dos recenseamentos, Anuários Estatísticos e Estatísticas Demográficas.

Anexo AA – Saldos Populacionais para Portugal continental

DÉCADA	Saldo total	Saldo natural	Saldo migratório
1901-1910	-	-	-326 300
1911-1920	-	-	-425 700
1921-1930	-	-	-324 900
1931-1940	-	-	-74 500
1941-1950	-	-	-84 300
1951-1960	-	-	-470 300
1960-1970	-278 267	1 080 419	-1 358 686
1970-1981	1 221 889	783 819	438 070
1981-1991	29 526	353 334	-323 808
1991-2001	493 124	74 706	418 418

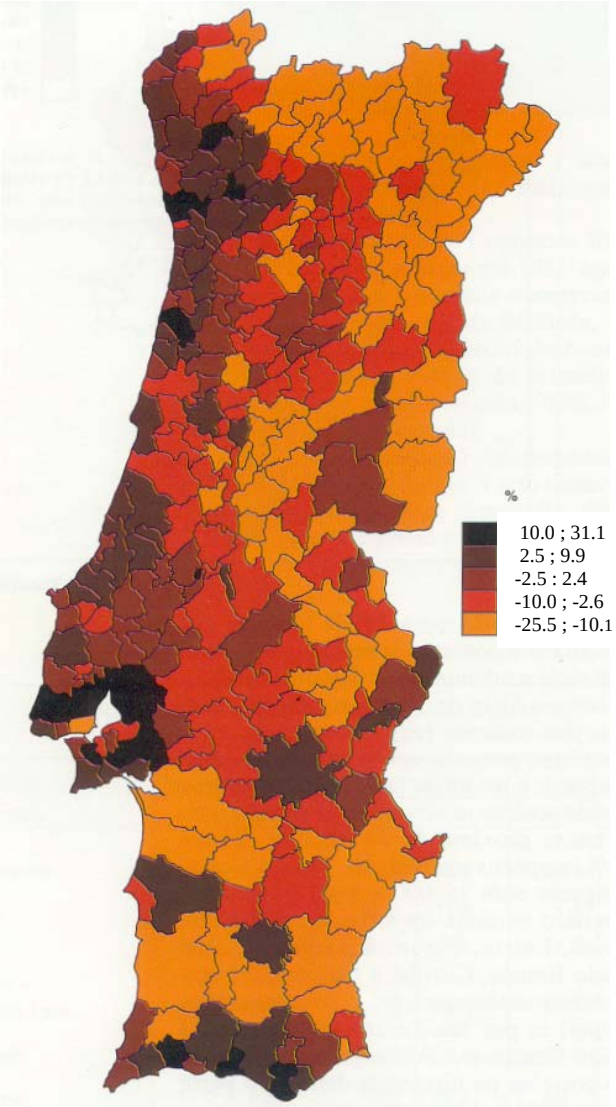
Fonte: INE, resultados definitivos dos recenseamentos de 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001. Boletim da Junta de Emigração.

Anexo AB – Variação da população residente entre 1970 e 1981 (%), por concelhos



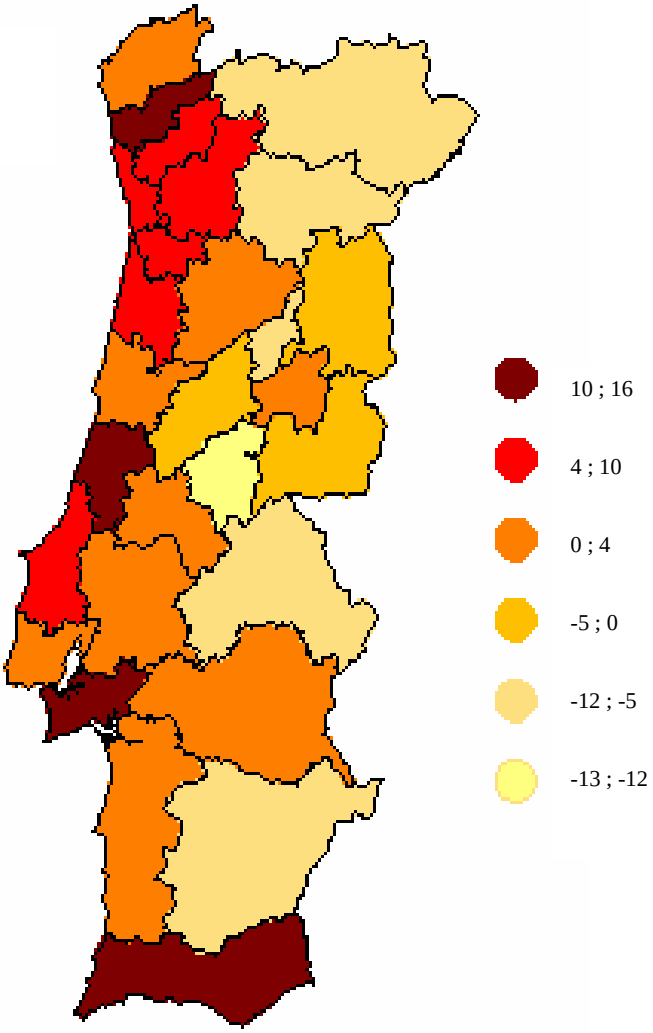
Fonte: Adaptado de Ribeiro, Orlando, *in "Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico"*, colecção "nova universidade", Livraria Sá da Costa editora, 7ª edição, 1998, Lisboa, pág. 186;

Anexo AC – Variação da população residente entre 1981 e 1991 (%), por concelhos



Fonte: Gaspar, Jorge e outros, in: "Portugal Moderno – Geografia", Enciclopédia Temática, edições POMO, 1991, Lisboa, pág. 100

Anexo AD – Variação da população residente entre 1991 e 2001 (%), por NUTS II



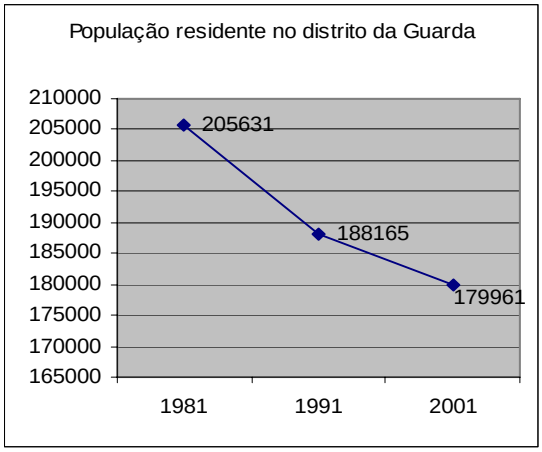
Fonte: INE, Gabinete de Estudos Demográficos, Recenseamento Geral da População 2001

Anexo AE – Evolução da população entre 1960 e 1991 (%)

	19 60 - 1991
Área metropolitana de Lisboa	64,3%
Àrea metropolitana do Porto	33,7%.
Norte litoral	15,1%,
Centro litoral	5%
Algarve	2,8%,
Norte e centro interior	-20%
Alentejo	-24,4%

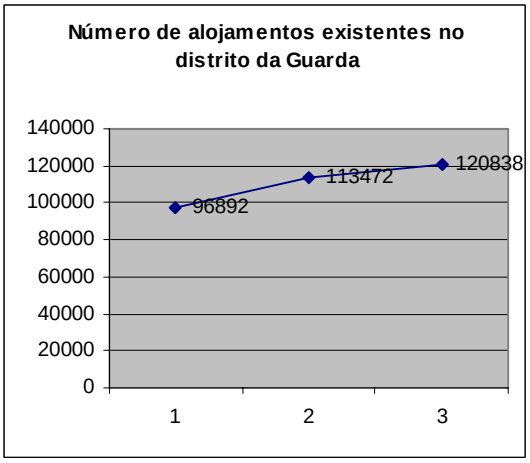
Fonte: Gaspar, Jorge – Portugal, os próximos 20 anos - I volume, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, Lisboa

Anexo AF – População Residente no distrito da Guarda.



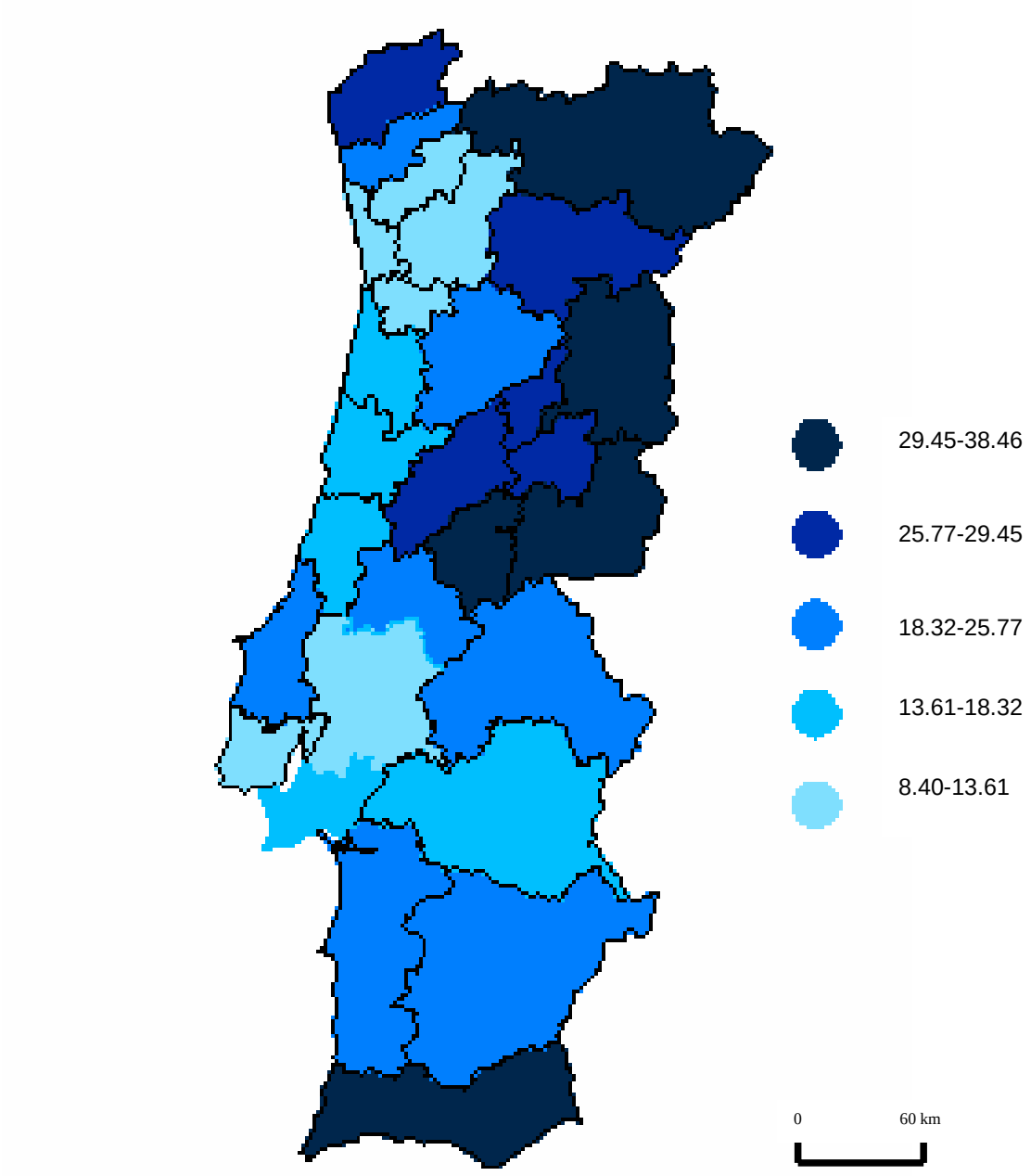
Fonte: Recenseamentos gerais da população (INE – Instituto Nacional de Estatística) entre 1981 e 2001

Anexo AG – Número de alojamentos existentes no distrito da Guarda.



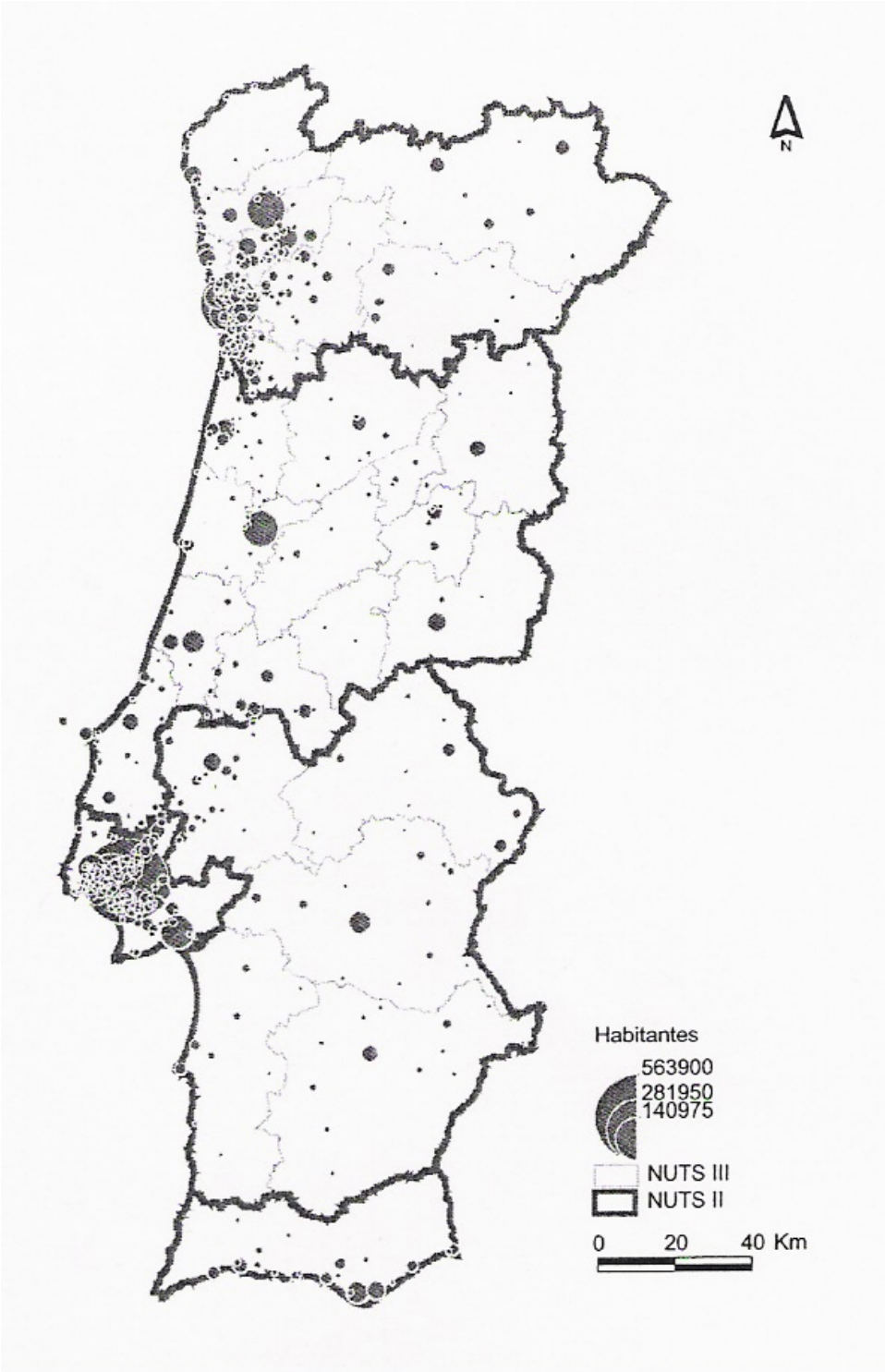
Fonte: Recenseamentos gerais da população (INE – Instituto Nacional de Estatística) entre 1981 e 2001

Anexo AH – Proporção de alojamentos de uso sazonal em 2001 (%).



Fonte: Recenseamentos gerais da população (INE – Instituto Nacional de Estatística) 2001

Anexo AI – População em lugares com 2000 ou mais habitantes em 2001.



Fonte: Recenseamentos gerais da população (INE – Instituto Nacional de Estatística) 2001

Anexo AJ – Bibliografia, fontes digitais e estatísticas.

ABRANTES, José Alexandre da Costa – ***Formas de modelado granítico na região da Guarda***. Coimbra: Dissertação de Mestrado em Geografia na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996

AMARAL, João Ferreira do (responsável) – ***Portugal moderno: economia***. Lisboa: Enciclopédia temática, Edições POMO, 1991.

BALTAZAR, António André – ***Beira Interior Norte: população e povoamento numa região periférica***. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002.

BARROCO, Ondina Clarisse – ***Casa rural e tipos de povoamento em Portugal Continental***. Coimbra: Metodologia do 5º ano, 1950.

DIAS, Jaime Lopes – ***Etnografia da Beira***. Lisboa: Livraria Morais (depositária), volume I, 1926.

FRÉMONT, Armand – ***A região, espaço vivido***. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

GASPAR, Jorge – ***Estudo geográfico das aglomerações urbanas em Portugal continental: projecto de investigação***. Lisboa: Projecto de investigação apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, para o Doutoramento em Geografia Humana, 1972.

GASPAR, Jorge – ***Portugal, os próximos 20 anos***. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, I volume.

GEORGE, Pedro – ***O terciário e a condição da cidade***. Lisboa: Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, 1993.

LAMAS**,** José M. Ressano Garcia – ***Morfologia urbana e desenho da cidade***. Lisboa: Textos universitários de ciências sociais e humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

LYNCH, Kevin – ***A imagem da cidade***. Lisboa: Edições 70, 1982.

MACHADO, José Luís Pinto – ***Habitação rural***. 3ª edição. Lisboa: Livraria popular Francisco Franco Lda., 1987.

MARTINS, Alfredo Fernandes – ***O esfôrço do homem na bacia do Mondego.*** Coimbra: Ensaio Geográfico, 1940.

MENESES, Marluci – ***Repensando a ideia de recriação de valores urbanos tradicionais a partir das dinâmicas de uso e apropriação do espaço público urbano.*** Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1951.

MINISTERE DE L'EQUIPEMENT, DU LOGEMENT, DES TRANSPORTS ET DE LA MER – ***Lire et composer l'espace public***. Les editions du stu.

PARQUE ARQUEOLÓGICO VALE DO CÔA (concepção e coordenação) – ***Terras do Côa, da Malcata ao Reboredo***. Maia: Editora Promotur, 1998.

PESSANHA, D. Sebastião – ***Defesa das paisagens e das aldeias portuguesas***. Lisboa: Oficina gráfica de Ramos, Afonso e Moira Lda., 1957.

SIMPLÍCIO, Maria Domingas – ***O espaço urbano de Évora: contributo para melhor conhecimento do sector intramuros.*** Évora: Publicações "Universidade de Évora", Série Geociências, nº3, 1991.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – ***Metodologia da investigação, redacção e apresentação de trabalhos científicos***. 1ª edição, Porto: Livraria civilização editora, 1998.

TEIXEIRA, Carlos [e al]– ***Carta Geológica de Portugal***. Lisboa: Direcção-geral de minas e serviços geológicos, 1968.

VASCONCELLOS, J. Leite – ***Povoamento de Portugal: acção do governo central***. Lisboa: Separata do nº XXIV da Revista do Instituto Superior do Comércio de Lisboa, 1930.

- **Fontes digitais**

Atlas Digital do Ambiente, DGA:
http://elara.iambiente.pt/atlas/est/index.jsp

Sistema Nacional de Informação Geográfica:
http://snig.cnig.pt/

- **Fontes estatísticas**

Instituto Nacional de Estatística:

– Recenseamento geral da população entre os anos de 1864 e 2001

– Anuários estatísticos entre os anos de 1970 e 2000